



Revista África e Africanidades, Ano XIII – n. 37, fev. 2021 – ISSN: 1983-2354

<http://www.africaeaficanidades.com.br>

Dossiê Educação, História e Relações Internacionais: representações, identidades e epistemologias outras

Revista África e Africanidades ed. n. 37, ano XIII

Dossiê Temático

Educação, História e Relações Internacionais: representações, identidades e epistemologias outras

Quissamã

Fev. 2021

DIRETORA GERAL E EDITORA CHEFE

Nágila Oliveira dos Santos

DIREÇÃO EXECUTIVA

André Luiz dos Santos Silva

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Cleide Aparecida Vitorino – Casa das Áfricas
Débora Barbosa da Silva – UERJ
Gutiele Gonçalves dos Santos – FIOCRUZ
Jean Gustavo de Oliveira Moraes – USP
José Valdir de Jesus de Santana – UESB
Márcia Neide dos Santos Costa – UESB
Ricardo Luiz da Silva Fernandes – SME RJ
Tayronne de Almeida Rodrigues – UFCA
Vanessa Cristina dos Santos Saraiva – UERJ

EQUIPE DE REVISÃO DE NORMAS E REFERÊNCIAS

André Luiz dos Santos Silva – IFFluminense
Luane Neves de S. Porto – UNIRIO
Vanessa Batista da Silva – UNIRIO

COMISSÃO CIENTÍFICA DO DOSSIÊ

Brenda Iolanda Silva do Nascimento – UFRJ
Carolina Cavalcanti do Nascimento – UFSC
Jonathan da Silva Marcelino – USP
José Manuel Mussunda da Silva – UNILAB
Heuler Costa Cabral – UNILAB
Maíza da Silva Francisco – UFRRJ e CEDERJ
Marco Aurélio Conceição Correa – UERJ
Marcos Borges Santos Júnior – UERJ
Marcos César Gomes dos Santos – Rede Afro LGBT
Marluce da Silva Santana – UFBA
Paulo César Alves Garcia – UNILAB
Patrícia Goulart Pinheiro – UFSC
Paulo Mileno Santos de Souza – UERJ
Pedro Vitor Guimarães Rodrigues Vieira – UFRJ e SMERJ
Tatiane Sant’Ana Coelho Reis – Secretaria de Educação do Município de Angra dos Reis
Vania Cristina da Silva Rodrigues – UFTM
Vinck Vitorio Ribeiro de Carvalho - UERJ / SEEDUC-RJ, SME/RIO

Indexadores:



SUMÁRIO

EDITORIAL	03
REPRESENTATIVIDADE E MENINAS EM STEM: CIENTISTAS NEGRAS NA ESCOLA..	05
<i>Lucineide Lima de Paulo e Millena Pereira da Silva</i>	
PEDAGOGIA DECOLONIAL: A PRETAGOGIA COMO SUPORTE PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	20
<i>Esther Costa Mendonça</i>	
A ILHA DE SÃO TOMÉ NA PERSPECTIVA DA “ATLANTIC HISTORY”	30
<i>Cecilia Silva Guimarães</i>	
LIBÉRIA: DA EXPULSÃO DA POPULAÇÃO NEGRA PELOS ESTADOS UNIDOS AOS CONFLITOS ÉTNICOS	40
<i>Marcos Jesus de Santanna</i>	
NOVA ORLEANS À ESPERA DE GODOT.....	48
<i>Heidy Maiyumi Rafael Kanasiro</i>	
AUTONOMIA LOCAL EM ANGOLA: SENTIDO E ALCANCE.....	57
<i>Orlando Pedro Quintas</i>	
PROCEDIMENTO LABORATORIAL DE CONHECIMENTOS AFRICANOS	68
<i>Moisés Domingos Correia e Mamim Alfissene Baciro Baldé</i>	
AS COSMOVISÕES AFRICANAS E O PARADIGMA CIENTÍFICO MODERNO: DA SUBESTIMAÇÃO À RUPTURA EPISTÊMICA.....	81
<i>Nelsio Gomes Correia</i>	
ANOTAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE QUILOMBO	93
<i>Marília Eduardo da Silva e Vanderlei Barbosa</i>	
ALTERNATIVAS PENAIS E MARCADORES SOCIAIS: O PERFIL DOS(AS) CUMPRIDORES(AS) NO INTERIOR DA BAHIA.....	108
<i>Michele Mota Souza, Rizia Kelanne Lima Cavalcante e Walkyria Chagas</i>	
RESENHA - FANON E DEIVISON NEGROS PARTICULARMENTE REVOLUCIONÁRIOS	124
<i>Amauri Mendes Pereira</i>	

EDITORIAL

A Revista África e Africanidades se apresenta ao longo dos seus treze anos de existência não apenas como um periódico acadêmico, mas como um território de aquilombamento, no qual agrega entre os seus estudantes de graduação e pós-graduação, docentes da Educação Básica e Superior, representantes de diversos movimentos sociais, comunidade LGBT, lideranças quilombolas e representantes dos povos originários. Produzimos, fomentamos e divulgamos não apenas conhecimentos acadêmicos, mas também novas formas de ser, sentir e reexistir enquanto coletivo em constante luta pelo não silenciamento de vozes e narrativas subalternizadas, pela reafirmação de identidades outras, pela valorização e resgate de saberes invisibilizados e pelas diversas formas de genocídio que nosso povo preto e os povos originários estão expostos de forma cotidiana.

Estamos vivendo tempos difíceis no Brasil. Não só pela pandemia que explicita e acentua as desigualdades resultantes da lógica capitalista e racista, mas também pelo acirramento de movimentos de negacionismo histórico e científico que geram retrocessos dos pontos de vista ético, filosófico e de políticas públicas. Soma-se a isto a adoção de uma agenda de desenvolvimento econômico, na qual a educação e seus profissionais são colocados como inimigos, sendo deslegitimados e desvalorizados, a partir não da redução dos gastos públicos na área, mas também de mudanças nas diretrizes curriculares, em especial na Educação Básica, que visam o retorno ao contexto de apagamento de narrativas outras.

Este dossiê tem por objetivo suscitar possibilidades de novos olhares, perspectivas, epistemologias e práticas pedagógicas em torno de importantes temas nas áreas de Educação, História e Relações Internacionais, de forma a contribuir para a luta antirracista.

Em **Representatividade e meninas em STEM: cientistas negras na escola**, a partir de pesquisa realizada entre alunos de uma escola pública na Baixa Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro, as pesquisadoras abordam a baixa representatividade de mulheres negras, nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática; e apresentam algumas referências brasileiras e estrangeiras nas áreas mencionadas acima de forma a subsidiar novas pesquisas e práticas educativas. As análises ressaltam o papel da escola no processo de desconstrução de estereótipos, fortalecimento de identidades negras femininas e na inserção de cientistas negras nos currículos escolares.

A pretagogia é apresentada como uma alternativa de referencial teórico-metodológico na abordagem das relações étnico-raciais no ambiente escolar. Em **Pedagogia decolonial: a pretagogia como suporte para uma educação antirracista**, a pesquisadora analisa as políticas públicas educacionais em torno da promoção da diversidade e as lacunas existentes da formação dos docentes e no currículo escolar.

O dossiê também busca trazer novas perspectivas sobre a História da África e neste sentido, o artigo **A ilha de São Tomé na perspectiva da “atlantic history”**, contribui para a construção de novas reflexões em torno da formação santomense, partindo de questões importantes como das atividades comerciais realizadas, das estratégias políticas e os conflitos de interesses recorrentes entre a ilha, a Coroa Portuguesa e a região do Congo e Angola. Ainda dentro do contexto dos estudos das relações internacionais em **Libéria: da expulsão da população negra pelos Estados Unidos aos conflitos étnicos** encontramos uma discussão em torno do processo de fundação e povoamento do território da Libéria enquanto nação, no âmbito de uma política de embranquecimento da população dos EUA, a partir do século XIX. O estudo destaca ainda o cenário de constante violação dos direitos humanos, principalmente a partir dos diversos conflitos étnicos trazidos e

acirrados por esta política de povoamento e que tiveram prosseguimento com os regimes ditatoriais.

A estrutura e as relações de poder do Estado são objetos de análise do artigo **Autonomia local de Angola: sentidos e alcance**, que discorre sobre a relação entre autonomia local e autarquias locais na Angola contemporânea, representadas pelas figuras dos sobás e dos conselhos de auscultação e concertação social (CACS).

No artigo intitulado **Procedimento laboratorial de conhecimentos africanos**, os autores buscam problematizar a dependência científica do Norte, no que se refere aos estudos africanos e conseqüentemente epistemicídio e invisibilidade da intelectualidade africana nas mais diversas áreas do conhecimento. Segundo os autores o caminho para a liberdade epistêmica está no desenvolvimento de estudos sobre o continente africano que partam de intelectuais locais. Corroboram para este debate o artigo **As cosmovisões africanas e o paradigma científico moderno: da subestimação à ruptura epistêmica** que aborda não só o processo de invisibilização das epistemologias africanas, mas também processo violento de colonização que deixou como dentre outras conseqüências para os dias atuais as instabilidades políticas; os conflitos étnicos, territoriais e religiosos bem como a perda de identidades.

Partindo da categoria raça e dos conceitos de tempo linguístico e tempo psicológico, o artigo **Nova Orleans à espera de Godot** traça importantes diálogos entre a espera e tragédia, vivenciados na arte bem como no cotidiano dos moradores da cidade de Nova Orleans. Nos leva a refletir sobre o descaso do Estado norte-americanos em torno da reconstrução da cidade no contexto pós furacão Katrina.

Em **Anotações sobre o conceito de quilombo**, os autores discutem não só os conceitos atribuídos pelo senso comum, teóricos e pelo Estado aos quilombos ao longo da história, da consolidação de políticas públicas e garantia de direitos, mas também do processo de construção de identidades negras, inseridas dentro de um contexto de lutas cotidianas.

O estudo intitulado **Alternativas penais e marcadores sociais: o perfil dos(as) cumpridores(as) no interior da Bahia**, discute sobre as possibilidades e dificuldades de implantação de novas formas de resolução de conflitos penais imputadas pelo poder judiciário que não seja o encarceramento em massa. Ao longo do artigo a autora apresenta também mapeamento dos atendidos pelo Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas, do núcleo de Cruz das Almas, Bahia e destaca pontos importantes como o estigma e a discriminação que atingem diretamente o corpo negro.

E por último o pesquisador e ativista Amauri Mendes Pereira a partir da resenha **Fanon e Deivison negros particularmente revolucionários**, aborda conquistas políticas-teóricas-epistemológicas-institucionais da população negra.

Que a leitura proporcione rupturas, novos olhares e engajamentos!

Nágila Oliveira dos Santos

Editora da Revista África e Africanidades

REPRESENTATIVIDADE E MENINAS EM STEM: CIENTISTAS NEGRAS NA ESCOLA

Lucineide Lima de Paulo¹

Millena Pereira da Silva²

5

RESUMO

Este trabalho se propõe a discutir a baixa representatividade de mulheres negras nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática. Abordar-se-á também o papel da escola na tarefa de desconstruir estereótipos e promover o aumento da autoestima das alunas negras, visando à criação de um espaço escolar acolhedor. A motivação para permanecer na escola e ter êxito é um mecanismo que pode frear a evasão, além de favorecer a entrada dessas alunas na academia. Recorre-se, neste trabalho, a uma coleta de dados realizada entre alunos de uma escola pública da Baixada Fluminense, com a qual se verificou que, quando perguntados por pessoas de destaque em diferentes áreas, os alunos citam poucas pessoas negras, especialmente na área científica. Por isso, reforça-se a urgência de se incluírem nos currículos os nomes de cientistas negras que tiveram sua trajetória apagada.

PALAVRAS-CHAVE: STEM; cientistas negras; Lei 10.639/2003.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.RAA.2020v13n37.dossieeduchist05-19

¹ Doutora (IFRJ) lucineide.paulo@ifrj.edu.br

² Licencianda (IFRJ) millena.persil@gmail.com

INTRODUÇÃO

Dois problemas conhecidos, mas permanentes e interligados, ainda se impõem na educação básica: como todos os alunos podem alcançar êxito nos estudos e como evitar evasão de alunas e alunos. Um aspecto que pode contribuir para esse debate é a importância de haver representatividade no espaço escolar. Quando a professora ou o professor favorecem a diversidade em sala, construindo uma dinâmica em que o conhecimento não é transmitido por um olhar eurocêntrico, a aluna negra e o aluno negro, por exemplo, podem desenvolver uma capacidade de estima por si próprio que será fundamental para ter motivação pelo estudo. Essa autoestima, por sua vez, será fator preponderante para que jovens se dediquem às carreiras as mais diversas, sem uma visão limitadora ou estereotipada (como imaginar que medicina não é um curso possível para negros ou que engenharias não são áreas femininas).

REPRESENTATIVIDADE NEGRA

Muitas alunas e alunos vivem uma lacuna na educação básica por não verem, na escola, um espaço que seja acolhedor, uma vez que essa instituição frequentemente reforça haver modelos válidos – e os *outros*. O modelo válido, por exemplo, é aquele descrito no livro didático quando da definição de família, ou nas citações das grandes invenções e descobertas científicas, as quais trazem frequentemente a imagem de um cientista branco – homem e, possivelmente, já idoso ou louco (MACEDO, 2004). A escola não acolhe o negro em sua especificidade quando opta por levantar questões étnico-raciais apenas no Treze de Maio ou Vinte de Novembro, e ainda o faz de forma caricata ou estereotipada, reforçando aspectos ligados a uma narrativa eurocêntrica (MACEDO, 2016). Erra a escola quando omite a Filosofia Africana, quando não aborda a história das Áfricas pré-coloniais, quando não elenca a tecnologia e a ciência produzida por africanos – para citar alguns exemplos.

Alunas e alunos negros se veem representados em excesso em programas de televisão sensacionalistas que noticiam crimes; estão amplamente representados pela mídia em funções ou atuações estereotipadas (jogador de futebol, sambistas); são predominantemente as personagens subalternas ou marginais à trama em novelas e filmes (SANTOS, 2015). Por outro lado, não se apresenta a esses jovens, de forma consistente, cientistas negros. Verifica-se, portanto, um racismo na construção do espaço escolar, ao se negar a presença, a atuação, os méritos e, principalmente, a imagem de pessoas negras que poderiam servir de espelho para os jovens que frequentam aquele lugar.

Para avaliar esse cenário, realizou-se uma pesquisa entre estudantes da rede pública (Ensino Médio e Graduação) numa instituição federal da Baixada Fluminense. Procurou-se saber quem os alunos indicariam como primeiro nome em cinco categorias: artista, esportista, cientista, jornalista, *youtuber*.

Organizou-se o questionário de modo a não haver sugestão prévia de gênero (menos ainda raça), com a seguinte proposta: “Cite uma pessoa que você considera importante nas seguintes categorias”. Responderam ao questionário 166 discentes, gerando um total de 830 respostas (contando as cinco categorias). A hipótese inicial era a de que haveria pouca menção a negros de modo geral, mas que haveria ainda menos referências a cientistas negros e negras.

Ao se contabilizarem os nomes citados, verificou-se na categoria “artista” o seguinte dado: houve 77,1% de citações de artistas brancas e brancos, e 22,9% menções a artistas negras e negros. Quando se recorta por gênero, entre os negros, houve 57,9% de nomes de

homens e 42,1% nomes de mulheres.

Já quanto a esportistas, surgiram 58,4% de referências a pessoas brancas e 41,5% a pessoas negras. Entre as pessoas negras, 57,9% eram homens e 42% mulheres.

Vale destacar um aspecto relevante do resultado de citações na categoria “jornalista”: 68,1% eram pessoas brancas e 31,9% pessoas negras. Entre essas pessoas negras citadas, 100% eram mulheres (Gloria Maria e Maju Coutinho). A pessoa mais citada nesse campo foi William Bonner, com 18,6%. Gloria Maria foi lembrada por 15% dos respondentes e Maju Coutinho, por 16,9%. Esse quadro revela como a representatividade importa e aponta sobre como a presença de uma pessoa negra na mídia pode impactar na construção do imaginário das crianças e jovens.

A categoria “youtuber” foi reveladora de quais pessoas são influenciadoras dos jovens (neste recorte do trabalho): houve 98,8% de menções a pessoas brancas e a apenas 1,2% a *youtubers* negras (neste caso, apenas duas mulheres surgiram). Além disso, vale registrar que há uma ‘pulverização’ desses nomes, pois entre 166 respondentes, houve menção a 77 *youtubers* diferentes (Felipe Neto foi o mais citado, com 7,2% de menções).

Por fim, na categoria “cientista”, houve 95,2% de menções a pessoas brancas (em especial, Albert Einstein com 24,6% e Marie Curie com 17%) e apenas 4,8% a pessoas negras. Surpreendente para as pesquisadoras foi este resultado: no campo “cientista”, foram citadas duas docentes negras da escola (somadas, alcançaram 3% de menção).

O resultado dessa coleta simples aponta para uma possibilidade de quebra de paradigma entre jovens, pois estes buscam representatividade. Quando há negras e negros se revelando em suas áreas de atuação, as alunas e os alunos os tomam como figuras de destaque (por exemplo, no resultado da categoria “jornalista”). Quando há uma cientista apresentada aos alunos, como Marie Curie, esse nome pode surgir na memória como primeira opção de resposta.

Vale reforçar que, a partir desses dados, confirma-se o quanto o modelo de branquitude ainda prevalece como alternativa mais evidente: das 830 respostas coletadas, houve 75% de referências a pessoas brancas. Mulheres negras apareceram em somente 13% das respostas. Se se considerar apenas o parâmetro “homem negro”, houve 7,4% de citações. Em comparação, vejam-se as lacunas sem preenchimento: dos 830 campos a serem preenchidos, 7,2% retornaram às pesquisadoras em branco – quase a mesma quantidade da menção a homens negros.

Verifica-se que a imagem construída na escola do que sejam a negra e o negro se torna um aspecto fundamental para que o jovem desconstrua a visão transmitida pela grande mídia. A escola precisa estar atenta aos modelos que reforça no imaginário das estudantes e dos estudantes. A respeito dessa responsabilidade, vale lembrar que

Os estereótipos, ou seja, os clichês, as imagens cristalizadas ou idealizadas de indivíduos ou grupo de indivíduos cumprem o papel social de produzir os preconceitos, as opiniões e conceitos baseados em dados não comprováveis da realidade do outro, colocando esse outro sob rejeição ou suspeita. Por outro lado, a vítima do preconceito pode vir a internalizá-lo, auto-rejeitando-se e rejeitando aquele a que se assemelha. (SILVA, 2010)

AUTOESTIMA ENTRE NEGROS E NEGRAS

A representatividade na escola, assim, colabora para que a aluna e o aluno possam construir uma imagem positiva de si mesmos, por terem acesso a pessoas de sucesso com

as quais se identificam em função do fenótipo. Contudo, essa representatividade não pode ser tomada como a presença de uma única pessoa negra que “represente” toda a população negra do Brasil. É preciso destacar todos os feitos de pessoas negras que participaram da história (como já sucede com pessoas brancas), não restringindo essas conquistas a feitos folclóricos ou possíveis apenas para *super-pessoas*.

Cite-se, como exemplo de reformulação de estereótipos, a visão que se tem da produção científica. É lugar-comum a visão de que ciência se faz por homens brancos (FRAZÃO, 2019). Aos negros, por oposição, não se relacionam imagens ligadas a pesquisadores – não porque não existam pesquisadores negros, mas porque a imagem que se tem desses homens é ligada à força e ao trabalho braçal. Assim, um aluno negro não constrói em seu imaginário a possibilidade de vir a ser cientista.

Considerar o gênero de quem faz ciência também é relevante, pois parece não haver espaço para cientistas mulheres no imaginário social.

Luisa Massarani *et al.*, já em 2013, discutiam a imagem do cientista construída culturalmente. Em seu estudo, foram pesquisadas as aparições de cientistas em dois programas televisivos (Fantástico e Jornal Nacional, ambos da Rede Globo) e contabilizadas segundo o gênero. As autoras verificaram que “o gênero do cientista se mostra fundamental para a sua aparição (ou não) em matérias de ciência nos dois programas, sendo a chance de um cientista homem aparecer em uma matéria ser o dobro de uma cientista mulher” (MASSARANI *et al.*, 2013).

Analisando as representações da ciência e de cientistas em filmes de curta-metragem sobre ciência e tecnologia exibidos no Festival Anima Mundi de 1993 a 2013, Gabriela Reznik *et al.* (2019) encontram uma diferença marcante: dos 79 filmes em que aparecem cientistas, os homens são esses cientistas em setenta filmes (89%), ao passo que as mulheres o são em apenas dez (13%).

É inegável a influência que as mídias têm sobre a população, e a televisão ainda é um meio presente nas casas, colaborando intensamente para a construção dessa narrativa que omite mulheres atuando na área de pesquisa científica. Apresentar apenas cientistas brancos impede uma visão de representatividade que ampliaria a interpretação de mundo das crianças e dos jovens.

Irina Bokova, diretora-geral da Unesco entre 2009 e 2017, explicou que

Muitas meninas são impedidas de se desenvolver por conta da discriminação, pelos diversos vieses e por normas e expectativas sociais que influenciam a qualidade da educação que elas recebem, bem como os assuntos que elas estudam. (BOKOVA, 2018)

Diante desse cenário, constata-se a importância da atuação crítica do professor que, mesmo com material didático limitado, será capaz de conduzir reflexões em sala de aula, de modo a quebrar tais estereótipos e gerar um ambiente aberto à diversidade e livre do racismo presente na invisibilização da história e da cultura negra – sem desconsiderar seu recorte de gênero.

O papel do professor é determinante no processo de reapropriação e reinvenção do conhecimento. Através da análise crítica dos textos, da correção das ilustrações, da comparação do que lê com o que vê e da comparação do que lê com o seu cotidiano, suas experiências e sua cultura, ele pode desconstruir o estigma. (SILVA, 2010)

Assim, é imprescindível uma formação adequada, que prepare docentes para a luta

antirracista. É preciso também uma escola habituada ao debate concreto e profundo sobre estereótipos, revendo preconceitos, corrigindo falhas e lacunas. Por fim, é importante que haja material didático disponível para auxiliar nesse processo.

MENINAS E MULHERES NEGRAS EM STEM

O estímulo à presença feminina nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (ou STEM, na sigla em inglês para *Science, Technology, Engineering e Mathematics*) não deve começar apenas no Ensino Superior, pois os fatores que afastam as mulheres desse campo de atuação começam em suas vidas ainda muito cedo. Em documento publicado pela Unesco, em 2018, elencam-se alguns aspectos relacionados a isso, entre os quais:

- As diferenças de gênero na participação na educação em STEM em detrimento das meninas se iniciam ainda na educação infantil, em brincadeiras relacionadas às ciências e à matemática, e são mais visíveis nos níveis de ensino mais altos.
- Aparentemente, as meninas perdem o interesse em STEM com a idade, em particular entre o início e o fim da adolescência. Esse interesse reduzido afeta a participação em estudos avançados no nível secundário. [...] (Unesco, 2018)

Entretanto, é preciso considerar que não se pode tomar um único recorte como critério para avaliar a entrada nas Ciências Exatas: sobrepor raça e gênero constitui um enfoque acurado e revelador de desigualdades mais profundas. Isso ocorre porque o traço “gênero” e “raça” impactam na construção desse quadro. Contudo, gênero e raça, simultaneamente, apontam para um desnível de acesso à STEM diferente, ainda mais dificultado.

Assim, procedendo a um duplo recorte, raça e gênero, os lugares-comuns tornam-se mais restritivos: à mulher negra não só lhe é imposta falácia que a faz acreditar, por exemplo, não ser capaz de atuar na área de Ciências, Tecnologias, Matemática – por uma alegada questão biológica que a tornaria inapta para ‘lidar com números’ – como também não lhe caberia a função de pesquisadora, visto que, às negras, os estereótipos indicam outras funções na sociedade (ORLANDO *et al.*, 2008).

Luzinete Simões Minella analisou estudos que se propunham a discutir representatividade dentro da área de ciências no Brasil e propôs um panorama de como ocorre essa abordagem. Ao final, observou que há “ausência, entre os estudos abordados, de análises que coloquem as questões étnicas no centro do debate” (Minella, 2013):

Os resultados obtidos sugerem que a crítica à ciência formulada nos estudos analisados está centrada no androcentrismo e no sexismo, invisibilizando, de algum modo, o racismo. Chama a atenção que não se problematize, por exemplo, o fato de que as cientistas pioneiras sejam, em geral, brancas e oriundas de famílias de imigrantes europeus. (idem, pág. 126)

Envolver meninas nas chamadas Áreas de Exatas é um desafio, porque implica desconstruir estereótipos, investir em projetos etc. Contudo, incluir meninas negras nessas áreas é tarefa que demanda também uma luta antirracista, porque o preconceito se sobrepõe aos clichês sociais, não apenas dificultando, mas impedindo a entrada de negras em STEM.

A proposta de luta antirracista na escola não é recente, tendo como marco a promulgação da Lei 10.639/2003, a qual obriga as escolas de ensino regular a incluírem história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos. Essa lei foi atualizada em 2008, quando também foi incluída a história e a cultura indígena.

Há um movimento cada vez maior de docentes que propõem planos de aulas com tais

temáticas, mas essa inserção ainda não se instalou plenamente na dinâmica dos docentes. Esses conteúdos (história e cultura africana, afro-brasileira e indígena) estão frequentemente ligados a eventos em datas comemorativas ou restritos a uma área do conhecimento (componente curricular de História ou Literatura, por exemplo).

Contudo, para implementar efetivamente essa lei, há que se buscar uma abordagem em aula não mais exclusivamente eurocentrada, mas também favorecendo um olhar afrocentrado. Isso se faria se, inicialmente, os docentes contassem com essa formação em seu curso de licenciatura. Não se pode depender apenas do interesse do professor ou de um autodidatismo quanto a esse conteúdo. É sabido que os professores interessados no tema recorrem a cursos de extensão ou pós-graduações que lhes forneçam material de trabalho, ou pesquisam por si sós – o que demanda grande investimento de, no mínimo, tempo. Se as graduações já lhes fornecessem um material básico, instrucional, com um mínimo de fontes para que pudessem atuar na implementação efetiva da Lei, as aulas seriam algo diferente.

Stephany Heidelmann *et al.* (2018), analisando a inserção da lei 10.639/2003 e da cultura africana e afro-brasileira nas trajetórias formativas dos professores e em suas práticas docentes, defendem

a inserção do tema desde a educação básica até a formação docente, considerando a escola como ferramenta potencializadora na desconstrução do mito da democracia racial e na valorização da história e cultura afro-brasileira e africana numa perspectiva transformadora. (Heidelmann, 2018)

Uma intervenção inicial e possível na licenciatura é a oferta de um componente curricular (ainda que optativo), com o qual se trabalhem os temas principais, para que o docente formado naquela instituição tenha acesso, ao menos, à Lei e a textos básicos com os quais aprenderá a conduzir uma aula evitando o eurocentrismo. Para Heidelmann e Silva (2018),

A falta de comprometimento com questões étnico-raciais ainda está muito presente tanto na trajetória da formação docente, quanto nas práticas em sala de aula [...], o que se distancia das orientações das políticas educacionais e muito influencia na reprodução do preconceito, eurocentrismo e marginalização de grupos étnicos.

Assim, o percurso que se espera é que o estudante, quando aluno na Educação Básica, já tenha mantido contato com a história e a cultura africana e afro-brasileira. Detendo um saber nascido de uma abordagem decolonial (isto é, em que se propõe uma quebra do modelo hegemônico, em que se reaja à manutenção de opressões sociais), o jovem que ingressar num curso de licenciatura, aprenderá profundamente como a disciplina que estuda se constituiu, também, a partir de conhecimentos africanos. Ao se tornar um docente, ele ministrará aulas em que as culturas de origem europeia, africana, americana (etc.) serão abordadas de forma equivalente, sem omissão ou estereótipo – e seu aluno terá acesso a conteúdos que lhe permitirão ampliar a leitura de mundo. É por meio desse conhecimento que se pode esperar um comportamento não racista – ou, antes, antirracista.

Não se pode prescindir de uma educação capaz de libertar e de construir uma sociedade igualitária. A esse respeito, Heidelmann *et al.* (2019) explicam que

distanciar-se de uma concepção ingênua da ciência é fornecer aos alunos meios de se apropriar do conhecimento científico e das discussões sociais, visando à instrumentalização crítica e reflexiva desses alunos a fim de inseri-los em discussões sobre organização social, política e econômica da sociedade e seus impactos.

O racismo presente no Brasil não pode ser visto como restrito às injúrias raciais cotidianas,

pois ele é estrutural e tem consequências palpáveis e graves, que vão desde o impedimento de mobilidade social até ao chamado genocídio negro. Por isso, à escola cabe o papel imprescindível de atuar concretamente na luta antirracista. A Lei 10.639/2003 não visa apenas aumentar o cabedal teórico dos alunos, lhes fazendo conhecer os países da África ou os deuses de algumas religiões de origem africana, mas essencialmente repensar uma alegada democracia racial no País, gerando um debate que permita aos alunos não serem racistas. Ao professor e à professora, de qualquer disciplina, de qualquer nível de educação, cabem as tarefas de não reforçar e de não manter estereótipos negativos ligados à negritude, pois dessa visão a ser transmitida pela escola depende a construção do imaginário e da autoestima da aluna negra, do aluno negro que frequentam aquele espaço.

Assim, uma sala de aula em que se aborde a história e a cultura africana e afro-brasileira pode contribuir para um aumento de autoestima da aluna e do aluno negros, favorecendo sua relação com a escola – o que potencialmente evitará que a abandonem.

Entretanto, para além da permanência e do êxito de alunos negros na escola, é urgente desenvolver meios de eliminar preconceitos quanto à presença de mulheres negras na Academia. Como já dito, contabilizar quantidade de mulheres na ciência sem levar em conta sua raça constitui-se gesto segregador, já que as realidades das mulheres brancas e negras diferem significativamente entre si.

Em dados divulgados pelo IPEA (2015?), “População feminina segundo cor/raça - Brasil e Regiões, 1995 a 2015”, consta que 51,47% da população brasileira é mulher, dentre as quais 46,39% brancas e 52,73% negras. Contudo, essa proporção não se repete no meio acadêmico, por exemplo.

Isabel Tavares *et al.* (2015) analisaram esse panorama, quantificando o número de bolsas destinadas a pesquisadores: “As mulheres brancas representam 59% do total de mulheres bolsistas e as negras (pardas e pretas) 26,8%. Entretanto, a participação das pretas é pequena: 4,8%.”

Comparando-se esses números, vê-se que há 52,7% de negras no Brasil, mas apenas 26,8% contam com bolsas de pesquisa – dado que funciona como um índice para revelar a menor presença de pesquisadoras negras nos meios acadêmicos.

Essa disparidade não tem relação com capacidade, mas com um sistema racista que discrimina e segrega, mesmo que de modo imperceptível para alguns. A exclusão se dá em diferentes níveis: por exemplo, no acesso à educação de qualidade e a empregos formais com salários equivalentes aos dos brancos. Para além do racismo cotidiano e suas microagressões (MARTINS *et al.*, 2020), forjador de baixa autoestima, há elementos na constituição da sociedade que ainda permanecem e provocam grandes desigualdades – como as políticas de segurança pública.

De fato, o acesso à educação regular é possível: as escolas públicas recebem alunas e alunos, indiferentemente da cor de suas peles. Entretanto, há uma redução do número de mulheres negras na Pós-graduação, se considerado o número de meninas que ingressam na Educação Básica.

Observa-se, diante desse cenário, um quadro que deve ser estudado sob três abordagens, sobrepostas.

A primeira delas diz respeito ao gênero. Deve-se questionar a ausência ou a baixa representatividade da mulher no quadro de pesquisadores científicos. Por que, às mulheres, a Ciência ainda não é apresentada como uma carreira naturalmente possível?

A segunda abordagem diz respeito à raça. É preciso insistir que há barreiras impedindo o acesso, a permanência e o êxito de negros no sistema acadêmico – e que isso é fruto de um racismo estrutural. Por que, aos negros, a Ciência não é apresentada como uma carreira naturalmente possível?

Por fim, a terceira abordagem diz respeito às áreas de atuação. É necessário debater por que há tão poucas mulheres – principalmente mulheres negras – nas áreas de STEM. Por que, às mulheres negras, as Exatas não são apresentadas como carreiras naturalmente possíveis?

12

Com vistas a incentivar a participação de mulheres – e em especial mulheres negras – nas áreas de Ciência, Tecnologia, Matemática e Engenharia, são necessárias ações políticas (como editais específicos) e ações pedagógicas ao longo da jornada da estudante. Além de inserir a história e a cultura africana e afro-brasileira, deve-se destacar a presença de mulheres negras cientistas, de forma que se evite seu apagamento. Fortalecer a visão de que também às meninas negras cabe a função de pesquisadora é uma etapa de *empoderamento* capaz de promover real mudança nas escolas, quanto à evasão, quanto ao êxito, quanto à continuidade dos estudos.

A esse respeito, Betina Lima *et al.* (2015) explicam que

A tentativa de inscrição destas mulheres [pesquisadoras e cientistas de diversas disciplinas] na história, para além de uma questão de justiça, tem um importante desdobramento simbólico, pois ressalta que a produção científica também tem sido uma realização das mulheres. Criar modelos a serem seguidos e contar histórias de vida que motivem é uma das estratégias adotadas para atrair meninas e jovens para a carreira científica, em especial para áreas em que estão sub-representadas.

Por isso, devem-se divulgar nas escolas e compartilhar entre docentes e discentes materiais que apresentem as cientistas negras, de forma que sejam promovidas trajetórias de pessoas reais, cujos passos podem ser seguidos pelas alunas e pelos alunos. Três exemplos de ações dessa natureza são o “Catálogo Intelectuais Negras Visíveis” (XAVIER, 2017), o “Calendário de Divulgação Científica 2020: Cientistas Negras” (SANTOS, 2020) e o caderno pedagógico “Mulheres Negras na Ciência: Uma proposta para contextualização de aulas de Química a partir dos nomes de grandes cientistas negras” (SILVA, 2019).

MATERIAL DE APOIO DIDÁTICO: MULHERES NEGRAS NA CIÊNCIA

O caderno pedagógico “Mulheres Negras na Ciência: Uma proposta para contextualização de aulas de Química a partir dos nomes de grandes cientistas negras” foi produzido a partir do projeto “Mulheres Negras na Ciência: do apagamento ao empoderamento”, desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, e contemplado com recursos do Programa Institucional de Incentivo a Projetos de Pesquisa – Prociência. Compartilham-se, aqui, trechos do material e como se estrutura a proposta.

Em um mundo ideal, o processo de ensino-aprendizagem se constitui por um papel significativo e transformador para os alunos, no qual as aulas são dinâmicas, contextualizadas e a turma interage plenamente com os conteúdos propostos. Contudo, sabe-se que este não é o cenário encontrado. Ciente dessa dificuldade comum às salas de aula, destaca-se que a principal intenção deste trabalho é a de, abordando uma temática de suma importância para o ambiente estudantil, estimular a criatividade dos professores durante o processo de montagem das aulas, levando-se em consideração essa falta de tempo hábil na rotina desses profissionais.

O material foi produzido pela aluna bolsista durante o projeto e é voltado especialmente

para docentes que desejem contextualizar suas aulas de Química com a história da presença feminina negra nas Ciências, em especial na chamada área de Exatas. Foram escolhidas oito mulheres para representar a atuação de cientistas negras que já foram omitidas, ao longo da história. Ressalta-se que o Caderno é um material introdutório, ilustrativo, para que docentes possam se apropriar de nomes e histórias e, assim, incluir em suas aulas o debate sobre uma ciência que também foi feita por negras e negros. Nessas propostas, foram listadas sugestões de contextualização de alguns tópicos, sempre partindo-se das cientistas negras, levando-se em consideração os conteúdos orientados pelo currículo mínimo escolar. Vale lembrar que o material completo em formato *pdf* está disponível para compartilhamento (solicite-se por *e-mail* às autoras).

AS CIENTISTAS NEGRAS EM DESTAQUE

a. Viviane dos Santos Barbosa

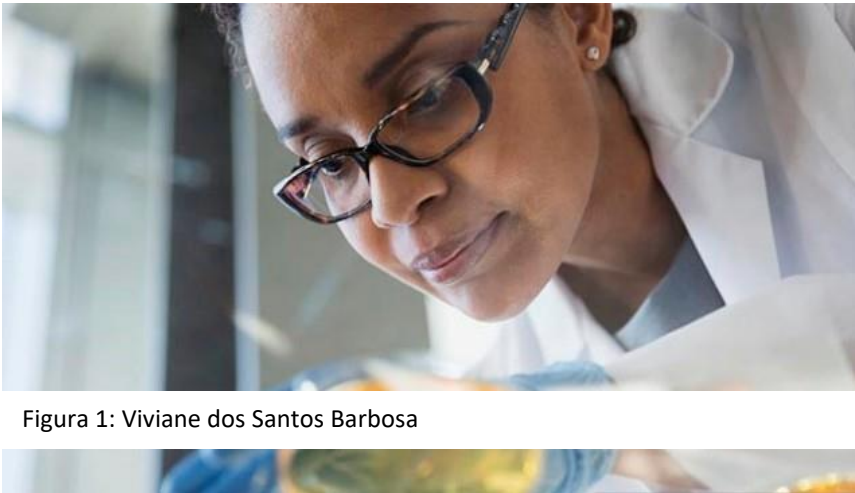


Figura 1: Viviane dos Santos Barbosa

.A pesquisadora baiana, formada em Química Industrial pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizou um intercâmbio cultural a fim de aprimorar seus estudos na *Delft University of Technology*, localizado na Holanda. Tornou-se conhecida ao desenvolver um produto catalisador que reduz emissão de gases poluentes por meio de uma mistura de

paládio (Pd) e platina (Pt). Além de seu reconhecimento no segmento de catalisadores, seu trabalho em engenharia química está focado na área da nanotecnologia.

A fim de contextualizar o trabalho e a história da pesquisadora, sugere-se que o professor se concentre em conteúdos ligados à problemática ambiental da emissão de gases poluentes na atmosfera. Dessa forma, os tópicos Estudo dos Gases, Termodinâmica e Química Ambiental podem ser contextualizados a partir do trabalho dessa cientista.

Para abordar tais temas, sugere-se uma menção ao desmatamento na Floresta Amazônica; ou à permanência dos debates iniciados na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-1992); ou, ainda, a uma apresentação de um episódio da série televisiva *The Crown*, no qual se retrata o evento conhecido como Nevoeiro de 1952.

b. Alice H. Parker

A afro-americana se tornou conhecida pela invenção revolucionária de um forno de aquecimento a gás, em substituição à queima de lenha muito utilizada na época.

Sugere-se usar sua invenção para discutir o funcionamento do sistema de aquecimento a gás e sua importância em países de inverno rigoroso. Pode-se inserir essa descoberta em conteúdos tais como Termodinâmica, Estudo dos Gases, Máquinas Térmicas e Química Ambiental.

Para apresentar esse assunto, sugere-se uma discussão em torno do Aquecimento Global (e de como ele afetará países em diferentes regiões do planeta); ou a apresentação de um trecho de um episódio do seriado *Friends*, no qual ocorre um problema no aquecedor, durante o Natal.



Figura 2: Alice H. Parker

c. Simone Maia Evaristo



Figura 3: Simone Maia Evaristo

Formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, atua na área de Biologia e Citotecnologia, com ênfase em estudos ligados ao câncer.

Sua atuação permite uma interdisciplinaridade entre o ensino de química e da biologia celular. Por meio de seus trabalhos, é possível discutir reações químicas no metabolismo humano. Conteúdos como Soluções (osmose), Equilíbrio Químico (metabolismo celular), Eletroquímica (Reações Bioquímicas - movimentação de elétrons) e Química Orgânica podem ter como mote o trabalho dessa cientista.

Para trabalhar a interface possível entre Biologia e Química, há diferentes materiais midiáticos, tais como episódios de *The Big Bang Theory* ou de *Breaking Bad*.

d. Sônia Guimarães

Primeira brasileira negra doutora em Física, atua na área de Física Experimental, Física Aplicada e tem extensa atuação na luta antirracista.

A partir de suas pesquisas, é possível levar os alunos a debater os impactos ambientais provenientes dos aparelhos eletrônicos. Assim, seriam contemplados tópicos como Tabela Periódica, Radioatividade, Lixo eletrônico, Química dos materiais eletrônicos, Química ambiental.

Sugere-se a abordagem inicial do tema por meio do documentário “*Blood in the mobile*”, disponível no Youtube, ou a partir de uma discussão sobre como a tecnologia dos últimos vinte anos passou a dominar o cotidiano dos indivíduos (quanto a ser positiva ou negativa).



Figura 4: Sônia Guimarães.

e. Valerie L. Thomas

Atuou na NASA (*National Aeronautics and Space Administration*) e patenteou um transmissor de ilusão, dispositivo que produz imagens de ilusão de ótica através de dois espelhos côncavos. Tal invento foi empregado pela NASA além de ser adaptado para uso em cirurgias e para a produção de telas capazes de projetar imagens 3D.

Essa imbricação entre tecnologia 3D e Química pode ser aproveitada em sala de aula por se apresentarem aplicativos e programas a partir dos quais se podem observar as estruturas das moléculas. Além disso, discutir a relação entre Tecnologia e Química é um tópico relevante para estudantes. Os conteúdos atingidos por tal assunto podem ser Geometria Molecular, Ligações Químicas, Interações Moleculares e Estereoquímica.

A abordagem do assunto pode ocorrer por meio de filmes em três dimensões ou, mesmo, já solicitando que alunos construam e observem moléculas nos programas específicos.



Figura 5: Valerie L. Thomas



f. Tebello Nyokong



Figura 6: Tebello Nyokong



Professora na África do Sul, a cientista vem realizando pesquisas sobre aplicações do composto *ftalocianina* na área da saúde como Terapia Fotodinâmica de agentes cancerígenos.

Usando seu trabalho como mote, pode-se contextualizar o ensino de química com o tratamento de diversos tipos de câncer por meio da quimioterapia. Por exemplo, é possível apresentar aos alunos o princípio químico dos agentes quelantes, muito utilizados para o tratamento de doenças como o câncer. Esse tema pode estar

inserido em Química Inorgânica, Reações Químicas, Bioquímica ou Radioatividade.

Para uma contextualização por meio de série, sugere-se *Grey's Anatomy*; contudo, uma matéria jornalística que aborde quimioterapia também servirá adequadamente como provocador para a aula.

g. Joycelyn S. Harrison

Enquanto atuou na NASA, essa engenheira química conduziu pesquisas na área de polímeros. As realizações pessoais de Harrison incluem várias patentes para substratos piezoelétricos (os quais têm funcionalidade na indústria aeroespacial e no setor comercial).

Pode-se apresentar uma visão diferenciada a respeito do conteúdo de polímeros, não somente focando na estrutura das moléculas, porém discutindo os polímeros piezoelétricos – macromoléculas capazes de realizar a conversão entre energia elétrica e energia mecânica – e a importância de suas propriedades físico-químicas para a indústria. Esse tema pode ser abordado nas matérias de Química Orgânica, Polímeros e Eletroquímica.



Figura 7: Joycelyn S. Harrison

Uma sugestão de abordagem seria introduzir o assunto por meio da discussão sobre a problemática dos plásticos no meio ambiente para, assim, desenvolver a temática da aula sobre a importância da pesquisa ligada aos polímeros piezoelétricos para a ciência em geral.

h. Estelle Mossou



Figura 8: Estelle Mossou

Nascida no Gabão, essa física atua no estudo de sistemas filamentosos auto-montantes com interesse biomédico e biotecnológico: tem vasta experiência em Biologia Estrutural. Os sistemas filamentosos do tipo amilóide são de particular interesse para a cientista, devido à sua ligação com doenças como a doença de Alzheimer e diabetes tipo II. Além disso, estuda a estrutura de biomoléculas a partir de difração de nêutrons e raios-X.

Seu trabalho permite uma contextualização das aulas que envolvem partículas subatômicas. É possível apresentar uma visão diferenciada das partículas subatômicas, não somente focando na estrutura do átomo em si, porém discutindo como suas propriedades físico-químicas afetam na aplicabilidade de diferentes materiais, com diferentes objetivos. Sua pesquisa vincula-se a conteúdos tais como Atomística, Partículas Subatômicas (nêutrons) e Química dos materiais.

A origem do universo é um mote interessante para introduzir o assunto, assim como se pode debater com os alunos a importância das pesquisas sobre partículas subatômicas a partir do seriado televisivo *The Big Bang Theory*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se, assim, que ocorre uma baixa representatividade de mulheres nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, mas o número fica ainda mais reduzido quando se consideram as mulheres negras. Para incentivar as jovens estudantes a ingressarem nesses campos de atuação, pode-se proceder a aulas que verdadeiramente respeitem a Lei 10.639/2003. Isso se dará, por exemplo, quando a diversidade for respeitada nas dinâmicas de aula, com uma abordagem pedagogia afrocentrada, e quando houver apresentação de pessoas negras (especialmente mulheres negras) cientistas. Esse movimento favorecerá um aumento de autoestima nas alunas pretas e pardas, o que poderá se refletir numa percepção da escola como sendo mais acolhedora. Em consequência, espera-se que essa aluna não apenas permaneça frequentando a escola, mas também se aproprie de uma verdade que não limitará suas escolhas quando for optar por um curso de graduação, sentindo-se segura para ingressar em quaisquer cadeiras ligadas à STEM.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodolfo; ZANLORENSSI, Gabriel. Gênero e raça de estudantes do ensino superior no Brasil por curso e área. **Nexo Jornal**, 13 de dez de 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/12/13/G%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-de-estudantes-do-ensino-superior-no-Brasil-por-curso-e-%C3%A1rea>. Acesso em: 30 mar. 2020.

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Parte III - Negros e Negras nas áreas do conhecimento e faixa etária**. s/d. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/3a9238af-57b3-47a9-ba79-514a633f7223>. Acesso em: 29 mar. 2020.

BOKOVA, Irina. **Prefácio**. Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). – Brasília: UNESCO, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264691>. Acesso em: 30 mar. 2020.

FRAZÃO, Monique. A ciência não é só dos homens. **RADIS Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro, Fiocruz: 1º jan. 2019. Disponível em <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/a-ciencia-nao-e-so-dos-homens>. Acesso em 22 jul 2020.

HEIDELMANN, Stephany Petronilho; SILVA, Joaquim Fernando Mendes. *Lei Federal 10.639/03 e o Ensino De Química: Um Levantamento sobre a sua Efetividade nas Salas de Aula do Estado do Rio de Janeiro*. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**. V ol. 8 n.3. Unigranrio: set/dez 2018. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/4681>. Acesso em 23 mar. 2020.

HEIDELMANN, Stephany Petronilho; SILVA, Joaquim Fernando Mendes da; PINHO, Gabriela Salomão Alves. O ensino de Química e a cultura afro-brasileira e africana: ação docente e compromisso social. **Revista Confluências Culturais**. Vol. 8, n. 3: Memória e patrimônio cultural: espaços e práticas de difusão na contemporaneidade. 2019. Disponível em: <http://periodicos.univille.br/index.php/RCCult/article/view/570>. Acesso em: 29 mar. 2020.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. IPEA, 2015?. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_populacao.html. Acesso em: 29 mar. 2020.

LIMA, Betina Stefanello; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; TAVARES, Isabel. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. **Revista Gênero**. Vol. 16, n.1, p. 11 - 31. Niterói-RJ: 2º sem. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31222>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MACEDO, A. A gestão escolar democrática e a implementação da educação antirracista na escola. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 187, p. 106-120, 6 dez. 2016. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/30956>. Acesso em 22 jul. 2020.

MACEDO, Elizabeth. A Imagem da Ciência: Folheando um Livro Didático. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 86, p. 103-129, abril 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n86/v25n86a07>. Acesso em 22 jul. 2020.

MARTINS, Tafnes Varela; LIMA, Tiago Jessé Souza de; SANTOS, Walberto Silva. O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 25, n. 7, p. 2793-2802. Rio de Janeiro, jul. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000702793&lng=p&t&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2020.

MASSARANI, Luisa *et al.* Gênero, ciência e TV: representações da mulher cientista nos programas brasileiros Jornal Nacional e no Fantástico.. In: **Memorias de la XIII Reunión de la Red de Popularización de la Ciencia y la Técnica en América Latina y el Caribe - XIX Congreso Nacional de Divulgación de la Ciencia y la Técnica México: SOMEDICYT, 2013** Disponível em http://www.redpop.org/wp-content/uploads/large/LIBRO_SOMEDICYT.pdf. Acesso em 18 mar. 2020.

MINELLA, Luzinete Simões. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna?. **Cadernos Pagu** (40), janeiro-junho de 2013:95-140. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332013000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 mar. 2020.
<https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000100003>

ORLANDO, Andréia Fernanda; FERREIRA, Aparecida de Jesus; COUTO, Fernanda Cristina; WATTHIER, Luciane. Os Estereótipos do Negro Presentes em Livros Didáticos: Uma Análise a Partir dos Parâmetros Nacionais. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus (org.). **PEAB – Projeto de estudos afro-brasileiros: contexto, pesquisas e relatos de experiências**. Cascavel-PR: Unioeste, 2008. Disponível em

http://sistema.app.com.br/portalapp/uploads/coletivos/peab_projeto_2008.pdf#page=54. Acesso em: 22 jul. 2020.

REZNIK, Gabriela *et al.* Como adolescentes apreendem a ciência e a profissão de cientista?. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis. Vol. 25, n. 2, p. 829-855. Petrópolis-RJ: ago. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200829&lng=p_t&nrm=iso. Acessos em: 18 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p829>.

REZNIK, Gabriela; MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. Como a imagem de cientista aparece em curtas de animação?. **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Vol. 26, n. 3, p. 753-777. Rio de Janeiro, Set. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702019000300753&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 mar. 2020. Epub Sep 16, 2019. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702019000300003>.

SANTOS, Joseli Maria Silva dos. **Cientistas Negras: Calendário de Divulgação Científica 2020**. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

SANTOS, Thais Helen do Nascimento. Mídia, representação e raça: o negro na telenovela *Avenida Brasil*. **Mediação**, v. 17, n. 20. Belo Horizonte, jan./jun. de 2015. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/2515/1717>. Acesso em: 12 out. 2020.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. 2 ed [Livro eletrônico]. Salvador, BA: EDUFBA, 2010.

SILVA, Millena Pereira da; PAULO, Lucineide Lima de. **Mulheres Negras na Ciência: do apagamento ao empoderamento**. Uma proposta para contextualização de aulas de Química a partir dos nomes de grandes cientistas negras. IFRJ, 2019. Mimeografado.

TAVARES, Isabel; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; LIMA, Betina Stefanello. **Análise sobre a participação de negras e negros no sistema científico**. 2015. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/1f95db49-f382-4e22-9df7-933608de9e8d> Acesso em: 21 mar. 2020.

UNESCO. **Decifrar o Código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM)**. Seção: 1. Situação atual de meninas e mulheres na educação e nas carreiras de STEM. Brasília: UNESCO, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264691>. Acesso em: 30 mar. 2020.

XAVIER, Giovana (org.). **Catálogo Intelectuais Negras Visíveis** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Malê, 2017. Disponível em: https://484731a1-d837-4a29-8ebc-408d919bceab.filesusr.com/ugd/43be3f_5d6c82f981ac_4d6a9e8393c2608e93af.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

PEDAGOGIA DECOLONIAL: A PRETAGOGIA COMO SUPORTE PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Esther Costa Mendonça³

20

RESUMO: Promover uma abordagem educacional que possibilite um olhar sobre as diversidades é papel da educação contemporânea. Nas últimas décadas, as políticas públicas educacionais têm-se apresentado sensíveis à essa questão e apresentado propostas e orientações que viabilizem esse olhar. No entanto, diante dessas perspectivas surge a dificuldade do docente em abordar as temáticas em sala de aula. A lei 10.639/03 surgiu para estabelecer diretrizes a fim de incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", contudo não oferece subsídios para essa abordagem, e professores com formação deficiente nesse aspecto sentem dificuldade em como proceder nessa situação. Diante dessa dificuldade a Pretagogia surgiu como alternativa de referencial teórico-metodológico na abordagem das relações étnico-raciais no ambiente escolar. Assim, recorreremos à Petit (2015) a fim de compreender o que é e o que propõe a Pretagogia, Petit & Alves (2015) para expôr as suas metodologias e Silva (2019) apresentando o surgimento da Pretagogia. Compreendendo que a educação antirracista urge nas escolas, buscou-se apresentar uma alternativa que oferece suporte para educadoras e educadores interessados em abordar a questão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação antirracista; currículo; transversalidade.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.RAA.2020v13n37.dossieeduchist20-29

³ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: est.costa@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Quem somos, de onde viemos e para onde são questões filosóficas do mundo inteiro. Do macro ao micro, além-mar e através dele, todas as sociedades trabalham o seu pertencimento através de rituais, comemorações, vestimentas, alimentação, religião, entre outros. Assim, trabalhar o pertencimento negro não significa impor um pensamento, um referencial único. Ao contrário, é um posicionamento contra as imposições colonialistas que insistem em reproduzir em todas as sociedades colonizadas sua cultura, tecnologia, formas de interação e ação, inclusive apropriando-se de aspectos culturais, filosóficos, medicinais, tecnológicos ou trabalhando sistematicamente a fim de lhes retirar a credibilidade e a relevância.

Nesse sentido, explorar aspectos históricos e culturais africanos que influenciaram e influenciam a cultura brasileira, permite formar a personalidade social, que é constituída por valores e conceitos construídos a partir de visões individuais e ensinamentos repassados nos mais diversos círculos sociais onde o indivíduo interage, resultando nos seres sociais que ditam e conduzem as relações sociais.

Situar-se nesse contexto implica na possibilidade de posicionar-se de acordo com as suas origens, pois como a filosofia ocidental rege, é preciso saber de onde se veio para saber para onde ir. Quando o indivíduo desconhece seu pertencimento negro, ou nega, corrobora com a denegação e apagamento constante estimulado pelo pensamento abissal.

Saraiva (2016, p. 13) informa que

Estima-se que o Brasil recebeu cerca de 37% de todos os africanos que vieram para o continente americano, num total aproximando de 4 milhões. Outras estatísticas chegam a 5 ou 6 milhões ou mais, embora que todas elas careçam de fonte fidedigna.

A partir desses dados, é possível interpretar que essa população trouxe consigo toda a carga cultural que a compunha, e que apesar de toda a imposição violenta física e psicológica que buscava anular suas humanidades, ela nunca esqueceu suas convicções africanas e tratou de cultivá-las, integrando-as à sociedade brasileira construída, manifestando-se em todos os setores mediante:

- Influência na religião
- Influência músicas, danças e instrumentos musicais
- Influência na culinária
- Influência nas indumentárias
- Influência na língua portuguesa
- Influência na tecnologia
- Influência a literatura oral
- Influências nas festividades e comemorações
- Influência nas tradições mantidas
- Influência na formação da brasilidade em modo geral
- Influência na medicina fitoterápica, práticas de conhecimento de saúde
- Influência em práticas comunitárias

- Influência em práticas e linguagens corporais
- Influência na ética, cosmovisão e filosofia
- Protagonismo histórico na produção de riquezas
- Semióticas (simbologias)

Despertar o pertencimento negro afro abrange aspectos além dos fenótipos. Implica em perceber e reconhecer as influências citadas, na própria constituição de brasilidade. Como rejeitar o que como, ouço, falo, visto, danço? Como rejeitar o que sou?

22

Daí a importância de conhecer.

Daí a importância de se reconhecer.

Despertar o pertencimento negro afro é um mecanismo fundamental no combate ao racismo e todas suas implicações.

Para trabalhar esse pertencimento afro no processo de letramento, recorreremos à Pretagogia, referencial teórico-metodológico nascido durante a experiência de um curso para formação de professores de quilombo e criado à época por Sandra Haydée Petit e Geranilde Costa e Silva (2011), visando à construção de uma pedagogia potencializadora dos aprendizados da ancestralidade africana e que enfatiza muito o pertencimento afro.

Estabelecemos a Pretagogia como referencial teórico-metodológico por considerar que permite trabalhar material, recursos e currículo didático sob uma perspectiva afrorreferenciada, contemplando a implementação da Lei nº 10639/03, algo não explorado profundamente nos cursos de graduação. A Pretagogia não apenas sugere a aplicação da Lei 10.639/03, mas direciona os educadores e educadoras na forma de utilizá-la de maneira eficiente, ampliando os horizontes de metodologias, temáticas e compreensões teóricas.

PRETAGOGIA: PRINCÍPIOS, MARCADORES DAS AFRICANIDADES, CONCEITOS OPERATÓRIOS

Surgida diante das dificuldades que professoras e professores demonstravam para implementar a referida lei, em parte por desconhecimento da área e falta de apropriação mais profunda, a Pretagogia se torna uma proposta antirracista voltada tanto para negras/negros como para não negras/negros cultivarem sua dimensão de africanidade, para além do fenótipo de cada pessoa. Espera-se que resulte, desse processo, a descoberta e apropriação de novos conhecimentos historicamente apagados do currículo escolar referentes à história e cultura africana e afro-brasileira, e que essa compreensão seja promovida por estratégias que venham a gerar afirmação e encantamento (MACHADO, 2019) para com os múltiplos universos e territórios africanos e afrodescendentes, numa perspectiva antirracista, de ruptura com a pretensa universalidade eurocentrada da maior parte dos currículos.

Para tanto a Pretagogia apresenta os seguintes princípios:

Referencial teórico-metodológico que vem sendo construído há alguns anos e que toma os valores e os saberes afrorreferenciados como elementos aglutinadores e condutores das experiências de ensino-aprendizagem. Por compreender que as trajetórias dos afrodescendentes têm especificidades históricas e sociais, se assenta numa diversidade de princípios próprios, tais como: 1) o autorreconhecimento afrodescendente; 2) a tradição oral; 3) a apropriação dos valores das culturas de matriz africana; 4) a circularidade;

5) a religiosidade de matriz africana entrelaçada nos saberes e conhecimentos; 6) o reconhecimento da sacralidade; 7) a noção de território como espaço-tempo socialmente construído; 8) o reconhecimento e entendimento do lugar social atribuído ao negro (PETIT; SILVA, 2011). Dessa forma, os saberes/conhecimentos giram entre si e produzem novas práticas, num fluxo constante, entrelaçados pela circularidade. A ancestralidade, o corpo fonte e produtor de conhecimentos, a integração da espiritualidade, da cosmovisão africana (OLIVEIRA, 2006), guiam as ações pedagógicas bem como o respeito à senhoria, à valorização dos saberes da oralidade, particularmente, a literatura oral com os ensinamentos que perpassam a mitologia, as letras cantadas, as expressões ancestrais, as danças e diversas formas de corpo-texto. (PETIT; CRUZ, 2008 *apud* PETIT; ALVES, 2015, p. 136-137) .

A professora e pesquisadora Pretagoga Rebeca Alcântara e Silva Meijer (2019) ressalta que a Pretagogia termina gerando um “currículo-linguagem” que deve enraizar-se “

A partir de sua ‘fala-ação’ que canta, batuca, dança reggae, corre, joga capoeira, aprende sobre a diversidade da mãe África e sobre quem são os negros da diáspora, entre outros movimentos. Um currículo assim pensado deve partilhar o saber-fazer pedagógico entre os que fazem parte da coletividade, rompendo com a lógica ocidental da hierarquia, da verticalização. [...] É um currículo que dialoga também com as diferenças étnico-raciais, respeitando a diversidade cultural que há na sociedade brasileira. (MEIJER, 2019, p. 85).

Destaco nesses princípios a importância da Pretagogia trabalhar a relação do que chama de pertencimento afro, como o autorreconhecimento afrodescendente para quem tem esse pertencimento étnico-racial, (maioria no Brasil, e ainda mais no Ceará/Nordeste), mas também a compreensão do lugar social do negro (que permite entender e identificar o racismo naturalizado), a compreensão de valores culturais afro que formam parte da brasilidade, o corpo templo espiritual que merece cuidado e respeito, fonte de conhecimento e produtor de várias linguagens (inclusive com uma tese em forma de conto, no caso de MEIJER (2019), de um currículo-linguagem dinâmico que tem “fala-ação”, não apenas momentos sentados e passivos, com ênfase na literatura oral, mitologias e múltiplos letramentos, a circularidade na forma de aprender e de interligar os conhecimentos de maneira não fragmentada, são aspectos que foram importantes para esse estudo de mestrado.

No mesmo artigo de Petit e Alves (2015, p. 126), há um relato da negação das africanidades entre alunas e alunos, inclusive na universidade, no curso de pedagogia, pela subalternização ou apagamento dessa dimensão. Isso se deve ao fato de:

[...] associar o colonizador ao ideário de superioridade, de evolução da inteligência e restringe o colonizado ao lugar do exotismo, da preguiça, da subalternização e da inferioridade. No nosso caso, isso significa desconsiderar as contribuições sociais, tecnológicas, econômicas e políticas de negros e de indígenas. (PETIT; ALVES, 2015, p. 126).

Dessa forma, a Professora Sandra Petit sentiu a necessidade de criar um instrumental que permitisse que as educandas e os educandos identificassem suas africanidades e passassem a perceber como a cosmovisão africana e suas marcas estão presentes no cotidiano brasileiro e afrodiaspórico em geral. A expectativa é que surja dessa identificação

uma valorização das africanidades identificadas na história e cultura de cada pessoa, independentemente do fenótipo.

No desenvolvimento da Pretagogia, Petit (2015) apresenta 30 marcadores das africanidades que auxiliam a educadora e o educador no tocante às abordagens propostas no seu fazer pretagógico:

Quadro 1 – Marcadores das Africanidades

História do meu nome	Danças afro
História da minha linhagem, inclusive agregados	Cabelo afro (encaracolado/cacheado/crespo) – práticas corporais de afirmação e de negação dos traços negros diacríticos
Mitos/lendas/o ato de contar/valorização da contação	Representação da África/Relações com a África
Histórias do meu lugar de pertencimento/comunidade/territorialidades e Desterritorialidades negras (movimentos de deslocamento geográficos, corporais e simbólicos)	Negritude – Força e resistência
Sabores da minha infância – pratos, modos de comer e o valor da comida	Artesanato
Pessoas negras referências da minha família e da minha comunidade e pessoas negras referências do mundo, significativas para mim	Outras tecnologias
Simbologias da circularidade/Tempos cíclicos e da natureza	Valores de família/Filosofia
Mestras e Mestres negras/negros (da cultura negra)	Racismos (perpetrados e sofridos)
Escrituras negras	Formas de conviver/Laços de solidariedade/Relações comunitárias
Curas/Práticas de saúde	Relação com a natureza
Cheiros “negros” significativos	Religiosidades pretas
Festas afro da minha infância e festas de hoje	Relação com as mais velhas e os mais velhos/Senhoridade (respeito aos mais experientes)
Lugares míticos e territórios afro marcadores (investidos pela negritude)	Vocabulário afro/Formas de falar
Músicas/Cantos/Toques/Ritmos/Estilo afro	Relação com o chão (Vivências e simbologias)
Práticas e valores de iniciação/Ritos de transmissão e ensino	Outras práticas corporais (brincadeiras tradicionais, jogos e outros)

Fonte: Petit e Alves (2015).

Os marcadores de africanidades objetivam despertar nos indivíduos o reconhecimento da influência afro na sua própria formação. Petit & Alves (2015, p. 135) apontam que os marcadores propõem “revisitar os territórios negros a partir de nossas histórias e memórias, voltando-nos para o conjunto que constrói nossa trajetória no mundo”. Referem-se àquilo que nos permite identificar uma conexão histórico-cultural com a África. São marcas daquilo que nos conecta, desde membros da nossa linhagem, práticas religiosas e espirituais, artísticas, de saúde, culinárias, arquiteturas, presentes no cotidiano de todos os brasileiros e brasileiras.

Vários autoras e autores, relatam a eficácia desse referencial por gerar conexão com o cotidiano e história de cada um/a, a partir de experiências e vivências bem concretas, Pires (2017, p. 6) narra que

A partir da experiência de se vivenciar a Pretagogia no Memórias de Baobá realizado pelo Núcleo de Africanidades Cearenses – NACE/UFC ao redor do Baobá

do Passeio Público, em Fortaleza, foi possível tornar-se realidade no contexto do educando do 6º ano A, pois foi dessas formações contínuas que se contextualizou a teoria e a prática no cotidiano das aulas, como a visita ao quilombo onde os educandos tiveram a oportunidade de perceber a presença da cultura africana no seu cotidiano e buscar contribuir para a História vivida na realidade social em que cada educando está inserido .

O depoimento do professor demonstra como a Pretagogia conduz a práxis em sala de aula, pois para sua atuação é necessária uma diferenciação da abordagem convencional e o desenvolvimento d A partir da experiência de se vivenciar a Pretagogia no Memórias de Baobá realizado pelo Núcleo de Africanidades Cearenses – NACE/UFC ao redor do Baobá do Passeio Público, em Fortaleza, foi possível tornar-se realidade no contexto do educando do 6º ano A, pois foi dessas formações contínuas que se contextualizou a teoria e a prática no cotidiano das aulas, como a visita ao quilombo onde os educandos tiveram a oportunidade de perceber a presença da cultura africana no seu cotidiano e buscar contribuir para a História vivida na realidade social em que cada educando está inserido .e pesquisas com novo conceitos e abordagens inovadoras.

Dialogando com as mais diversas abordagens escolares, a Pretagogia desvela aos olhos dos educadores as possibilidades de inserir a ótica afrorreferenciada na proposta curricular da escola convencional e ensino superior. Professora de na Faculdade Paulista de Artes da Universidade Federal da Bahia, Deise de Brito justifica também com a utilização da Pretagogia, o conceito de corporalidade e corpo-dança ao concordar com o discurso de Petit no que se refere à valorização do ato de dançar para negros e negras. Segundo Petit (2015, p.74) “[...] para nós, descendentes desses povos (africanos), a dança significa mais do que uma filosofia ou cosmovisão, significa existir”. Compreendem que o ato de dançar para as pessoas negras é um ato de resistência, conexão com a sua ancestralidade e valorização da identidade negra e por isso deve ser explorado pedagogicamente a fim de estabelecer laços com a cultura africana e afro-brasileira. Pois para Brito (2016, p. 130) “Desse modo, percebe-se o complexo significado da dança na continuidade das culturas negras em diáspora.” Dessa maneira, a sua valorização contribui para a manutenção e reprodução das práticas culturais negras.

São vários os trabalhos de pesquisa intervenção já realizados com apoio dos marcadores das africanidades, como exemplifica Petit (2016) enfatizando os produtos didáticos propiciados graças ao trabalho prévio com os marcadores, sendo produtos didáticos os resultados da compreensão alcançada com as pessoas alvo da formação, nesses quatro casos foram adultos ou grupos intergeracionais da comunidade. Começa trazendo a referência do trabalho de Silva (2015): “Na escola do quilombo da Serra do Juá (Caucaia/Ceará), Cláudia Oliveira da Silva (2015) estudou, sob a minha orientação enquanto professora universitária, o tema “pertencimento afroquilombola” (2016, p. 669). Em seguida lembra os principais materiais realizados a partir dos marcadores, no caso o pano de pente afroquilombola:

O produto que teve maior destaque foi o que reuniu todos os achados em uma obra só: o pano de pente afroquilombola. Partindo da referência da guineense Semedo (2010), foi realizada uma analogia com esse objeto, o qual originariamente tem um valor místico e ancestral muito forte de pertencimento cultural: a produção de um pano de pente pintado, e não produzido no tear (como seria o tradicional). Cada banda do pano de pente foi pintada por um subgrupo de copesquisadores, juntando crianças, adultos e idosos, alunos, professoras e moradores em geral nessa produção. O resultado foi lindo, permitindo que a comunidade quilombola se visse

retratada com uma bela obra de pertencimento afroquilombola (PETIT, 2016, p. 674).

Apresenta também outros materiais, como os de Alves (2014), com jogos, *loas* de maracatu, autorretratos, árvores de afrossaberes com estudantes de pedagogia, os panos chamados *capulanas* de um grupo de rezadeiras, com Silva (2015) (que suscitou uma das minhas intervenções com apoio dela, como veremos mais adiante), e outro com o livro das ladainhas de capoeira produzidas com a comunidade quilombola com outro Rafael Ferreira da Silva (2015).

[...] Alguns produtos didáticos de outras pesquisas intervenções pretagógicas. Um exemplo foi a pesquisa de Alves (2014), que trabalhou com o tema gerador resistência negra, na busca de investigar as potências afro de um grupo composto por professores e alunos do Projovem Urbano com alunos da pedagogia, alguns deles também professores do ensino básico. Inicialmente, montaram árvores de seus afrossaberes, lembrando vários marcadores das africanidades presentes em suas vidas. Em seguida, os quatro subgrupos compuseram os produtos didáticos: um deles retratou as histórias de pertencimento afro de um dos subgrupos, com a montagem de um jogo de mímicas que fazia referência à visão de meio ambiente no culto aos orixás; outro criou um jogo de tabuleiro, com saberes relacionados à história e geografia envolvendo tipos de tecelagem afro; o terceiro produziu uma loa de maracatu (canto de maracatu, manifestação cultural do Nordeste brasileiro) com as histórias da comunidade; o último realizou uma crônica de autorretratos para trabalhar letramento (língua portuguesa). (...) Na pesquisa de intervenção pretagógica de Maria Eliene Magalhães da Silva (2015), a qual teve como grupo-alvo professoras, rezadeiras e demais moradoras de quilombo, um dos múltiplos produtos de destaque foi a inspiração nas *capulanas* (pano e vestimenta usada pelas mulheres em Moçambique), que partiu do livro *Um pano estampado de histórias*, de Heloisa Pires Lima e Mario Lemos (2014) – um breve documentário sobre o significado iniciático da *capulana* e a contação de um mito sobre a relação com o mundo das ervas, favorecendo entender também a dimensão da oralidade africana. Assim, as copesquisadoras pintaram suas histórias e seus afrossaberes de quilombo em panos os quais usaram depois na forma de *capulana*, amarrados na cintura. Esse produto permitiu fortalecer, em muito, o senso de pertencimento afro de seu grupo de copesquisadoras, no caso composto por professoras e demais moradoras, que possuem em comum praticarem o ofício da reza, em diversos estágios de iniciação. A *capulana* forneceu uma analogia importante e motivadora pela sua dimensão iniciática e relação com a oralidade africana, disparando as memórias dos afrossaberes das mulheres copesquisadoras rezadeiras. (...) Já na pesquisa de Rafael Ferreira da Silva (2015), sobre as africanidades no ritual das ladainhas de capoeira, realizada com um público de quilombolas envolvendo professoras, alunos e moradores da comunidade, o produto didático que se destacou também foi a síntese de várias atividades, gerando a invenção pelos copesquisadores de letras de ladainhas a partir da apropriação de conhecimentos acerca dos significados de mestria e da musicalidade das ladainhas na capoeira, com depoimentos de mestres(as) de capoeira, curtas documentários, músicas de CD, livros infantojuvenis – como o *Olelê*, de Fábio Soares e Heloisa Pires Lima (2014), a partir dos marcadores das africanidades relativos à ancestralidade africana, às práticas e aos valores de iniciação, à espiritualidade (religiosidades pretas), à musicalidade e às práticas corporais. (PETIT, 2016, p. 674-676).

Outra pesquisa pretagógica muito relevante a ser citada por ter sido realizada numa escola de periferia realizou vários produtos didáticos, entre os quais uma reinvenção do pano africano *kente* (etnia Akan em Gana), uma reelaboração dos ideogramas *adinkras*, uma aula de culinária também com receita ganense, tudo orientado por contos daquele país ou referente aquela etnia em Gana. Foram muitos seus resultados, destado aqui algumas valorizações do pertencimento afro obtidas nessa forma de trazer a contação na escola

pública principalmente na sua relação com os marcadores da senioridade, valores comunitários, laços de família e agregados, a importância da musicalidade e da dança:

São muitos os valores e princípios, que também afirmam o pertencimento afro. Ressaltamos os seguintes: a homenagem aos falecidos e a tradição oral como forma de transmissão do conhecimento; a transmissão de saberes para o coletivo; a relação com a produção, sustentada nas atividades familiares e comunitárias, onde todos e todas se situam no mesmo nível de organização e partilham igualmente os bens produzidos coletivamente; o modo de lidar com o conflito e sua resolução por meio da música, cuja solução é construída pela educação comunitária, para além dos laços consanguíneos; o tempo passado como fonte de construção do presente e do futuro, lugar dos saberes ancestrais, da identidade; o cuidado e a educação da criança, tomados como uma responsabilidade não apenas da família, mas de toda a comunidade; o valor e a importância da dança, do tambor, da música, elementos de promoção e produção da memória e da vivência comunitária; o respeito ao segredo, princípio segundo as crianças compreenderam que nem tudo pode ser tido e explicado, sem considerar o tempo, respeitando a maturidade e o momento apropriado para a revelação, uma vez que se referem aos saberes ancestrais. (RÉGIS, 2017, p. 75).

A professora Sandra Petit vem elaborando um quadro de conceitos operacionais didático-pedagógicos da Pretagogia, organizados na tabela a seguir e que vem explicitando a dimensão de transversalidade, para além da disciplinarização das matérias:

Quadro 2 – Conceitos Operatórios e suas dimensões

Conceitos Operatórios	Formas de operacionalização, dimensões
Pertencimento	Vivências, contatos, empatia, informações, conexões, práticas corporais, práticas artístico-culturais
Transversalidade	- Transdisciplinaridade (atravessando diversas matérias, áreas de conhecimento). - Diversidade de linguagens e letramento. Possíveis habilidades promovidas: agilidade, astúcia, singularidade, criatividade, alegria. - Juntando dimensões: o lúdico, a estética e a ética
Espiritualidade	Relação com o cosmos, com a natureza.
Ancestralidade e Processos iniciáticos	Linhagem(ns), temporalidade, simbologia, ritual, senso de comunidade
Produção Didática	- Envolve valores da cosmovisão africana - Favorece a autoria/coautoria - Pode gerar novos fins pedagógicos

Fonte: Petit (2019).

Esses aspectos foram levantados pela professora Sandra Petit para condução das atividades pretagógicas. Encontrei nesses conceitos que operacionalizam a Pretagogia um apoio teórico-metodológico que me permitiu desenvolver a abordagem escolar ao meu conteúdo, aqui também mostrando a dimensão de transversalidade com ênfase na diversidade de linguagens, fontes e suportes utilizados, criatividade e singularidade produzida, como nos conhecimentos que foram fundidos no afroletramento que realizei, durante a minha pesquisa de mestrado em intervenções onde juntei não somente várias matérias mas também os suportes, linguagens e vivências, buscando realizar uma produção didática bem diversificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento de pedagogias que possibilitem novas abordagens educacionais que contextualizem temáticas contemporâneas e com impactos sociais diretos, é um avanço na área da educação.

Compreendendo que é função da escola habilitar estudantes com capacidade de conviver harmoniosamente em sociedade, trabalhar as relações étnico-raciais no contexto escolar traz à luz a instância de combater a instauração de uma formação racista, arraigada em conceitos culturais que perpassam pela família, grupos sociais e escola. Assim, converter o papel da escola, que antes se mostrava tradicional e bancária, para uma escola reflexiva e participativa, contribui para a dissolução de culturas prejudiciais e perigosas.

A Pretagogia surge, nesse contexto, como um suporte para educadoras e educadores que se sentem inseguros pela falta de formação na temática. Ao inspirar docentes com a apresentação do quadro de Marcadores das Africanidades e dos Conceitos Operatórios da Pretagogia, transfere segurança e amplitude aos educadores para atuarem com uma pedagogia combatente, construtivista e transformadora.

REFERÊNCIAS

- BRITO, Deise Santos. (Des)locar, (re)conhecer e (trans)formar: relato de uma experiência referente a abordagem das culturas afro-brasileiras e diaspóricas na prática educativa. **Revista de Educação do Cogeime**, São Paulo, ano 25, n. 49, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15599/cogeime.v25n49p121-133>. Acesso em: 31 mar. 2018.
- MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva. **Valorização da cosmovisão na escola**. Fortaleza: Ed. Appris, 2019.
- OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de; SZUNDY, Paula Tatianne Carréra. Práticas de multiletramentos na escola: por uma educação responsiva à contemporaneidade. *Bakhtiniana. Rev. Estud. Discurso*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 184-205, Dec. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732014000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 ago. 2020.
- RÉGIS, Sávia Augusta Oliveira. **Pretagogizando a contação de histórias africanas e afro-brasileiras: caminhos pedagógicos para a construção do pertencimento afro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- SARAIVA, Emmanuel J. **A influência africana na cultura brasileira**. São Luís: Clube de Autores, 2016.
- SILVA, Geranilde Costa e. **Pretagogia: construindo um referencial teórico-metodológico de base africana para a formação de professores/as**. Fortaleza: Imprece, 2019.
- PETIT, Sandra Haydeé; FARIAS, Maria Kellynia. Pretagogia, pertencimento afro e os marcadores das africanidades: Conexões entre corpos e árvores afroancestrais. *In: MACHADO, Adilbência Freire; ALVES, Maria Kellynia Ferreira; PETIT, Sandra Haydeé (org.). Memórias de Baobá II*. Fortaleza: Imprece, 2015. p. 125-145.
- PETIT, Sandra Haydeé. **Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afro ancestral e tradição oral: contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03**. Fortaleza: EdUECE, 2015.
- PIRES, Régis Alves. A Pretagogia no cotidiano escolar: contribuições para implementação da Lei Nº 10.639/03. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília, DF. Anais [...]*. Brasília, DF: [s. n.], 2017. p. 2-9.

A ILHA DE SÃO TOMÉ NA PERSPECTIVA DA “ATLANTIC HISTORY”

Cecilia Silva Guimarães⁴

RESUMO: A proposta deste artigo é problematizar as discussões sobre a História da Ilha de São Tomé, que se encontra a 180 milhas da costa africana, na perspectiva da “Atlantic History”. Identificando o cenário de produção de açúcar e armazenamento de escravizados vivenciado na referida ilha, recorreremos a análise da formação da sociedade santomense, das atividades comerciais realizadas, das estratégias políticas e os conflitos de interesses recorrentes entre a ilha, a Coroa Portuguesa e a região do Congo e Angola para inserir tais contextos históricos no campo de estudos da História Atlântica.

⁴ Doutorado / Centro Universitário La Salle – RJ. E-mail: cecilia.guimaraes@lasalle.org.br

APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA ATLÂNTICA

Foi no contexto da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, segundo Carmen Herrero, que a vida política ocidental se tornou atlântica. Para a autora, neste momento, os historiadores norte-americanos, ingleses e franceses começaram a pensar a História para além dos limites das histórias nacionais. “La publicación, em plena Guerra Fría, de obras históricas que reflexionan e impulsan el pasado común Atlántico de Europa occidental muestra la génesis de esta nueva corriente historiográfica.”⁵

31

Francisco Carlos Teixeira destaca que foi num congresso em Roma que os historiadores Jacques Godechot e Robert Rosweel Palmer apresentaram uma comunicação fundamental para o que se tornaria a “História Atlântica” e para o contexto político da referida Guerra Fria. Ambos já demonstravam em trabalhos anteriores o debate sobre a história do Ocidente atlântico. “Assim, em Roma, em 1955, Godechot e Palmer inventaram o Atlântico para os historiadores.”⁶

Ainda em 1947, Godechot já havia publicado “Histoire de l’Atlantique” e dois anos depois, surgiu o primeiro volume de Fernand Braudel sobre o Mediterrâneo. Braudel a partir de uma análise “multidisciplinar” estabeleceu um “conceito novo de duração”. “A história dos grandes espaços, e então dos espaços oceânicos, insere-se, naturalmente, no seu conceito da longa duração.” Tanto a comunicação mencionada acima, quanto os conceitos ressignificados por Braudel, influenciaram a produção de historiadores como Pierre Chaunu, Frédéric Mauro e Vitorino Magalhães Godinho, que em suas obras desviaram as discussões do Atlântico Norte para o sul do respectivo oceano.⁷

Apesar de muitas histórias envolverem o Atlântico, a História Atlântica como um campo de pesquisa reconhecido só surgiu a partir da década de sessenta do século XX. Ainda no início da década de setenta, na Universidade Johns Hopkins, um grupo de historiadores, liderados por Jack P. Greene, definiu o Atlântico como um sujeito passível de análise histórica. Escapando das observações tradicionais baseadas nos modelos imperiais ou nacionalistas, tais estudiosos, buscaram analisar os movimentos das pessoas, mercadorias e ideias. Esta iniciativa chamou atenção de outros acadêmicos como economistas, geógrafos, sociólogos. O número de trabalhos visando tais pressupostos foi aumentando, levando à criação de centros de estudo, cursos em todos os níveis e até cátedras destinadas à História Atlântica.⁸

Tratando-se de uma historiografia sob a vertente africana, nos deparamos com outras complexidades, como o próprio fato de por muito tempo a África encontrar-se excluída da História da humanidade. Mesmo a partir do século XVIII e já tendo passado por uma série de processos no campo do conhecimento, como o Renascimento, o Iluminismo e a revolução científica, os europeus continuaram enxergando-se como um superior exemplo

⁵ HERRERO, Carmen de La Guardia. Historia Atlántica. Um debate historiográfico em Estados Unidos. Revista Complutense de Historia de América. Vol. 36, 2010. p. 154

⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Um oceano de revoluções. História e historiografia do Atlântico e de suas revoluções nos séculos XVII e XVIII. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster de Sousa; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. (orgs) Atlântico: A história de um oceano. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013. pp. 249-252

⁷ SILVA, *op. cit.*, p. 256

⁸ RUSSELL-WOOD, A.J.R. Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. In: História, São Paulo, 28 (1): 2009. p. 19

de civilização, reforçando o eurocentrismo e deixando de lado a História do continente africano.

No século XIX, as teorias racistas cunharam valores baseados em aspectos físicos, considerando a cor da pele um dos pontos fundamentais que imputavam aos africanos um nível inferior, destituindo-os do papel de agentes da história. A África inaugura o século XX sob o contexto da colonização e, conseqüentemente, das estratégias coloniais que buscavam anular ou diminuir a importância da memória dos povos colonizados, permanecendo, assim, excluída da História.

32

A partir de meados do século XX, com o início dos processos de libertação da África, a historiografia africana ganhou impulsos significativos. Foi reforçada a necessidade de uma produção historiográfica que ultrapassasse o discurso do colonizador. Nomes como os de Joseph Ki-Zerbo e Cheick Anta Diop ganharam destaque.⁹ Assim, como a História Atlântica e não por acaso, o interesse pelo continente africano, no Brasil, também ganhou força a partir da década de 1960, influenciado tanto pelas discussões internacionais sobre a opressão e os direitos civis dos negros, o panafricanismo, a negritude, quanto pela recusa da ideia de uma democracia racial em nosso país. Nas décadas seguintes, observamos uma série de produções monográficas e incentivos à pesquisa sobre a História da África e do negro no Brasil. Podemos destacar, por exemplo, o trabalho de Luiz Felipe de Alencastro. Em “O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII”, o historiador apresenta e problematiza os vínculos estabelecidos entre o Brasil e Angola, privilegiando, desta forma, as relações e trocas construídas no hemisfério sul. Segundo o próprio Alencastro:

Ora, a ideia exposta neste livro é diferente e relativamente simples: a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola.¹⁰

No campo internacional, podemos destacar o trabalho de Paul Gilroy, o “Black Atlantic” publicado originalmente em 1993 e no Brasil em 2002. Correspondendo “às aflições da geração da Guerra Fria”, esta obra voltada para o Atlântico, concentrava-se nas pesquisas sobre o sistema triangular entre Estados Unidos, Grã-Bretanha e Caribe.¹¹ Sua importância deve-se, segundo o próprio Gilroy, a necessidade de mostrar “que as experiências do povo negro faziam parte da modernidade abstrata (...) e provar algumas coisas (...) sobre o seu sentido de inserção no mundo moderno.”¹² A partir da análise da diáspora e da presença

⁹ Joseph Ki-Zerbo, nasceu em Toma (Burkina Fasso) em 1922. Historiador, publicou a *Histoire de l'Afrique noire* (Hatier), organizou dois volumes da Coleção História Geral da África (UNESCO). Alioune Diop (1910-1980) nasceu no Senegal e cursou Filosofia na Universidade de Argel (capital da Argélia). Após a Segunda Guerra Mundial, passou a trabalhar na administração colonial e foi secretário-geral da Sociedade de Cultura Africana. Alioune Diop fundou em 1947, o jornal *Présence Africaine*, um polo de atuação do movimento anticolonialista. Ambos contribuíram imensamente para as reflexões sobre a História da África numa perspectiva diferente do discurso do colonizador.

¹⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 9

¹¹ GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e Dupla Consciência*. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002. p. 16

¹² GILROY, op. cit., p. 27

da escravidão e seu impacto tanto na África, quanto na América, percebemos a História do negro numa proposta de análise atlântica. As três grandes vertentes de compreensão do ‘espaço-tempo Atlântico’ – o sistema triangular – “(...) são fundamentais para o estabelecimento da noção de “Black Atlantic” produzida por Paul Gilroy.¹³

Não seria diferente de outras correntes historiográficas a existência de críticas sobre esta forma de análise histórica. Uma das observações apresentada por John Elliott destaca a dificuldade de saber de qual Atlântico estão se referindo os “atlantistas”. Por exemplo: no século XVII, os ingleses entendiam como Atlântico apenas o Atlântico Norte, enquanto os espanhóis e portugueses reconheciam o “Mar Oceano”.¹⁴ Neste sentido, segundo o historiador D. W. Meinig, nos séculos XVI e XVII existiam pelo menos “três” oceanos:

Un Atlántico norte europeo, que vinculaba a las sociedades de Europa septentrional con los bancos de pesca de Terranova, con las asentamientos de la costa oriental de Norteamérica y con algunos puestos en las Indias occidentales; el Atlántico español de la “carrera de Indias” que unía Sevilla, las Antillas y América Central y del Sur, y, por último, um Atlántico luso que enlazava Lisboa y Brasil.¹⁵

Críticos mais severos chegam a apontar que a História Atlântica pode ser entendida como um disfarce para a História Imperial, uma vez que privilegia, principalmente, as regiões costeiras e urbanas, deixando de lado o interior da América e África. Outra crítica que corrobora as fragilidades desta corrente historiográfica é definida a partir de um possível esquecimento que seus defensores apresentam sobre as demais conexões transatlânticas, o que leva estes a considerar alguns fenômenos comuns a diferentes regiões culturais. A partir desta crítica, o Atlântico não deve ser percebido como uma instituição isolada, pois basta analisarmos, por exemplo, o conhecimento e as técnicas de navegação proveniente dos muçulmanos e que certamente estavam presentes nas experiências dos navegadores europeus rumo às Américas ou África.¹⁶

Estas críticas não parecem preocupar tanto os defensores da História Atlântica. Em “Atlantic History – A Critical Appraisal”, Philip Morgan e Jack Greene, embora critiquem a possível visão imperial da História Atlântica e apresentem uma série de fragilidades sobre a mesma, afirmam que tais críticas são coerentes, mas não descartam esta perspectiva historiográfica.¹⁷

“MUDANÇAS BROTADAS NA ILHA DE SÃO TOMÉ INFLUEM NA POLÍTICA ULTRAMARINA”¹⁸

As palavras de Alencastro são utilizadas como subtítulo deste artigo com intuito de aguçar as discussões sobre a própria ideia de uma “política ultramarina”, ou seja, uma política de além do mar, de além das fronteiras físicas que definiam o que era Portugal na Europa. Tal política desenvolveu-se a partir do processo da expansão marítima portuguesa, que

¹³ SILVA, op. cit., p. 281

¹⁴ HERRERO, op. cit., p. 155

¹⁵ Idem, p. 156

¹⁶ Ibidem, p. 156

¹⁷ MORGAN, Philip. & GREENE, Jack (ed.) Atlantic History – A Critical Appraisal. New York: Oxford University Press, 2009. p. 9

¹⁸ ALENCASTRO, op. cit., p.65

consequentemente possibilitou o contato direto com o continente africano, a América e a Ásia.

Inicialmente, as navegações do quatrocentos ao longo da costa africana e depois pelo Índico representaram a possibilidade de uma revisão sobre as concepções medievais acerca do mar e do mundo. Tais atividades envolviam um processo de reconstrução do conhecimento humano, com base na experimentação do mar e nas inovações das técnicas de navegação e cartográficas. A historiografia de diferentes épocas buscou analisar este processo, apontando o que teria impulsionado os portugueses nessa empreitada, assim como as condições do exercício do poder no espaço ultramarino. Neste sentido podemos destacar, desde o relato do próprio cronista oficial da Coroa portuguesa, Gomes Eanes de Zurara (1410-1474), às contribuições ainda na primeira metade do século XX expostas nos trabalhos de Jaime Cortesão e Alberto da Veiga Simões, às obras elaboradas a partir da década de 1960, quando nascia a “Atlantic History”. Sobre este último exemplo, ressaltamos o trabalho desenvolvido por Charles R. Boxer no clássico “O império marítimo português”, publicado pela primeira vez em 1969.¹⁹

Sobre a postura política adotada por Portugal no ultramar, lembramos que, após meio século de navegações, os lusitanos já impunham a sua vocação marítima e seu direito de exclusividade de circulação, comércio e exploração da costa ocidental africana, assim como de todo o Atlântico sul. Em 1455, com a bula *Romanus Pontifex* de 08 de janeiro, o papa Nicolau V concedeu a D. Afonso V uma série de privilégios em relação à atuação de Portugal no ultramar.²⁰

A tomada de Ceuta em 1415 configurou-se como o início do processo da expansão portuguesa em África. Seguida pela ultrapassagem do Cabo Bojador em 1434, a chegada do navegador português Nuno Tristão ao arquipélago de Arguim (costa da atual Mauritânia) em 1443, o contato com Cantor (atual Senegal) em 1444 e com a região da atual Serra Leoa e o arquipélago de Cabo Verde em 1460. Devido à morte do então infante D. Henrique, as navegações acabaram fragmentando-se e somente no ano de 1469 foram retomadas significativamente. A Coroa portuguesa arrendou por cinco anos o monopólio da Guiné a um grande mercador de Lisboa, Fernão Gomes. Foram os homens ligados a ele – João de Santarém e Pero Escobar – que chegaram em 1471/72 à ilha de São Tomé. Algum tempo depois, em 1482, o português Diogo Cão chegou à foz do Rio Congo dando início aos contatos que proporcionaram as relações estabelecidas entre a Coroa portuguesa e o *Mani Congo* – “senhor do Congo”.

São Tomé tem cerca de 857 km² de superfície, encontra-se a 180 milhas da costa africana e aparentemente estava desabitada quando chegaram os portugueses, o que possibilitou o estabelecimento destes em terras longínquas da Europa e tão próximas da Costa da Guiné.²¹ A Coroa portuguesa acreditava que a ilha era um espaço propício para a base de

¹⁹ BOXER, Charles R. O Império Marítimo Português 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁰ RADULET, Carmen M. As zonas de influência do Ocidente. Os descobrimentos portugueses e o Tratado de Alcáçovas. In ALBUQUERQUE, Luís de. (dir) *Portugal no Mundo*. Lisboa, Publicações Alfa, 1989. pp. 334-336

²¹ Ainda se debate a origem dos *angolares*, um grupo que segundo a tradição oral e alguns autores já estariam na ilha no momento da chegada dos europeus. Ver: SEIBERT, Karl Gerhard. “Os angolares da Ilha de São Tomé: Naufragos, Autóctones ou Quilombolas?” in *Textos de História* Dossiê História Atlântica – Revista do Programa de Pós-graduação em História. Volume 12 – nº 1/2 2004.

suas operações comerciais com os “Rios dos Escravos” e com o Congo.²² No ano de 1485 as tentativas de ocupação começaram com o envio de um capitão-donatário – João de Paiva. Em 1490, a ilha foi doada a João Pereira com a observação de que as terras deveriam ser concedidas através de sesmarias.²³ Contudo, foi o ano de 1493 que marcou o início da efetiva ocupação de São Tomé, quando o capitão-donatário Álvaro de Caminha chegou acompanhado de degredados e escravos. Caminha transferiu a povoação para a área nordeste, região na qual seriam abrigadas as principais construções institucionais – Câmara, cadeia, alfândega, Igrejas, Hospital da Misericórdia e a torre do capitão, que servia tanto de moradia, quanto de ponto de defesa.

A sociedade santomense formou-se a partir da presença de portugueses que estavam interessados nos privilégios cedidos pela Coroa portuguesa ou eram enviados para ocupar os cargos político-administrativos. Junto a esse grupo chegaram à ilha, os degredados e outros estrangeiros como comerciantes castelhanos, franceses e genoveses. Os degredados tinham a chance de enriquecer, desfrutando dos mesmos direitos dos demais povoadores. Não tardou para africanos livres migrarem para a ilha, assim como o contingente de escravizados esteve presente desde o início da respectiva ocupação.²⁴ Com o tempo, os portugueses começaram a perceber a dificuldade de fazer da ilha um espaço plenamente português e a africanização não pode ser controlada. Escravos forros e seus descendentes, por exemplo, juntavam-se aos pequenos roceiros formando um grupo de grande importância social. Ainda em 1538, um decreto determinava que os mulatos casados e honrados na Ilha de São Tomé poderiam servir nos ofícios do conselho.²⁵

Esta sociedade pode ser percebida tanto a partir da sua pluralidade, quanto da necessidade de adaptação às novas realidades e espaços. Neste sentido, a política ultramarina – mencionada no início deste tópico – “não se estrutura sobre um modelo único de administração, antes fazendo conviver instituições muito variadas em territórios também eles múltiplos, de acordo” não só “com as intenções e oportunidades de ocupação”, mas também através das dinâmicas políticas e sociais desenvolvidas pelos personagens aqui apresentados.²⁶

Economicamente, observamos que a produção de açúcar e o tráfico de escravos foram atividades paralelas pelo menos até a década de 1560, quando o Brasil passou a configurar-se como um imponente concorrente na produção açucareira. A produção do açúcar foi beneficiada pela proximidade com os pontos de fornecimento de mão-de-obra escrava, uma

²² Rio dos Escravos foi a denominação dada pelos portugueses à região dos golfos do Benim e de Biafra, onde estes frequentavam o delta do Rio Níger e os rios que lhe ficavam logo a oeste.

²³ A Carta Régia de privilégio aos povoadores de São Tomé, emitida em 24 de setembro de 1485, determinava os deveres – como a necessidade do desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar – e os direitos destes povoadores – como resgatarem escravos nos rios além da Fortaleza de São Jorge da Mina. BRÁSIO, António. Monumenta Missionária Africana 1471-1531. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.

²⁴ HENRIQUES, Isabel Castro. São Tomé e Príncipe – A invenção de uma sociedade. Lisboa, Veja Editora, 2000. p. 36

²⁵ TENREIRO, Francisco. A Ilha de São Tomé (estudo geográfico). Lisboa, Junta de investigações do Ultramar, 1961. p. 63.

²⁶ HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num império oceânico. In MATTOSO, Jose (Dir.). História de Portugal, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993. p. 398

vez que, além da escravaria permanente, pode utilizar-se de um contingente de braços itinerantes, pois os escravos aguardavam o embarque trabalhando nas fazendas da ilha.²⁷

A administração de São Tomé no período analisado se demonstra frágil, pois distante de Portugal, muitos conflitos precisavam ser solucionados a nível local sem uma prévia consulta à Coroa portuguesa. A dificuldade em controlar de forma mais eficaz tanto os problemas administrativos, quanto as transações políticas e comerciais, possibilitou o enriquecimento fácil e muitas vezes ilícito. Os mais simples oficiais régios e/ou aqueles que ocupavam os cargos de capitães-donatários ou corregedores estavam envolvidos nos conflitos. Percebemos a tendência à ruptura entre as determinações encaminhadas pela própria Coroa e as formas políticas e socioeconômicas produzidas pelo processo de ocupação da ilha. Trazemos à tona o conceito de centro-periferia, ou seja, na medida em que nos movemos do centro, onde a autoridade é concebida, em direção ao interior ou periferia, onde a autoridade deve ser exercida, a obediência vai se atenuando e quanto mais distante geograficamente da respectiva autoridade, menos esta é valorizada.²⁸

Um dos principais conflitos configurou-se em torno das relações estabelecidas com a Coroa Portuguesa, o Congo e Angola. Ainda no ano de 1512, Portugal assumiu o exclusivo das trocas comerciais com o Congo, retirando dos comerciantes de São Tomé esse direito.²⁹ Para fugir do cumprimento dos decretos reais e dos pagamentos das taxas de importação no porto congolês de Mpinda, tais comerciantes concentraram seus negócios numa região mais ao sul, no reino de Ndongo – Angola.³⁰ Apesar das determinações do Regimento do Trato de São Tomé, editado em 1532, nas quais uma das principais preocupações foi proibir o comércio com a região de Angola, os comerciantes da ilha continuaram a frequentar seu litoral.³¹

D. Diogo, que ascendeu ao poder no Reino do Congo, no ano de 1544, após intensas disputas pela sua sucessão, acreditava que Portugal poderia ser um aliado importante e buscava manter o controle do comércio de escravos. Neste sentido, tinha como adversários dos seus negócios tanto outros congolezes, quanto os comerciantes de São Tomé. Em 1551 o comércio ilegal com Angola continuava em alta. Então, cansado das irregularidades de tais transações, em 1556, D. Diogo, apoiado por portugueses que estavam no Congo, optou por atacar Angola, que apoiada pelos comerciantes de São Tomé, o derrotou nas margens do rio Dante “numa batalha onde houve portugueses a lutar dos dois lados”.³² Em 1560, o tráfico de escravos ao sul do Rio Dante foi oficializado pela própria Coroa Portuguesa.

²⁷ GUIMARÃES, Cecília Silva. Produtora de açúcar e armazém de escravos: mercados e políticas na Ilha de São Tomé. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 2010.

²⁸ SHILS, Edward. Centro e Periferia. Lisboa, Edições Difel, 1992. p.63

²⁹ Regimento que El-Rei D. Manuel deu a Simão da Silveira quando o mandou a Manicongo. In: Felner, Alfredo de Albuquerque. Angola – Apontamentos sobre a ocupação e o início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1993. pp. 383-390

³⁰ BOXER, op. cit., p.81

³¹ Regimento do Feitor do Trato de São Tomé, Lisboa, 02 de agosto de 1532. BRÁSIO, António. Monumenta Missionária Africana 1532-1569. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.

³² COSTA E SILVA, Alberto da. A Manilha e o Libambo – A África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002. p. 387

Problematizando estas questões entendemos que a política ultramarina era heterogênea, pois se deparava com diferentes espaços, realidades e interesses. As diversas estratégias sejam da Coroa portuguesa, dos comerciantes da ilha de São Tomé ou até mesmo dos portugueses estabelecidos no Congo, sugerem que não havia um centro de poder que controlava de forma única as muitas relações de poder existentes em tais cenários. Assim, em São Tomé, como nos outros espaços ultramarinos de ocupação portuguesa, a distância entre a política oficial da Coroa e a política que de fato acontecia era significativa.³³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

37

Para analisarmos a História de São Tomé numa perspectiva atlântica, mais do que pensarmos meramente na sua localização no mapa, devemos observar suas especificidades, tanto internamente, quanto inseridas nos demais contextos políticos e socioeconômicos que o oceano Atlântico permitiu que se relacionassem.

Internamente, podemos destacar os conflitos sociais que envolviam os brancos enraizados na ilha, o grupo de mulatos e os escravos fugidos. Lembramos ainda da sua administração corrompida, que buscava atender seus próprios interesses, dinamizando as inúmeras transações ilícitas realizadas.

No âmbito externo, nos deparamos com as relações com a Coroa portuguesa, nas quais percebemos as redes clientelares, os laços de amizade, o cumprimento das ordens régias e a desobediência dos súditos.³⁴ Características que não eram exclusividade das relações com São Tomé, pois eram representadas na amplitude do além-mar. Os contatos estabelecidos na Guiné, no Congo e Angola estavam inseridos numa rede de negócios que se expandiam entre regiões do próprio continente africano, da América ou Ásia. Os escravos adquiridos no Congo poderiam ser vendidos em São Jorge da Mina, enviados para a Europa, permaneciam na ilha ou produziam açúcar esperando o embarque para as Antilhas ou Brasil. No retorno das Índias, navios eram reparados e abastecidos em São Tomé. Na já citada obra de Luiz Felipe de Alencastro – *O Trato dos Viventes* – o respectivo autor apresenta a ilha como um *Laboratório Tropical*. Plantas, métodos de cultivo, animais, homens forros, escravos fortes às doenças tropicais, escravos especializados no trabalho colonial e diferentes instituições foram empregadas no Brasil a partir de suas experiências nas ilhas do Atlântico.³⁵

No embalo destas idas e vindas pelo Atlântico, São Tomé se configurou como uma “das grandes encruzilhadas deste mar-oceano.”³⁶ Analisada a partir de suas singularidades e de suas relações com diferentes regiões ao longo de sua história, a ilha se torna uma das peças chaves para uma melhor compreensão da História do Atlântico.

³³ HESPANHA, op. cit., p. 400

³⁴ HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (org) *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVIXVII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. p. 166

³⁵ ALENCASTRO, op. cit.

³⁶ LIMA, José Joaquim Lopes. *Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguesas na África Occidental e Oriental; na Ásia Occidental; na China, e na Oceania*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes** – Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRÁSIO, António. **Monumenta Missionária Africana 1471-1531**. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.
- _____. **Monumenta Missionária Africana 1532-1569**. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.
- COSTA E SILVA, Alberto da. A Manilha e o Libambo – **A África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
- FELNER, Alfredo de Albuquerque. **Angola – Apontamentos sobre a ocupação e o início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela**. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1993.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Modernidade e Dupla Consciência. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.
- GUIMARÃES, Cecília Silva. **Produtora de açúcar e armazém de escravos: mercados e políticas na Ilha de São Tomé**. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 2010.
- HENRIQUES, Isabel Castro. **São Tomé e Príncipe – A invenção de uma sociedade**. Lisboa, Veja Editora, 2000.
- HERRERO, Carmen de La Guardia. Historia Atlántica. Um debate historiográfico em Estados Unidos. **Revista Complutense de Historia de América**. Vol. 36, 2010.
- HESPANHA, Antônio Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num império oceânico. In: MATTOSO, Jose (Dir.). **História de Portugal**, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- _____. A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (org) **O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XV-XVII)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- MORGAN, Philip. & GREENE, Jack (ed.) **Atlantic History – A Critical Appraisal**. New York: Oxford University Press, 2009.
- RADULET, Carmen M. As zonas de influência do Ocidente. Os descobrimentos portugueses e o Tratado de Alcáçovas. In: ALBUQUERQUE, Luís de. (dir) **Portugal no Mundo**. Lisboa, Publicações Alfa, 1989.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. In: **História**, São Paulo, 28 (1): 2009.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Um oceano de revoluções**. História e historiografia do Atlântico e de suas revoluções nos séculos XVII e XVIII. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster de Sousa; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. (orgs) **Atlântico: A história de um oceano**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

SHILS, Edward. **Centro e Periferia**. Lisboa, Edições Difel, 1992.

TENREIRO, Francisco. **A Ilha de São Tomé** (estudo geográfico). Lisboa, Junta de investigações do Ultramar, 1961.

LIBÉRIA: DA EXPULSÃO DA POPULAÇÃO NEGRA PELOS ESTADOS UNIDOS AOS CONFLITOS ÉTNICOS

Marcos Jesus de Santanna³⁷

40

RESUMO: A Libéria foi fundada em 1821 por negros livres advindos dos Estados Unidos, por conta de uma política de embranquecimento da população estadunidense. A fundação e o povoamento da Libéria foi uma artimanha dos grandes proprietários de terra dos Estados Unidos, a fim de espulgar qualquer outra etnia que não fosse a europeia. A criação dessa nova nação, sem levar em consideração os povos nativos e os diferentes costumes dos líbero-americanos, fez com que a Libéria passasse por diversos conflitos étnicos e violações dos direitos humanos durante grande parte de sua história. As ditaduras de William Tolbert e Samuel Doe se tornaram um dos mais violentos regimes do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Libéria; negros; Estados Unidos.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.RAA.2020v13n37.dossieeduchist40-47

³⁷ Graduando em Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo, campus Osasco. E-mail: marcossantanna0312@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esse presente artigo foi escrito a partir de uma necessidade pessoal de compreender a estrutura político-econômica que levou o continente africano a esse cenário de pobreza e profunda crise humanitária que tem historicamente assolado a região. O entendimento dos processos de aprofundamento da pobreza na Libéria pela perspectiva não eurocêntrica e os problemas que a tentativa de embranquecimento de um país levou para além de suas fronteiras serão elucidados.

41

Com o objetivo de explicar os reais motivos da fundação de um país pelos estadunidenses em um outro continente, será esclarecido como o racismo foi concretizado pela negação da presença dos negros nos Estados Unidos. Este artigo se justifica pela primordialidade da discussão das desigualdades sociais e raciais que tem se sustentado em todas as partes do mundo em que há uma minoria representativa. No caso dos Estados Unidos e a fundação da Libéria, essa desigualdade será exemplificada pela falta de interesse que os estadunidenses brancos tiveram em realocar os escravos livres para um processo minimamente igualitário, a fim de reconduzi-los ao mercado pelo sistema capitalista.

COLONIZAÇÃO E O PROCESSO DE BRANQUEAMENTO DA POPULAÇÃO ESTADUNIDENSE

Liberia is Africa's oldest republic. This country of 2.5 million inhabitants was founded on 26 July 1847 by black American settlers who started arriving on the West African coast in 1822. (ADEBAJO, 2002, p.21)

A Libéria foi fundada em 26 de julho de 1847 por negros livres estadunidenses, mas foi a partir de 1822 que os primeiros colonos começaram a se assentar na região. Uma pequena parte da população liberiana acumulava na época grande parte da riqueza do país, essa realidade se perpetua e os índices de desenvolvimento humano estão entre os mais baixos do mundo. Essa elite era conhecida por ser extremamente corrupta e nepotista, o que acabava marginalizando, por exemplo, a minoria da população indígena do país e colocando grande parte da população líbero-americana em situação de miséria.

Essas ideias foram alicerçadas pelos mandatários daquele país, começando com ricos proprietários de terras e chegando aos governantes, como Thomas Jefferson e posteriormente Abraham Lincoln.

In 1777, Thomas Jefferson, while serving in the Virginia legislature, began drafting a plan for the gradual emancipation and exportation of the slaves. Nor were Negroes themselves immune to the fantasy. In 1815 Paul Cuffe, a wealthy merchant, shipbuilder and landowner from the New Bedford area, shipped and settled at his own expense 38 of his fellow Negroes in Africa. It was perhaps his example that led in the following year to the creation of the American Colonization Society, which was to establish in 1821 the colony of Liberia. (ELLISON, 1970, p.161)

Nota-se, que não existia ali, um ato de bondade ou heroísmo dos apoiadores da libertação dos escravos africanos, o que existia de fato, era a tentativa de embranquecimento da população estadunidense. Na época existiam movimentos abolicionistas, mas não foram os reais motivos para o regresso dos negros à África, ou mais especificamente, à Libéria.

Os proprietários de escravos e muitos políticos queriam formular um esquema para livrar o país, mas não dos escravos, e sim, dos negros livres, que em sua maioria, eram militantes abolicionistas. Os negros livres abolicionistas começaram a se posicionar contra esse sentido, a fim de corrigir uma grande injustiça histórica. A artimanha dos favoráveis ao embranquecimento dos Estados Unidos fez com que muitos negros livres os apoiassem, embora, não haja um consenso sobre essa razão, especula-se que os motivos reais seriam

pela ânsia do fim dos conflitos entre negros e brancos e a busca pela paz, nem que para isso custasse o apoio aos que os oprimiram durante gerações.

Devido a pressão dos negros livres, houve um fracasso na Sociedade de Colonização. Thomas Jefferson foi o primeiro presidente dos Estados Unidos a apoiar esse retorno dos negros à África. Mais tarde, Abraham Lincoln, também tentou dar vida a essa tentativa de expulsar negros estadunidenses para embranquecer a população do seu país. Segundo o historiador John Hope Franklin, enviar negros livres para África era uma prioridade para Abraham Lincoln.

In 1862, Franklin notes, Lincoln called a group of prominent free Negroes to the White House and urged them to support colonization, telling them: Your race suffers greatly, many of them by living among us, while ours suffers from your presence. If this is admitted, it affords a reason why we should be separated (ELLISON, 1970, p.162)

A tentativa de se livrar dos negros livres tinha como intuito negar o fato do país ter se moldado além da dominação inglesa. O que não se considerava a partir dali, era uma multiplicidade e uma variedade de etnias. Também, não estavam considerando a importância cultural dessas etnias para história estadunidense.

A fantasia de muitos países do novo continente, a América, de se tornarem nações predominantemente brancas, passou por diferentes estratégias. O branqueamento da população brasileira a partir do fim do século XIX foi caracterizado por uma política de miscigenação e de facilidades migratórias da população dos países europeus. Não se pode afirmar que apenas o branqueamento tenha sido o fator preponderante para essa abertura migratória, outros fatores, como a crise nos países europeus e a necessidade de mão de obra facilitaram esse processo. A segregação dos ex-escravos e descendentes de escravos para as periferias das grandes cidades, como por exemplo, os morros do Rio de Janeiro, iniciaram uma grande desigualdade de oportunidades entre negros e brancos durante pelo menos um século aqui no Brasil, seguindo até os dias atuais. Recentemente, o Brasil começou a realizar uma política mais intensiva de inclusão dos negros nas universidades e no serviço público, mas, ainda muito longe do que se deveria acontecer em uma nação justa, democrática e multirracial.

Os Estados Unidos passaram por um processo de branqueamento em que havia proibição da miscigenação. Isso se passou em diferentes regiões do país, mas, esse sonho de uma América livre de negros foi uma realidade. Esta visão, de uma população estadunidense branca, provavelmente surgiu no início do século XVIII em New Jersey, mas não há uma conclusão definitiva sobre isso, já que as literaturas usadas como fonte de pesquisa não especificam tal assunto de modo preciso. Essa visão teria ocorrido por parte de aristocratas estadunidenses, que idealizavam a liberdade de todos os escravos e o seu imediato retorno à África. Trata-se de uma visão eurocêntrica, já que apenas a pele branca seria aceita para ser considerado um verdadeiro cidadão "americano", rejeitando também, os povos indígenas que já habitavam o continente antes da invasão das navegações europeias.

PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NA PARTILHA DO CONTINENTE AFRICANO

Em 1884, as principais potências europeias se reuniram em Berlim. Eles elaboraram um plano para a partilha da África, um acordo que acelerou a expansão desses países e reforçou o controle sobre as suas colônias. Mas, a Libéria já havia sido fundada e tinha o apoio de uma potência crescente naquela ocasião, os Estados Unidos. Sendo assim, a Libéria era uma nação intocada, sua fundação e independência já haviam ocorrido, e por

isso, a história liberiana é por vezes esquecida por um grande número de historiadores e cientistas políticos.

In 1884-85 representatives of the major European powers met in Berlin. The topic was empire. Great Britain, France, and Germany agreed on ground rules for their great game. They negotiated a blueprint for carving up Africa among themselves, an agreement that, along with new technologies of violence, medicine, and communication, accelerated their imperial expansion and tightened control over their colonies. Between the Berlin meetings and the world war, nearly a quarter million square miles were added each year to empires worldwide. (BENDER, 2006, p. 45)

43

Os Estados Unidos foram convidados para participar do Congresso, talvez pela sua experiência com a Libéria. Mas há muita confusão em relação à partilha do continente africano, mas há que salientar, que não apenas a Libéria deixou de participar da divisão de colônias no Congresso de Berlim, também foi o caso da Etiópia, mas isso ocorreu por outras razões.

Em se tratando da participação estadunidense, o país enviou um representante ao Congresso, mas acabou se recusando a ser um partícipe do acordo final. As razões podem ser muitas, mas em parte, pode ser explicado pelo posicionamento político estadunidense sobre as suas alianças. Os Estados Unidos sempre tiveram uma tendência de se enxergarem como distintos, exaltando uma identidade nacional. Assim como a tentativa de expulsar os negros livres do país, os Estados Unidos tinham uma propensão de separar-se de tudo que era estrangeiro ou diferente. No caso africano, o país tinha o intuito de se separar daquilo que imaginava ser incivilizado, um pensamento racista que se perpetua ainda nos dias atuais em grupos conservadores da política americana, sendo um deles, o partido republicano. Um exemplo dessa visão segregacionista é o atual candidato à presidência dos Estados Unidos, Donald Trump, que tem como projeto de governo construir muros separatistas e impedir a entrada de muçulmanos no país.

As exceções a essa política de alianças existiram, como a anexação das Filipinas e de Porto Rico. Mas no caso das Filipinas, por exemplo, havia uma clara intenção de domínio da área de navegação da região, o que fracassou no final do século XIX com sua independência, mesmo assim, os Estados Unidos mantiveram uma forte zona de influência por ali. Curiosamente, décadas mais tarde, os Estados Unidos tentariam o domínio de outro país da região da Indochina, o Vietnã. Apesar dessas experiências, de certa forma fracassadas, a anexação porto-riquenha parece ter surtido maior efeito, mas os Estados Unidos, aparentemente, não tinham qualquer pretensão de colonizar territórios ultramarinos. Isso o diferencia do Japão e de países europeus, já que esses tinham uma estratégia mais territorialista. Ao evitar o controle territorial, os Estados Unidos favoreceram um império de comércio e finanças, o que o ajudou a moldar a cultura e a economia global. Sobre isso, Giovanni Arrighi retratou a diferença entre as estratégias territorialista e capitalista:

Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios concebendo a riqueza do capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital. (ARRIGHI, 1996, p.33)

O que é preciso compreender, é que a fundação da Libéria fez parte de uma pretensão imperialista e elitista, especialmente quando houve características étnicas indesejáveis. É o caso do tratamento dado aos nativos estadunidenses pelos invasores ingleses, se

tratando assim, de um império de poder extremamente segregacionista. Ao esquecer as reais pretensões dos Estados Unidos nessa estratégia capitalista e não territorialista costuma-se concentrar um legado negativo aos países europeus sobre a dominação africana, mas a fome, a miséria e as guerras civis africanas têm forte influência do imperialismo estadunidense.

Mas, um questionamento pode ser feito em relação à negativa dos Estados Unidos em ter a Libéria como sua colônia. Como já foi dito, essa era uma estratégia estadunidense, e isso tinha uma razão, a intenção era incentivar ainda mais a concorrência em prol de seus interesses econômicos. Na visão estadunidense, os países que dominavam territórios ultramarinos perdiam dinheiro para os tesouros nacionais, além, é claro, de ser excluído dos mercados controlados por nações rivais. Assim, uma economia defensiva era mais importante que a visão de novos mercados. Sendo assim, os Estados Unidos acreditavam que as colônias colocariam a sua ideia de expansão ou imperialismo em risco. Abraham Lincoln, por exemplo foi um grande crítico dessa forma de conquista. Acerca disso, disse ele:

He is a great friend of humanity; and his desire for land is not selfish, but merely an impulse to extend the area of freedom. He is very anxious to fight for the liberation of enslaved nations and colonies, provided always, they have land, and have not any liking for his interference. As to those who have no land [that is, slaves in the U.S. South], and would be glad for help from any quarter, he considers they can afford to wait a few hundred years longer. (BENDER, 2006, p.45)

CONFLITOS NA LIBÉRIA

Esse presente artigo trata mais especificamente dos conflitos ocorridos na Libéria, mas, para entendê-los, alguns aspectos deverão ser elucidados, como: as causas das guerras civis liberianas; as rivalidades étnicas e as ambições dos que possuem o poder no país; e as tensões regionais que resultaram numa sangrenta batalha para obtenção do poder.

Alguns fatores levaram à instabilidade democrática na Libéria, entre eles, a própria história da criação da Libéria pelos Estados Unidos contribuiu para a atual situação política e econômica do país. A ida de vários negros livres para a Libéria e a presença de diversos grupos étnicos de diferentes costumes geraram diversos conflitos durante toda história liberiana. A guerra civil liberiana pode ser explicada a partir desse ponto de vista, a diferença cultural das famílias advindas dos Estados Unidos e a imigração de povos dentro da própria África para a Libéria, ajudaram nos conflitos quase que permanentes.

William Tubman foi presidente da Libéria de 1944 a 1971, ele criou um programa de unificação entre a população líbero-americana e os povos nativos, com uma política de participação desses povos nas decisões do governo, valorizando assim, a cultura, arte e a língua desses povos. Além disso, as reformas garantiram um aumento na representação dos nativos na câmara legislativa, além de acesso ao ensino superior como uma tentativa de diminuir a exclusão.

William R. Tolbert se tornou presidente da Libéria após Tubman deixar o cargo em 1971, em decorrência de sua morte. No entanto, Tolbert não continuou sua política de reformas, apesar disso, houve melhoras nos indicadores sociais do país. Tolbert enfrentou uma severa crise econômica por conta da crise da balança comercial e uma grande dificuldade em conseguir alimentos básicos.

Liberia began to change during the 1970s. In 1971, William Tubman, Liberia's president of 27 years, died while in office. Tubman's "Open Door" economic policy brought a great deal of foreign investment at heavy price, as the divide widened

between the prospering Americo-Liberians (benefiting from such investment) and the rest of the population. Following Tubman's death, his long-serving vice president, William Tolbert, assumed the presidency. (DANIELS, 2008, p.2)

Apesar de ser líbero-americano, Tolbert era fluente em uma das línguas nativas do país e teve apreço da população quando assumiu, no entanto, ao longo de seu mandato, seu governo foi extremamente corrupto, o que culminou, posteriormente, em sua baixa popularidade.

Tolbert had tried to control dissent by limiting labor and student strikes and restricting public meetings and marches. But he was unable to prevent the emergence of opposition groups calling for an end to his rule. The Progressive Alliance of Liberians was founded in 1975 by Liberian students in the United States who called for rapid political reform. (ADEBAJO, 2002, p.22)

A Aliança Progressista Liberiana, composta por estudantes de universidades estadunidenses, lutaram por uma reforma social no país. O grupo se solidificou com discursos atacando a política econômica do país, ganhando popularidade. Posteriormente, esse grupo já agregava diversas outras classes da sociedade, como desempregados e pequenos produtores rurais, causando grande impacto na credibilidade do governo por parte da população.

On 26 June 1979, Tolbert released the Progressive Alliance of Liberians leaders in a general amnesty. Emboldened by its successful demonstration, attempted to register as a political party to challenge the True Whig aristocracy in legislative and presidential elections, scheduled for 1981 and 1983. (ADEBAJO, 2002, p.23)

A pressão pela democracia no âmbito internacional levou a marcação das eleições presidenciais para 1981 e 1983, mas, em 1980, Tolbert cancelou as eleições, o que causou revolta na Aliança Progressista Liberiana. Tolbert acabou preso pelos líderes desse movimento, junto com seus ministros e generais. A queda do governo de Tolbert ocorreu por conta da traição de muitos de seus aliados. Tolbert sofreu um golpe de estado em 1980 pelo general Samuel Doe. A literatura científica disponível para entender essa parte da história liberiana, aparentemente é muito escassa, mas, a execução do então presidente Tolbert e seus ministros foi realizada em um lugar público e filmada por diversos veículos de comunicação.

In April 1980, Army Master Sergeant Samuel Doe, an ethnic Krahn, led a coup d'état that resulted in Tolbert's murder and the public execution of 13 of his cabinet members. Among the many Liberians that fled the country was then-Minister of Finance, Ellen Johnson-Sirleaf. (DANIELS, 2008, p.3)

Esta execução fez parte de uma das cenas do documentário "Faces of Death" de John Alan Schwartz. Neste documentário, dentre diversas mortes reais que foram filmadas e retratadas, Tolbert e seus aliados foram julgados e condenados. No momento da execução, eles são amarrados num tronco e executados com tiros de metralhadora.

With the momentary exercise of "force majeure," military leader Samuel K. Doe hijacked the elections of 1985 and declared himself winner after handpicking a 25-man committee to recount the ballots when it became clear he was losing. The US Reagan Administration supported the outcome and validated the results as a "movement toward democracy. (LIBÉRIA, 2009, p.115)

Houve um colapso no governo de Doe a partir de 1985 por conta de um golpe. Esse golpe ocorreu em outubro de 1985 nas eleições nacionais, pois ao ver que iria perder as eleições, usou de seus poderes para manipular o resultado e declarou sua vitória antes do fim da contagem dos votos. Doe teve o apoio do governo estadunidense, que logo após as

eleições fraudulentas reconheceu a legitimidade da eleição como sendo um movimento de retorno à democracia. Doe fez uma administração sangrenta e não é difícil encontrar relatos de pessoas que teriam sido torturadas ou mortas em seu regime.

Doe teve um destino pior que seu antecessor, já que antes de morrer, na véspera do Natal de 1989, foi torturado até a morte por um líder rebelde.

The insurgency struck first on Christmas Eve, 1989. Before the end of 1990, Doe had been captured and tortured to death by a rebel leader from Nimba County and consequently his almost ten-year rule had ended. (LIBÉRIA, 2009, p.118)

46

Sua morte também foi filmada, mas desta vez por um dos membros do grupo rebelde. A cena é aterradora e hoje é amplamente veiculada na internet. No vídeo, Doe aparece tendo suas orelhas amputadas, enquanto seu torturador tomava uma cerveja e era abanado por uma mulher.

Essa sequência de acontecimentos marcaram o fim de uma era na Libéria, pois a partir dali, iniciou-se um período de guerra civil no país. Não trataremos desse assunto neste presente artigo, mas a Libéria passou por um período de 13 anos de guerras civis (1989 a 2003). Os marcos do fim desse longo período de violações dos direitos humanos e da democracia serão abordados no próximo tópico.

PERÍODO PÓS-GUERRA CIVIL

African peace-keepers started collecting the guns from fighters in Liberia. But peace will not come easily to this West African country, where about two-thirds of the citizens have been driven from their homes and one in every 17 people has died. Many Liberians who have suffered at the hands of fighters say they want to forgive. (BENDER, 2006, p.48)

A partir de 2003, com o fim da guerra civil, muitos liberianos que sofriam nas mãos dos combatentes queriam relevar possíveis condenações para um recomeço, no entanto, esse desejo de perdoar era dificultado pelo ódio étnico. Havia pessoas que mantinham lembranças terríveis da guerra, mas havia também quem mantinha memórias amargas de Tolbert e Doe, sendo assim, os liberianos permaneceram divididos. Havia relatos de propaganda transmitida por ambos os lados de estações de rádio influenciando a maioria da população, que eram analfabetos. Mas havia também quem desacreditasse na política e muitos liberianos se diziam descrentes de qualquer tipo de solução.

Liberians describe soldiers who still fight as a class of thugs, who survive by looting and robbing, and commonly switch sides. Such fighters, reasoned the teacher in Gbarnga, may be just as willing to give up their weapons if the price is right. Most of these people weren't really fighting to make anyone president, and in a matter of time you lose everything that you have been looting. If there is money offered for guns, no gun will remain. (BENDER, 2006, p.52)

Alguns soldados, já cansados da guerra, deram as suas armas antes mesmo de decretarem o desarmamento. Estudantes que estavam longe de suas casas, quando voltavam, encontravam seus pais mortos ou descobriam que estavam refugiados em outros países. Muitos soldados, sem a guerra, passaram a viver como bandidos, sobrevivendo com saques e roubos. Mas, esses combatentes também tinham razões para ignorar as ordens de seus líderes para se desarmarem, pois temiam ataques dos seus inimigos ou por não conhecerem outra maneira de ganhar a vida, assim, permaneciam armados à espera de um novo combate.

As eleições de 1985 acabaram burladas, mas ainda havia esperança que novas eleições ocorressem de forma democrática, mesmo sabendo das dificuldades dos grandes

deslocamentos, subornos por votos por conta da fome e o sorrateio de papeletas de votação. A Libéria queria voltar a ser uma nação livre, e mais ainda, tinha a pretensão de estar o mais próximo possível de uma sociedade sem violações dos direitos humanos e sem guerras civis.

Existia uma intenção de que a riqueza do país não se concentrasse apenas na capital, mas em todo o território. Essa concentração acontecia pela pressão das elites do país e pela segregação dos grupos étnicos, mas isso não quer dizer que a população da capital Monrovia não passava por necessidades básicas, já que nesse momento, toda a população do país tinha problemas sérios em todas as esferas.

Por fim, as reformas necessárias a partir daquele momento deveriam sinalizar o fim de uma fase longa de guerras civis, mas, ao mesmo tempo, teria a necessidade de tomar medidas para que todos os grupos étnicos, sociais ou coletivos não recomeçassem uma ideia de revolta no país.

CONCLUSÃO

A Libéria foi o resultado um sonho segregacionista de grandes proprietários de terras dos Estados Unidos. O resultado foi um desastroso legado para milhões de pessoas de diferentes gerações por um período de mais de um século.

O racismo envolvido nessa tentativa de embranquecimento de toda uma nação não foi exclusivo dos Estados Unidos e tão pouco se deve afirmar que a marginalização de diferentes etnias se findou no século XIX, já que as desigualdades sociais entre brancos e negros, e até em relação aos povos indígenas são gritantes em todo o mundo.

Não se devem esquecer os motivos que acarretaram os conflitos étnicos e as guerras civis na Libéria, pois a “exportação” de ex-escravos para o país foi a responsável por essa tragédia social e econômica.

REFERÊNCIAS

ADEBAJO, ADEKEYE. **Liberia civil war: Nigeria, ECOMOG, and regional security in West Africa**. UK ed. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2002. 21-23 p.

ARRIGHI, GIOVANNI. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 33 p.

BENDER, THOMAS. **The American way of empire**. Spring: World Policy Journal, 2006. 45-68 p.

DANIELS, PETER. **A Brief History of Liberia**. The International Center for Transitional Justice, 2008. 2-3 p.

ELLISON, RALPH. What America would be like without blacks. **Academic Search Premier**, Oxford, v. 95, 1970. 161-162 p.

LIBÉRIA. Republic of Liberia The Truth and Reconciliation Commission. **Final Report**, 29 jun. 2009.

NOVA ORLEANS À ESPERA DE GODOT

*Heidy Maiyumi Rafael Kanasiro*³⁸

48

RESUMO: A perpetuação da espera em *Esperando Godot* foi compreendida por Paul Chan de forma análoga à condição encontrada em Nova Orleans no pós-Katrina, naquele contexto de omissão do poder público, a população ainda esperava pela reconstrução da cidade. A partir dessas observações, Chan concebeu, junto à companhia *Classical Theatre of Harlem*, o projeto intitulado *Waiting for Godot in New Orleans: a play in two acts, a Project in three parts*. Desse modo, o presente ensaio busca compreender as consequências do furacão Katrina na cidade de Nova Orleans como condição trágica a partir da crítica de Raymond Williams, considerando o fator raça como categoria de análise para o entendimento do descaso do Estado norte-americano com aquela população. Buscaremos também entrecruzar as noções de tempo linguístico em Benveniste e tempo psicológico em Nunes para analisarmos a espera no texto de Beckett e na montagem de Paul Chan.

PALAVRAS-CHAVE: Esperando Godot, furacão Katrina, tempo, tragédia.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.RAA.2020v13n37.dossieeduchist48-56

³⁸ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Contato: heidymrk@gmail.com

INTRODUÇÃO

VLADIMIR: O tempo parou.

POZZO: (*colocando o relógio junto ao ouvido*) Não tenha tanta certeza, senhor, não tenha tanta certeza. (*Recoloca o relógio no bolso*) Tudo que quiser, menos isso.

As indagações sobre o tempo perpassam as mais variadas atividades humanas, são objetos de estudo das ciências da natureza, da matemática, de tratados filosóficos, obras artísticas e literárias e dos estudos de linguagens. Dentre os desdobramentos do tempo, a espera, entendida como “o experimentar da ação do tempo que está em constante mudança”, segundo Esslin (1995), é tema da peça *Esperando Godot*, de Samuel Beckett.

Foi a condição da espera (por comida, por água e por assistência) em que se encontrava a população (majoritariamente negra) de Nova Orleans após o desastre provocado pelo furacão Katrina, removendo mais de um milhão de pessoas de seus lares, que inspirou o artista sino-americano Paul Chan a conceber sua montagem da peça de Beckett intitulada *Waiting for Godot in New Orleans* (2007). O descaso das autoridades com aquela população será compreendido aqui como uma herança maldita das raízes da *democracia de escravos* que originou o Estado norte-americano (MBEMBE, 2017). Assim, interpretaremos as consequências do furacão Katrina na região de Nova Orleans como condição trágica, a partir da crítica de Raymond Williams. Porém, antes de aprofundarmos a análise do texto beckettiano e da encenação de Chan, bem como das questões raciais que configuraram a inação do Estado norte-americano no pós-Katrina, trataremos de expor algumas abordagens sobre o tempo e suas implicações.

Para o linguista francês Émile Benveniste, há duas noções de tempo distintas: o tempo físico e o tempo crônico. O tempo físico seria infinito e linear, ao passo que o tempo crônico seria o tempo dos acontecimentos. O autor afirma que o tempo crônico abrange três condições, a primeira delas é a condição estativa, na qual há um marco importante que dá nova direção aos fatos; a segunda é a diretiva, estabelecida pelos termos opostos *antes/depois* em relação ao marco referencial; por fim, a terceira condição é chamada pelo autor de *mensurativa*, compreende as unidades de medida do tempo, tais como o dia, o mês, o ano, assim por diante...

Das formas linguísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o *tempo*, nenhuma é tão difícil de explorar, a tal ponto estão arraigadas as ideias preestabelecidas, as ilusões do ‘bom senso’, as armadilhas do psicologismo. (BENVENISTE, 1989, p. 70)

Há também uma terceira noção de tempo e que interessa em especial a nós, o *tempo linguístico*, que está ligado à fala e organiza-se no discurso. Benveniste define o centro do *tempo linguístico* no presente da instância da fala, e este presente é sempre reinventado no próprio ato da fala, estabelecendo a separação entre outros dois momentos: o evocado pela memória (passado) e a prospecção (futuro).

Assim como Benveniste, Nunes (1995) estabelece categorias sobre o tempo. Em seu estudo *O tempo na narrativa*, o professor e filósofo apresenta a nós as categorias de tempo físico e tempo psicológico. O movimento exterior das coisas seria útil para pensar-se o tempo físico, que poderia ser medido em relação ao movimento anterior, ou quanto ao próprio processo de mudança. Nunes relembra que, para o físico Isaac Newton, haveria o tempo relativo (aparente e vulgar) e o tempo absoluto (verdadeiro e matemático). No entanto, essa possibilidade de um tempo absoluto foi relativizada por Albert Einstein, que,

no lugar de um relógio universal, admitiu tantos relógios quantos fossem os sistemas de relação entre os eventos. Assim, o tempo psicológico seria aquele que *descoincide* com as medidas temporais objetivas. “Uma hora pode parecer-nos tão curta quanto um minuto se a vivemos intensamente; um minuto pode parecer-nos tão longo quanto uma hora se nos entediamos” (NUNES, 1995, p. 18). Essa ideia de tempo psicológico é muito útil para pensar-se o tempo na narrativa ficcional, pois é variável, subjetivo e qualitativo.

O TEMPO EM ESPERANDO GODOT, DE SAMUEL BECKETT

Diante dessas considerações iniciais, passaremos para as indagações sobre o tempo na peça teatral *Esperando Godot*, de Samuel Beckett, em seguida faremos a reflexão sobre as implicações do tempo e da espera no contexto de descaso do governo norte-americano de prover a reconstrução de Nova Orleans após a chegada do furacão Katrina, enfim analisaremos a montagem concebida por Paul Chan e encenada pelo *The Classical Theater of Harlem* em Nova Orleans, dois anos após o evento, em 2007.

Como pontua Esslin (1961), em seu livro intitulado *The theatre of the absurd*, *Esperando Godot* foi publicada em 1952 e encenada pela primeira vez em 1953, no pequeno *Théâtre de Babylone*, antiga sala em Paris, no *boulevard Raspail*, sétimo *arrondissement*. A montagem foi dirigida por Roger Blin, que também interpretou o personagem Pozzo. A peça, em dois atos, traz dois personagens, Vladimir e Estragon, que esperam Godot. O cenário é uma estrada no campo. Há apenas uma árvore seca.

Enquanto Vladimir e Estragon esperam Godot, surgem outros dois personagens: Pozzo e Lucky. Pozzo conduz Lucky, que tem uma corda amarrada no seu pescoço e carrega uma mala. Há também um quinto personagem, chamado Menino, que aparece uma vez no primeiro e outra vez no segundo ato. Nas duas ocasiões, Menino age como um mensageiro de Godot, avisando que não virá *hoje*, mas virá *amanhã* com certeza.

O segundo ato é uma espécie de duplicação do primeiro: Vladimir e Estragon seguem esperando Godot, a árvore que estava seca aparece com algumas folhas, Pozzo reaparece cego e Lucky não fala nada. Menino traz o recado, vai embora e a espera continua até que a cortina se feche.

Raymond Williams (2002) identifica a estrutura da peça a partir de dois conjuntos: os vagabundos (Vladimir e Estragon) e os viajantes (Pozzo e Lucky). Para ele, essa oposição polar é utilizada a fim de demonstrar uma condição humana absoluta em um mundo quase estático e com limites muito estreitos para ações humanas. Como nos dois atos os vagabundos apenas esperam, enquanto os viajantes seguem após encontrá-los, Vladimir e Estragon representam a esfera da resignação e da espera, enquanto Pozzo e Lucky representam o mundo do esforço e da ação, do poder e da exploração pela via da dominação e dependência.

Dessa forma, Esslin (1961) entende que *Esperando Godot* não conta uma história, mas explora uma situação estática: a de dois vagabundos esperando em uma estrada de campo. A peça tornou-se um grande sucesso do teatro pós-guerra, tendo 400 apresentações no *Théâtre de Babylone*, traduzida para mais de 20 idiomas e encenada em diversos países, como Brasil, México, Estados Unidos, Israel, Japão etc.

Alguns estudiosos enquadram a obra de Beckett dentro da categoria elaborada por Esslin de Teatro do Absurdo. Berthold (2008) entende que o teatro no pós-guerra mostra “necessariamente um quadro tragicômico da vida, numa época em que não mais podemos evitar a questão sobre ‘o que estamos fazendo na Terra e como podemos suportar o peso

esmagador do mundo das coisas” (BERTHOLD, 2008, p. 522). Assim, para ela, o palco torna-se este espaço sem referências identificáveis, como o planalto desolado e sua última árvore seca onde Vladimir e Estragon esperam. Desse modo, a autora percebe como o tempo histórico em que a peça foi escrita era propício para o surgimento de certos textos que questionavam o absurdo da existência após a experiência traumática da guerra.

Esta desesperança presente em *Esperando Godot* é reforçada a cada diálogo, então, podemos considerar que o presente linguístico é, para Vladimir e Stragon, insustentável. A dupla vive um presente alongado e entediante, que ora se projeta para um acontecimento futuro, que jamais se concretiza, ora remete a um passado incerto, esfumaçado e apagado. Essa espera insuportável fica evidente quando Vladimir olha para o céu e pergunta: “Será que a noite não cairá jamais?” Em outra situação, após um longo silêncio, Estragon comenta: “Nada acontece, ninguém vem, ninguém vai, é terrível”.

Nessa obra, o momento axial que definiria a condição estativa do tempo elaborada por Benveniste, e que, portanto, traria uma nova direção às coisas, está localizado no futuro. Mas como esse futuro não ocorre segundo as expectativas, também não há uma condição diretiva para estabelecer um “antes.../depois...”, e o presente dilata-se enquanto o futuro é apenas um frustrante porvir de um Godot que nunca chega.

Na tentativa de compreender os possíveis sentidos de Godot, deste ser que nunca vem, Esslin busca uma etimologia. A sugestão mais recorrente é a de que *Godot* seria uma espécie de diminutivo da palavra *God* (deus, em inglês) em uma analogia a Pierre-Pierrot ou Charles-Charlot (a forma como o personagem Carlitos de Chaplin é conhecida na França). Em outra perspectiva, ele cita o entendimento de Eric Bentley a partir de uma referência literária, este referente seria outro personagem também muito falado e nunca visto de Balzac, na comédia *Le Faiseus/Mercadet*, há um personagem chamado Godeau. Esslin demonstra que há outros paralelos entre Beckett e Balzac, sobretudo porque, em ambas as peças, a chegada de Godot/Godeau é esperada como um evento milagroso para a situação em que se encontram os personagens.

Presos como estão ao seu angustiante espaço de espera, Vladimir e Estragon parecem confrontar o paradoxo de todos os tempos; isto é, que o único tempo que sentimos possuir uma existência real verificável, o presente, o ‘aqui e agora’, na verdade jamais pode meramente ‘ser’, porque seu ‘agora’ só pode ser apreendido nas frações de segundo que lhe antecedem ou sucedem. Jamais é de fato o tempo presente, mas sempre a sua representação antecipada ou lembrada – ou seja, um não presente. Da mesma forma, Vladimir e Estragon, presos ao ‘ainda não’ ou ao intervalo da espera, equilibrando-se entre o passado que já não habitam e o futuro que não pode começar até que Godot chegue, jamais conseguem *estar* de todo no agora. (CONNOR, 2017, p. 167)

O artista plástico Paul Chan, em sua primeira visita a Nova Orleans, logo percebeu o correspondente daquela angustiante espera na situação vivenciada pela população local, impedida de desfrutar o futuro até que as providências em relação à catástrofe fossem tomadas. Assim como Vladimir e Estragon encontram-se aprisionados por não poderem sair de onde estão, de forma análoga, a população dos arredores de Nova Orleans encontrava-se, na ocasião, também impedida de seguir.

VLADIMIR: Não temos nada a fazer aqui.

ESTRAGON: Nem fora daqui.

VLADIMIR: Deixe disso, Gogô, não fale assim. Amanhã vai ser outro dia.

ESTRAGON: De que jeito?

VLADIMIR: Você não ouviu o moleque?

ESTRAGON: Não.

VLADIMIR: Disse que Godot virá amanhã, com toda a certeza. (*Pausa*) O que me diz disso?

ESTRAGON: Então é só esperar aqui. (BECKETT, 2017, p. 69)

A montagem dirigida pelo artista sino-americano Paul Chan fez parte de um projeto maior intitulado *Waiting for Godot in New Orleans: a play in two acts, a Project in three parts* (2007), concebida durante a primeira visita do artista à cidade devastada pelo furacão Katrina, em 2006, pouco mais de um ano após o evento. Nessa ocasião em que Chan visitou a cidade devastada, ele percebeu ali, onde um colega seu enxergou um filme ficção científica, algo mais próximo ao cenário da peça, tantas vezes vista, de Samuel Beckett.

NEW ORLEANS À ESPERA DE GODOT

Com a chegada do furacão, mais de um milhão de pessoas foram removidas de seus lares na região de Nova Orleans, a saber, localidade com uma população majoritariamente negra. A inação do governo norte-americano e a ineficiência da *Federal Emergency Management Agency* (FEMA) diante da tragédia ocorrida foram alvos de justificadas críticas. A espera, naquele contexto, significava a espera pela comida, pela água, pelo abrigo, pela reconstrução. É importante salientar que essa espera não pode ser entendida como passiva, pois enquanto o poder público não agia, a população local organizou esforços para a reconstrução da cidade.

As imagens de devastação produzidas após a chegada do furacão Katrina em Nova Orleans, romperam, segundo Giroux (2006), com um silencioso entorpecimento autoimposto da sociedade norte-americana em relação ao sofrimento de parte da população negra nos Estados Unidos. O autor demonstra que, como consequência do furacão, representações visuais problemáticas emergiram e chocaram a população com imagens grotescas de cadáveres inchados boiando nas ruas inundadas de Nova Orleans. Assim, o que parecia uma catástrofe natural rapidamente se transformou numa questão social que expôs a vulnerabilidade de centenas de milhares de pessoas pobres, em sua maioria, negras, algumas latinas, muitas idosas e algumas poucas pessoas brancas (GIROUX, 2006).

Essas imagens emergiram 50 anos após outro episódio pontuado por Giroux, no qual o jovem Emmett Till, um garoto negro de 14 anos, foi assassinado brutalmente, espancado, torturado, mutilado e castrado após supostamente ter assoviado para uma mulher branca no Mississippi. Seu corpo foi encontrado no rio Tallahatchie após três dias de seu desaparecimento e foi reconhecido por sua mãe devido a um anel que fora de seu pai. Mamie Till Bradley, a mãe de Emmett Till, impediu o sepultamento imediato de seu filho, escancarando a brutalidade do crime durante os funerais. As imagens do jovem Emmett desfigurado tornaram-se símbolo do terrorismo contra homens negros nos Estados Unidos e impulsionaram o movimento dos direitos civis.

Tanto a devastação pós-Katrina como o corpo do jovem Emmett Till representam, para Giroux (2006), importantes episódios para compreender-se a história do racismo nos Estados Unidos, por desvelar uma realidade que muitos se negavam a enxergar. De um lado, as imagens do furacão revelavam a ficção conservadora de uma cegueira racial, que insistia em compreender o fenômeno como uma questão de classe e, de outro, o terror imposto aos corpos de homens negros pela supremacia branca. Esse hiato de 50 anos entre os dois episódios é entendido por Giroux como correspondente das políticas

neoliberais para a construção de uma economia visual que desmantelasse o Estado de bem-estar social.

Giroux explica que durante o governo Reagan, duas imagens foram usadas com esse objetivo: o garoto negro *gangsta* empunhando armas e a *welfare Queen*, ou seja, a imagem estereotipada da mulher que abusaria dos benefícios de políticas de bem-estar social por meio de fraudes. Com o governo de George H. W. Bush, na década de 1990, surge uma onda de hiperpatriotismo e nacionalismo e assim a paisagem visual passa a ser estritamente controlada, tornando a vida civil americana controlada e regulada. O furacão Katrina reverteu esse silêncio 50 anos após a exposição do corpo do jovem Emmett Till.

O que foi percebido por muitos como incompetência e falha das autoridades, foi, na realidade, algo mais sistemático e profundo: o Estado não assegurou uma rede de seguridade aos pobres, doentes, idosos e sem-teto. No lugar disso, transformou-se numa instituição punitiva que pretendia desmantelar o Estado de bem-estar social, tratando aquela população como dispensável e descartável, sendo deixada para morrer (GILROUX, 2006).

Para Mbembe (2017), este poder de matar, manifestado na capacidade de ditar quem pode e quem não pode viver, é o fundamento da *necropolítica*. Ele entende que a força das democracias modernas está na sua capacidade de reinventarem-se tanto na forma como no conceito, mas principalmente em sua capacidade de dissimulação e ocultação de sua origem na violência. Essa ocultação da violência aparece na narrativa oficial que afirma que as democracias seriam sociedades pacificadas e que, portanto, a violência teria sido banida.

Entretanto, o que Mbembe demonstra é que a democracia nos Estados Unidos foi, durante muito tempo, uma *democracia de escravos*. Assim sendo, o regime da plantação, da colônia e da democracia nunca se largam, pois teriam a mesma matriz histórica (MBEMBE, 2017, p. 39). Ele ainda reforça que, na *democracia de escravos*, coexistem duas ordens: uma comunidade de semelhantes, os quais são regidos pela lei da igualdade, e a categoria de não semelhantes, que se encontram na posição de estrangeiros e, ainda que tenham nascido nos Estados Unidos, permanecem sem-lugar e sem-direitos.

O entendimento trazido por Mbembe acerca da violência incutida nos regimes democráticos, mais especificamente no caso da democracia americana, faz transparecer que a negligência do governo norte-americano em assegurar os direitos da população afetada pelo Katrina apenas corrobora a ordem da desigualdade. “Em larga medida, o racismo é o motor do princípio *necropolítico*, enquanto este é o epíteto da destruição organizada, o nome de uma economia sacrificial, cujo funcionamento requer que, por um lado, se reduza o valor da vida e, por outro, se crie o hábito da perda” (MBEMBE, 2017, p. 65).

Atribuiremos um sentido trágico ao evento do furacão Katrina sob a ótica proposta por Raymond Williams (2002), quando ele ataca criticamente a teoria trágica moderna que não atribui sentido trágico a eventos considerados *meros acidentes*. De acordo com tal teoria, um acontecimento só seria trágico por meio de reações convencionadas a partir de um fato artístico, mais do que em um fato da vida concreta. Além disso, o evento trágico teria de conectar-se a outros fatores de tal forma que não se configurasse apenas um acidente, carregando assim um sentido universal.

Williams (2002) questiona qual seria esse sentido geral que configuraria determinados eventos como trágicos ou acidentais. Sua crítica fundamenta-se em dois pontos:

primeiramente seria impossível distinguir um acontecimento da reação a este acontecimento, portanto, mesmo que não expressa artisticamente, ela ocorre em forma de luto ou sofrimento. Segundo, ignorarmos todo o sofrimento que faz parte do mundo social e político e de relações humanas reais seria separarmos a ação humana da nossa compreensão política e social.

Os eventos que não são vistos como trágicos estão profundamente inseridos no padrão da nossa própria cultura: guerra, fome, trabalho, tráfego, política. Não ver conteúdo ético ou marca de ação humana em tais eventos, ou dizer que não podemos estabelecer um elo entre eles e um sentido geral, e especialmente em relação a sentidos permanentes e universais, é admitir uma estranha e específica falência, que nenhuma retórica sobre a tragédia pode, em última análise, encobrir. (WILLIAMS, 2002, p. 73)

Para ele a distinção entre tragédia e acidente só é válida quando considera que alguns eventos são acidentes e outros, significativos. Portanto, compreender a condição da tragédia contemporânea implica constituir novas relações que aceitem o caráter acidental das tragédias de nosso tempo, sem a necessidade de reportar-se aos sentidos de antes.

Neste contexto de um abandono trágico, para além das questões técnicas relativas ao espetáculo, os artistas tiveram a preocupação com a construção de um público, estabelecendo relações com a comunidade, buscando não cair na espetacularização da dor causada pelo desastre. Essas ações incluíram ciclos de palestras, *workshops*, encontros e definiram como um objetivo fundamental, a arrecadação de um fundo monetário para a reconstrução da cidade. Assim, segundo Thompson (2007), os atores não atuaram para estranhos, mas para a comunidade. As pessoas vieram não apenas para verem uma peça, mas para estarem juntas. Como Ubersfeld (2013) lembra a nós ao tratar do espectador de teatro (receptor-público): não há um espectador, mas uma multiplicidade. No teatro, não estamos sós, portanto, é o espectador, muito mais que o encenador, quem o fabrica.

O projeto idealizado por Chan contou com o trabalho do *Classical Theatre of Harlem* (CTH) e com o *Creative Time*, um grupo de artistas de Nova York. A montagem foi dirigida por Christopher McElroen, que já havia dirigido o texto em uma temporada em Nova York. Nessa primeira montagem, já influenciada pelas imagens do desastre na Costa do Golfo, o cenário contava com uma piscina de 15.000 litros, com um telhado e uma árvore emergindo da água.

No projeto de Chan, a encenação foi pensada para ruas específicas em Nova Orleans: uma esquina arruinada em *Lower Ninth Ward* e *Gentilly*. Houve cinco noites de apresentações gratuitas. Fizeram parte do elenco os atores do CTH, J. Kyle Manzay (Estragon), Wendell Pierce (Vladimir), Ryder Smith (Pozzo), e os atores de Nova Orleans, Mark MacLaughlin (Lucky), Michael Pepp (Menino) e Tony Felix (Menino).

Anne Gilsleson (2010), em sua crítica *That tree, that levee*, relatou suas percepções a respeito da recepção do público. Filas enormes foram formadas para cada apresentação, que contou com um público aproximado de 800 pessoas. Alguns acharam o espetáculo longo demais e saíram no intervalo, enquanto a maioria o considerou extraordinário. Seu esposo, que nunca havia assistido a uma montagem de Beckett, teve a percepção de que a peça durou umas seis horas. Com essas diversas recepções, podemos confirmar as categorias de tempo psicológico e físico discutidas anteriormente.

Antes de cada apresentação, era servido ao público um prato regional à base de quiabo, seguido de um desfile com uma banda de sopros, que guiava a audiência até o espaço da

peça. Gilsleson entende que é perceptível a correlação entre o contexto pós-furacão e o cenário pós-guerra que influenciou a experiência de Beckett durante a resistência francesa, na espera por mensagens, sinais. Ela descreve que foram colocadas placas nos locais da encenação, dias antes da estreia, onde estavam inscritas as primeiras palavras da peça “Estrada no campo. Árvore. Entardecer”, como que anunciando que o espetáculo aconteceria em qualquer lugar da cidade.

CONCLUSÃO

Finalizamos este ensaio com as palavras de Andrea Boll:

As luzes se apagam. A peça termina. Nós aplaudimos. O elenco desaparece na noite negra, assim como a plateia. E, no entanto, o cenário permanece: uma casa destruída em um mar de casas destruídas. Não é um pano de fundo, mas a vida de alguém e eles não sabem o que fazer com isto. E sim, é uma distração, mas uma distração da maneira que todo sofrimento óbvio é³⁹. (BOLL, 2010, p. 249, tradução nossa)

Assim, a encenação da espera por Godot em Nova Orleans propôs um entrecruzamento dos tempos dramático e psicológico a partir do correspondente real da espera na circunstância em que a montagem foi produzida com a espera representada por Vladimir e Estragon. A peça preenche-se de um sentido trágico, mesmo se percebida como uma simples distração: a permanência de um mar de casas destruídas em um cenário que permaneceu após o fim do espetáculo, cenário que presenciou não somente a trágica resignação de Vladimir e Estragon, mas a destruição de vidas reais, deixadas, esquecidas, abandonadas, tratadas como não semelhantes.

Mas o projeto artístico também agiu como ferramenta política ao visar à reconstrução da cidade, seja em aspectos materiais, com a arrecadação de fundos financeiros, seja em aspectos simbólicos, a partir do teatro, da arte que pressupõem a presença, que em sua gênese é local destes singulares e frutíferos encontros entre atores e espectadores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fábio de Souza. Godot em dois tempos. In: BECKETT, Samuel. **Esperando Godot**; tradução Fábio de Souza Andrade. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

BECKETT, Samuel. **Esperando Godot**; tradução Fábio de Souza Andrade. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BERTHOLD. Margot. **História mundial do teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BOLL, Andrea. Puking my puke of a life. In: **Waiting for Godot in New Orleans: A Field Guide**, ed. Paul Chan. New York: Creative Time, 2010.

CONNOR, Steven. A duplicação da presença em Esperando Godot e Fim de Partida. In: BECKETT, Samuel. **Esperando Godot**; tradução Fábio de Souza Andrade. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

ESSLIN, Martin. **The theatre of the absurd**. Anchor Books edition, 1961.

³⁹No original: “The lights fade. The play ends. We applaud. The cast disappears into the black night as does the audience. And yet, the setting remains: a destroyed house in a sea of destroyed houses. Not a backdrop, but somebody’s life they do not know what to do with. And yes, it is a distracting, but distracting in a way that all obvious suffering is.” (BOLL, 2010, p. 249)

GILSLESON, Anne. That tree, that levee. In: **Waiting for Godot in New Orleans: A Field Guide**, ed. Paul Chan. New York: Creative Time, 2010.

GILROUX, Henry A. **Reading Hurricane Katrina: race, class and the biopolitics of disposability**. 2006. DOI: 10.1353/lit.2006.0037

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

NUNES, Benedito. **O tempo na narrativa**. São Paulo: Ática, 1995.

THOMPSON, Nato. Destroyer of worlds. In: **Waiting for Godot in New Orleans: A Field Guide**, ed. Paul Chan. New York: Creative Time, 2010.

UBERSFELD, Anne. **Para ler o teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia moderna**. São Paulo: Cosac&Naify, 2002.

AUTONOMIA LOCAL EM ANGOLA: SENTIDO E ALCANCE

*Orlando Pedro Quintas*⁴⁰

57

RESUMO: Este artigo aborda sobre a autonomia local em Angola, problematiza o seu sentido e alcance, bem como, procura clarificar os elementos estruturantes do conceito de autonomia, que tipo de autonomia o legislador constituinte angolano concede as autarquias locais em Angola. Outrossim considera os limites da autonomia local nas autarquias locais e evidencia a relação entre autonomia local e autarquias locais. Sendo certo que as autarquias locais constituem uma das formas de poder local, a experiência do poder local em Angola, nomeadamente com as autoridades tradicionais (vulgo sobas) e uma das modalidades específicas de participação dos cidadãos, a saber, os conselhos de auscultação e concertação social (CACS), tem se mostrado na realidade política angolana não exitosa e infrutífera, na medida em que existem várias denúncias e estudos que apontam para a instrumentalização das autoridades tradicionais e a ineficácia dos CACS. Esta análise tem por objetivo evidenciar a autonomia local como um princípio estruturante e que deve ser bem compreendido na estrutura do Estado angolano e incorporado na realidade política do país, pois que a autonomia local é condição *sine qua non* para o êxito da institucionalização das autarquias locais em Angola e a conseqüente capacidade esperada das autarquias locais de contribuírem para o desenvolvimento local e sustentável do Estado angolano. Para a feitura do artigo contou com o método qualitativo, na qual a técnica de investigação foi a revisão bibliográfica, que se constitui na análise de relatórios de pesquisas, livros, artigos científicos, monografias, teses, revistas e informações relacionados diretamente ao objeto de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia local, Autarquias locais, Angola.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.RAA.2020v13n37.dossieeduchist57-67

⁴⁰ Bacharel em Ciência Política, pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Angola. Ativista social e investigador voltada nas áreas de Desenvolvimento sustentável. Membro do Fórum Pan-Africano para a Cultura de paz da UNESCO. E-mail: orlandopedroquintascp@gmail.com

“A vida política democrática joga-se na articulação entre instituições e as preocupações e ansiedades do cotidiano”
(Miguel Bembe).

INTRODUÇÃO

É quase que unânime considerar que institucionalização das autarquias em Angola responde à necessidade essencial de qualquer Estado moderno de criar instituições de governação descentralizada. Simplesmente não é possível resolver os problemas políticos e sociais de milhões de cidadãos, problemas esses que estão numa lei da complexidade crescente, não é possível garantir direitos e serviços públicos para milhões de cidadãos, sem que haja um mínimo de autonomia local, capacidade e sofisticação burocrática local para responder às exigências dos cidadãos. Daí, em particular no final do último século, a descentralização ter recebido muita atenção na teorização do desenvolvimento. Um governo descentralizado com autonomia local seria mais próximo dos eleitores, mais responsável, mais eficaz e eficiente na satisfação dos problemas mais elementares e interesses dos residentes da localidade.

A ligação entre autarquias locais e autonomia local é tão forte que autores como Nabais; Oliveira et al (apud, Feijó, 2017), consideram como sinónimos. Ora Carlos Feijó, considera que para a nossa realidade lato sensu não é a mesma coisa, Feijó, assevera-nos que, pois “não é pelo facto de existirem autarquias locais, no plano jurídico, que se deve aferir a existência da autonomia das autarquias locais” (Feijó, 2017, p.27). Ainda assim, aceita a ligação extremamente próxima e forte entre elas. Na realidade se fizermos uma analogia com o corpo humano, diríamos que as autarquias locais seriam o corpo humano como tal, em contrapartida, o sangue seria a autonomia local, ou seja, a autonomia local torna a autarquia local funcional e “bombeia” o sangue necessário para o sistema autárquico, no caso de Angola, para o Autarca, a Assembleia Municipal e o colégio executivo.

Para a melhor compreensão, etimologicamente “Autonomia” significa a capacidade conferida a determinados entes de criar o seu próprio ordenamento, se auto-normalizarem. Para o professor Vidal Moreira (cit. Feijó, 2017), conceitua autonomia como faculdade normativa de um ente jurídico administrar-se a si mesmo.

O princípio da autonomia tem uma interpretação amiúde não consensual, pois segundo Amaral (2006), anteriormente o interesse nacional competia ao Estado, o que consistia no interesse local competia às autarquias locais, mas atualmente quase tudo que é local precisa ser enquadrado numa política pública nível nacional como por exemplo as políticas ambientais, ordenamento do território, urbanismo, fomento turístico, etc.; por outro lado, e inversamente, todas as políticas nacionais têm uma dimensão regional e diversificada, que necessitam de adaptações, especialidades, respeito pelas especificidade de cada localidade.

Contudo, este estudo faz perceber que a autonomia local, pressupõe regular, decidir e realizar a vontade política local. Assim sendo, o ponto de vista metodológico do nosso artigo a ser utilizada é a pesquisa qualitativa, pois permite o investigador fazer afirmações de percepções com base a experiência individuais, sociais políticas e históricas, bem como desenvolver uma explicação sobre o objeto estudado (Creswell, 2007), Ademais a técnica de investigação é a revisão bibliográfica que se constitui no amplo levantamento das fontes teóricas na análise de obras, documentos, diplomas legais, concernentes ao objeto de

pesquisa (Prodanov, e Freitas, 2013). Com objetivo de elaborar a contextualização da pesquisa e seu embasamento teórico.

AUTONOMIA LOCAL EM ANGOLA: SENTIDO E ALCANCE

Angola está situada do ponto de vista geopolítico na região africana a sul do sahara. Possui uma vasta linha costeira de 1650 km de extensão e uma superfície total de 1246700 km², tornou-se independente aos 11 de Novembro de 1975, fruto de grandes reivindicações, que ficou conhecido como nacionalismo angolano. Com proclamação da independência pelo Movimento popular de libertação de Angola (MPLA) , excluindo outros movimentos de libertação, a Frente Nacional de libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para Independência total de Angola (UNITA) e considerando-se como o único representante legítimo do povo angolano, o MPLA implementou um regime monista (sem pluralidade ideológica) assente no princípio da Unidade do poder e centralismo do poder.

O Estado angolano configurou-se durante a primeira república (1975-1991) como um Estado centralizado consubstanciado num sistema de partido único, em sistemas monopartidários, como assevera Huntington (1991, p.110), “o partido efetivamente monopolizava o poder, o acesso a este se fazia através da organização partidária e o partido legitimava seu domínio ideológico”.

Na estrutura política e administrativa não existia órgãos com Autonomia local, pois toda a estrutura política e administrativa concentrava-se na pessoa do Presidente da República, como nos Assevera António (2015). Ao Presidente da República, Cabia-lhe superintender a administração pública (art. 40 da lei constitucional de 1975).

No entanto, a revisão da Lei Constitucional, em 1976, atribuiu o exercício das funções executivas de nomear o Primeiro-Ministro, os Vice- Ministros, aos Ministros, aos Vice-Ministros e aos Secretários de Estado (art. 39). Conferiu ainda ao Presidente da República a competência para nomear os Comissários Provinciais (governadores provinciais); decretar estado de sítio ou de emergência (art. 32 da lei constitucional de 1976).

Com a assinatura dos Acordos de Bicesse aos 31 de Maio de 1991 e a conseqüente transição para o multipartidarismo em Angola, constitui uma ruptura constitucional com o sistema monopartidário e formalmente foi consagrado a democracia pluralista. A lei nº 12/91 de 6 de Maio, postulou: a democracia multipartidária, as garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e alterou profundamente os órgãos de Estado, entretanto, foi em 2010 que se elaborou e se aprovou a primeira Constituição da República de Angola.

Do ponto de vista da organização do território, poder político e o povo (forma de Estado), o Estado angolano é um Estado Unitário e centralizado, no dizer de Paulo Bonavides (1997), “a ordem jurídica, a ordem política e a ordem administrativa se acham conjugadas em perfeita unidade orgânica, referidas a um só povo, um só território, um só titular do poder público de império” (ibid, 1997, p.149). Angola é um Estado unitário pois que a organização política-administrativa corresponde segundo Bourdieu (apud Bonavides, 1997, p.151), “a uma unidade quanto a execução das leis e quanto a gestão dos serviços”. Neste diapasão, o artigo 8º da Constituição angolana declara que a República de Angola é um Estado unitário.

A estrutura político-administrativa angolana atual é composta por 18 províncias, administrado pelos governadores provinciais, órgãos desconcentrados da administração central (Chefiado pelo titular do poder executivo, o Presidente da República). Os governadores provinciais são os representantes da Administração central na respectiva

província (artigo 201º da constituição angolana de 2010). Os governadores provinciais são responsáveis política e institucionalmente perante o Presidente da República.

Os governos provinciais têm órgãos desconcentrados nas administrações municipais. Nos 164 municípios que compõem o Estado angolano, todos eles são administrados de forma desconcentrada pelos governos provinciais, isto é, não há descentralização administrativa e nem tão pouco autonomia local, ademais, as administrações municipais desconcentram e superintendem as administrações comunais, pois que, as cerca de 475 comunas que constituem Angola, são administradas e geridas de maneira desconcentrada pela Administração Central.

Portanto, como se vê Angola é um país que ainda não institucionalizou e nem concretizou a descentralização administrativa, a despeito de ser um imperativo constitucional, como assevera o artigo 199º da constituição angolana de 2010, “A administração pública é estruturada com base nos princípios da simplificação administrativa, da aproximação dos serviços às populações e da desconcentração e descentralização administrativas”.

Logo, a complexidade governativa levou a que muitos dos Estados contemporâneos, procurassem mecanismos para uma boa gestão administrativa, redundou na introdução daquilo que Marcel Prélot (citado por Bonavides, 1997, p.151) chamou de “importantes corretivos”, a saber, a desconcentração e a descentralização.

A desconcentração administrativa implica no reconhecimento de pequena parcela de competência aos agentes do Estado, ou seja, trata-se de um poder parcial, delegado pela autoridade superior, à qual continuam presos por todos os laços de dependência hierárquica, na visão de Bonavides (1997). Dito de outro modo, a desconcentração administrativa é o prolongamento da administração central nas localidades; Em Angola, os governos provinciais, as administrações municipais e comunais pertencem a mesma estrutura, a saber, a administração central, pois que como assevera Prélot (apud, Bonavides, 1997, p.153), “a desconcentração não cria agentes administrativos independentes”. Portanto, todos os órgãos da administração local em Angola dependem hierarquicamente e são responsáveis perante o titular do poder executivo.

A descentralização, por seu turno, opera-se quando se admitem órgãos locais que decidem com autoridades que deriva da própria circunscrição e nos seus respectivos interesses, isto é, para que se considere descentralização administrativa é essencial a autonomia ou independência de prossecução das suas atribuições, como afirma Bonavides (1997, p.155), a descentralização administrativa “se prende a um princípio de livre determinação de autogestão primária da comunidade, sem quaisquer laços de hierarquia a um aparelho coercitivo superior”, por conseguinte, Angola volvidos 45 anos de independência ainda não materializou a descentralização administrativa. Entretanto, o Artigo 8º da constituição angolana consagra que organização do Estado, respeita, os princípios da autonomia dos órgãos do poder local e da desconcentração e descentralização administrativas.

As formas do poder local em Angola, compreendem as Autarquias locais, as instituições do poder tradicional (vulgo Sobas) e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos (Art. 213 da Constituição angolana).

As autoridades tradicionais (Sobas) em Angola não tem expressado na prática as suas genuínas atribuições e competência de acordo com os seus valores e normas consuetudinárias, porquanto, a Administração Central em Angola, como assevera Oliveira (2015), numa pretensa conquista do interior do território, procede as estratégias ardilosas,

evidenciando-se o suborno e instrumentalização das autoridades tradicionais, com base nos mesmos modelos do Estado colonial.

António e Matsimbe (2018), consideram que existiu uso doloso das autoridades tradicionais, no processo eleitoral de 2017, pois que em várias localidades as autoridades tradicionais são usadas como instrumento de captação de votos para o partido governantes.

Ademais, várias personalidades em Angola, denunciam e queixam-se da instrumentalização dos sobas em épocas eleitorais, Mário Katapy, do Fórum das Autoridades tradicionais (sobas), noticiado pela DW em 2017, diz que “o Ministério da Administração do território controla mais de 41 mil Soba, esses Sobas são instrumentalizados”. O MPLA, partido no poder em Angola, aparece várias vezes na imprensa a oferecer aos Sobas, geradores, alimentos, motorizadas, bicicletas e outros bens, criando uma rede clientelar com os sobas, que são formas de expressão do poder local.

Para o Presidente do maior partido político da oposição Adalberto Costa Júnior, noticiado pelo Jornal O País em 2020, declarava que “quando não são pagas, as autoridades tradicionais são usadas para servirem de base de instrumentalização política”, o que denota desrespeito a figuras importantes da nossa cultura, porquanto as autoridades tradicionais personificam e devem exercer o poder tradicional com base a valores e normas consuetudinárias e não com base a interesses político-partidários (artigo 224º da Constituição angolana).

Os conselhos de Auscultação e concertação social (CACS), por sua vez, são tidos como modalidades específicas de participação dos cidadãos, no âmbito do poder local. Com base a lei 17/10, lei da organização e funcionamento dos órgãos da administração local do Estado, formalmente, os governadores provinciais, os Administradores municipais e comunais passariam a contar com os CACS.

De acordo com a Lei 17/10, de 29 De Julho de 2010, no artigo 57º, Consagra nos números 1 e 2, o objetivos dos CACS são:

1. O Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social tem por objetivo apoiar a Administração Municipal na apreciação e na tomada de medidas de natureza política, económica e social, no território do respectivo Município.
2. Para efeitos de aplicação do disposto no n.º 1 do presente artigo, o Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social é ouvido antes da aprovação do programa de desenvolvimento municipal, do plano de atividades e do relatório de execução dos referidos instrumentos.

No entanto, a estrutura orgânica dos CACS, está consagrado nos números 3, 4 e 5 do mesmo artigo, a citar:

3. O Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social é presidido pelo Administrador Municipal e integra os seguintes membros:

- a) Administrador Municipal-Adjunto;
- b) Administradores Comunais;
- c) Chefes de Repartições Municipais;
- d) Representante municipal dos Partidos Políticos e de Coligações de Partidos Políticos com assento na Assembleia Nacional;

- e) Representantes das Autoridades Tradicionais;
- f) Representantes do Sector Empresarial Público e Privado;
- g) Representantes das Associações de Camponeses;
- h) Representantes das Igrejas reconhecidas por Lei;
- i) Representante das organizações não governamentais;
- j) Representantes das Associações Profissionais;
- k) Representantes do Conselho Municipal da Juventude.

4. Os representantes das alíneas e) e k) do número anterior participam até ao limite de três membros por cada entidade representada.

5. O Administrador Municipal pode convidar, sempre que achar conveniente, outras entidades não contempladas no n.º 3 do presente artigo.

Contudo, os Administradores Municipais têm o monopólio da dimensão normativa atinente a existência dos CACS, porquanto os CACS não têm autonomia organizativa, o número 6 do artigo 57 da lei 17/10 de 29 de Julho determina que “as competências, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Auscultação e concertação Social são definidos por regulamento interno, aprovado por resolução da Administração Municipal.

Os CACS são órgãos muito dependentes da vontade dos Administradores Municipais de convocar as sessões, como se vê no número 7 do Artigo 57º da mesma lei, “O Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social reúne de quatro em quatro meses, em sessão ordinária e, extraordinariamente, sempre que o Administrador Municipal o convoque”.

Podemos constatar também que pelo facto dos CACS serem representados por vários membros subordinados aos governos provinciais, como sejam: a) Administrador Municipal-Adjunto; Administradores Comunaes; Chefes de Repartições Municipais, Representantes das Autoridades Tradicionais, bem como, por serem tão-somente Órgãos consultivos que não tomam deliberações vinculativas, e cujo os membros não são eleitos pelos cidadãos locais, torna os CACS, do ponto de vista da realidade política angolana, mais um órgão desconcentrado da administração central e não uma forma de poder local essencialmente autónoma.

Com base as considerações acima expostas, consideramos, por conseguinte que as Autarquias locais são as principais formas e as mais acabadas de “reivindicação” da Autonomia local em Angola, basta que se respeite os seus fundamentos doutrinários e constitucionais e a vontade local dos cidadãos.

Para Amaral (2006), as autarquias locais são constituídas por quatro elementos fundamentais, o território, o agregado populacional, os interesses próprios (comuns) e órgãos representativos da população. Para o autor, o Território é um elemento muito relevante no conceito da autarquia local, pois que se definem por pessoas coletivas territoriais. O território da autarquia local é naturalmente uma circunscrição do território do Estado; Agregado populacional é o segundo elemento da definição das autarquias locais é a população, ou agregado populacional. Tem com certeza maior importância, pois é em função dela que se determinam os interesses a serem levados a cabo pela autarquia e, ademais porque a população é o elemento humano das autarquias locais; os interesses próprios (comuns) o terceiro elemento do conceito consiste nos interesses

comuns das populações. São estes interesses que servem de sustento à existência das autarquias locais, as quais se institucionaliza para atender os interesses próprios das populações locais que resultam do convívio em área restrita, ligados pela vizinhança.

Os elementos fundamentais identificados por Amaral (2006), podem ser verificados no conceito de Autarquias locais, consagrado pelo constituição angolana, mormente consagrado no artigo 217º afirmando que “ as autarquias locais são *peças coletivas territoriais* correspondentes ao conjunto de residentes em certas *circunscrições do território* nacional e que asseguram a prossecução de *interesses específicos resultantes da vizinhança*, mediante órgãos próprios representativos das respectivas populações”.

Na realidade, segundo Amaral (2006), a existência legal das autarquias locais e o reconhecimento da sua Autonomia face ao poder central (administração central, poder executivo, presidente da república), fazem parte da própria essência da democracia, e constituem o conceito de descentralização.

O princípio da autonomia local implica a ideia de participação cidadã, consubstanciado em poderes de decisão independente e a capacidade de negar instrumentalizações e imposições do poder central, entretanto, a percepção do sentido e alcance da autonomia local depende muito dos regimes políticos, portanto, como assevera Amaral (2006), não há consenso de perspectivas sobre o assunto.

Para uma melhor caracterização do conceito de autonomia local, podemos citar Lazarino Poulson (2009), que fala de três sentidos do vocábulo autonomia, a citar:

- a) Sentido normativo ou autonomia normativa: é a capacidade que um ente jurídico possui de regular a sua organização, seu funcionamento e definir a conduta dos seus membros.
- b) Sentido difuso ou autonomia de ação: O espaço de liberdade de conduta de um ente face a outro.
- c) Sentido de administração autónoma: significa administração, ou seja, capacidade de determinados entes jurídicos têm de se administrarem a si mesmos.

Os três sentidos apresentados podem ser sintetizados de forma analítica em: organizar, agir, administrar de forma autónoma as suas tarefas. Estes sentidos ajudam-nos a preencher o conteúdo o conceito Autonomia, O Professor Esteves Carlos Hilário considera que, por seu turno, a autonomia que o constituinte oferece ao poder autárquico local deve ser entendida na sua opinião em três dimensões:

- 1- Dimensão normativa: que consiste na capacidade de as autarquias regularem os interesses próprios e locais através da criação de normas.
- 2- Dimensão de gestão: que está consubstanciada na capacidade efetiva de gerir de forma autónoma os seus recursos financeiros e territoriais.
- 3- Dimensão de autonomia política: que se consubstancia na realização da vontade política local, na definição autónoma dos destinos e interesses das populações locais. (HILÁRIO, 2014, p.19).

Como podemos inferir, Esteves (2014) & Poulson (2009), concordam que a autonomia local de um ente administrativo (autarquia local) deve se consubstanciar na capacidade do ente de regular, gerir de forma independente o seu património local e administrar tendo em conta os anseios das populações locais, anseios ligados aos problemas de saneamento básico, educação, saúde, infraestruturas, pobreza, desempregos e tantos outros.

Reforça a nossa perspectiva, de acordo com Amaral (2006), o princípio da autonomia local, pressupõe o seguinte:

- a) O direito e a capacidade efetiva de as autarquias regulamentarem e gerirem com base na legalidade, sob sua alçada e no interesse das designadas populações, uma parte essencial dos assuntos públicos;
- b) o direito de fazerem parte na formulação das políticas públicas nacionais que afetam os interesses próprios das designadas populações;
- c) o direito de partilharem com o Estado ou com a região as decisões sobre assuntos de interesse comum;
- d) o direito de, sempre que necessário, regulamentarem a aplicação das normas ou planos nacionais para adaptá-los convenientemente as realidades das localidades.

Os pressupostos de Amaral, coloca tónica nos diversos direitos que os órgãos autónomos devem ter para que efetivamente levem a cabo as suas atribuições, portanto, Neves, apud Kalanja (2019), conceitua a Autonomia local como a capacidade das Autarquias locais exercerem livremente as suas competências e atribuições por meio de seus órgãos.

A AUTONOMIA LOCAL NA CONSTITUIÇÃO ANGOLANA

Tendo em consideração que a percepção do sentido e alcance da autonomia local depende muito dos regimes políticos e que não há consenso de perspectivas sobre o assunto, fizemos acima um esforço no sentido de caracterizá-lo e conceituá-lo pelos autores referenciados acima, Entretanto, O constituinte angolano de 2010, como repara Esteves Hilário, levou a questão da autonomia local a particularidade, ao ponto de ignorar o brocardo jurídico latino “Omnis definitio in lege periculosa est” que desaconselha definições no corpo de disposições normativas e conceitua a autonomia local (HILÁRIO, 2014).

A constituição da república de Angola, no artigo 214º., conceitua autonomia local como “o direito e a capacidade efetiva de as autarquias gerirem e regulamentarem, nos termos da constituição e da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, os assuntos públicos locais”. Como parece claro, o princípio da autonomia local está intrinsecamente ligado a descentralização administrativa. Compreende ainda a necessidade de existência de um espaço, população, um património próprio e recursos.

Ainda, para Hilário (2014, p.25), “não de completa a autonomia local se não houver também uma capacidade de autodeterminação política na orientação dos destinos desta população, uma reconhecida e delimitada esfera de exercício de poder normativo, assim como uma manifesta capacidade de não se subordinar aos órgãos do poder central”. Pois quando a constituição consagra no artigo 214º que a Autonomia local compreende o direito, este direito que se refere é um direito político das localidades, que se consubstancia na possibilidade dos residentes das comunidades participarem na vida política local, seja como eleitor eleições autárquicas, seja como concorrentes das mesmas eleições (nos partidos políticos ou nos grupos de cidadãos), seja como Autarca, seja como membro da Assembleia municipal ou membro do colégio executivo, numa palavra é a devolução do poder público a nível das comunidades e expansão dos direitos políticos nas localidades. Em adenda, quando artigo 214º da constituição angolana, afirma que a Autonomia local corresponde a capacidade efetiva de as autarquias gerirem e regulamentarem e no interesse das respectivas populações os assuntos locais, a constituição passa formalmente um atestado de maioria administrativa às localidades em Angola.

Portanto, podemos inferir que o conceito de autonomia local não se encaixa com a subordinação ante ao poder central na medida em que, entre a administração central e autarquias locais não pode existir uma relação de hierarquia, mas sim uma relação horizontal ou seja de certa paridade.

OS LIMITES DA AUTONOMIA DA AUTONOMIA LOCAL

A Autonomia das autarquias locais devem respeitar os outros princípios estruturantes que conformam o Estado democrático e de direito, tais princípios são: o princípio do Estado unitário, o princípio da supremacia da constituição, o princípio da garantia constitucional, o princípio da legalidade, proibição pública, transparência, bem como, respeitar os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana, esses limites descritos são os que não põem em causa o sentido e alcance da Autonomia local.

Entretanto, um “Limite” a autonomia local que pode ser problemático na realidade política Angola, que tem uma experiência de outras formas de poder local (Sobas e CACS) não bem sucedidas. Este “limite” é a tutela administrativa sobre as autarquias locais. É problemática porquanto, se não houver uma tutela administrativa atenuada e respeitadora do espírito da autonomia local, poderá limitar bastante e provavelmente obliterar a Autonomia local das autarquias locais.

Ora, a tutela administrativa consiste, segundo Amaral (2006), “no conjunto dos poderes de intervenção de uma pessoa coletiva pública na gestão de outra pessoa coletiva a fim de assegurar a legalidade ou o mérito da sua atuação” (ibid, 2006, p.58). Neste caso, por se tratar de intervenção de uma pessoa coletiva pública noutra pessoa coletiva, a tutela é de facto, um limite a autonomia local.

A constituição da República de Angola, no seu corpo normativo, plasma a tutela administrativa no artigo 221.º, da seguinte forma: “A tutela administrativa sobre as autarquias locais consiste na verificação do cumprimento da lei por parte dos órgãos autárquicos e é exercida nos termos da lei”. Ou seja, tutela sobre a legalidade dos atos pese embora, as autarquias locais possam impugnar contenciosamente as ilegalidades cometidas pela entidade tutelar no exercício dos poderes de tutela (lê-se no número 4 do artigo 221 da constituição angolana), entretanto a morosidade sistémica dos nos processos administrativos em Angola e aliado a inexistência de tribunais específicos tribunais administrativos, torna essa prerrogativa na realidade angolana inoperante.

Como se vê o conceito de Diogo Freitas do Amaral, de tutela administrativa, no início ele diz “conjunto de poderes de intervenção”, esse poder pode assumir a forma de ratificação, inspeção, inquérito). Por exemplo, o projeto de lei da tutela administrativa sobre Autarquias Locais o artigo 6º., sobre o epígrafe ratificação, declara que “A eficácia de certos atos administrativos dos órgãos das autarquias locais carece de ratificação do órgão tutelar que tenham objetivos como: Aprovar o plano de desenvolvimento da autarquia local, aprovar o orçamento, aprovar o plano de ordenamento de território, aprovar o quadro do pessoal, no último ponto, declara que os *atos administrativos não ratificados são ineficazes*. No artigo em causa, pode-se ver que a dimensão normativa, a capacidade efetiva de regular os próprios interesses e a criação de regulamentos é obliterada. Ademais, o Projeto de Lei nº19/IV/II/ Sobre finanças locais, no artigo 3º, sobre epígrafe “Princípio da Autonomia financeira das Autarquias locais, assevera:

1. As autarquias locais têm património e finanças próprias, cuja gestão compete aos respectivos órgãos.
2. A autonomia financeira das autarquias locais assenta, designadamente nos seguintes poderes dos seus órgãos: Elaborar, provar e modificar as opções do plano, orçamentos e outros documentos previsionais.

Entretanto, a aprovação dos orçamentos, principais documentos de gestão e de autonomia patrimonial das autarquias locais, depende da ratificação de um órgão tutelar central, a luz dos supracitados projetos e propostas de lei, essas questões podem redundar em uma relação de subordinação entre as Autarquias e os órgãos da Administração central (poder executivo, presidente da república e seus representantes (governadores, administradores). Outrossim, o órgão tutelar pode agir imbuído de má-fé e inviabilizar a gestão de determinada Autarquia local, por motivos de natureza político-partidários e outra ordem.

66

A outra questão que prenuncia uma limitação do sentido e alcance da autonomia local é a problemática dos órgãos de tutela, ou seja, as autarquias locais, não escapa dos tentáculos do presidente da república, ou melhor, a tutela administrativa sobre as autarquias locais, segundo o artigo 120º. Alínea D), da constituição da república de Angola, “o presidente da república tem competência de dirigir os serviços e atividade da administração do Estado, civil e militar, superintender a administração indireta e *exercer a tutela sobre a administração autónoma*”. Conjugado com o artigo 8º número 1 do projeto de lei número 20/IV/2018, projeto de lei da tutela administrativa sobre as autarquias locais que assevera”. Com isso, pode-se dizer que isto pode beliscar sobremaneira a autonomia política que consiste na realização da vontade política na definição autónoma dos destinos e interesses das populações. Depreende-se ainda que há uma relação de subordinação e hierarquia entre a administração central e as autarquias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois deste estudo sobre a autonomia local em Angola, a problematização do seu sentido e Alcance em Angola chegou-se as seguintes ponderações finais: A experiência das formas de poder local em Angola tem se mostrado ineficaz e que por conseguinte as autarquias locais são as principais formas de resgate da autonomia local em Angola. Passados 45 anos de independência de Angola, o governo angolano ainda não descentralizou politicamente o Estado. A autonomia local em Angola, tem uma essência regulativa, organizativa, voluntária e capacidade administrativa e patrimonial. A autonomia local não se compadece com subordinação, subjugação ou hierarquização das autarquias locais por parte do poder central, ou seja, a administração central do Estado. Ademais, o princípio da autonomia local foi consagrado pelo poder constituinte como uma das cláusulas pétreas, no artigo 236º. Sob epígrafe limites materiais. ou seja, cláusula de intangibilidade, portanto é um princípio estruturante do Estado angolano. O processo de descentralização administrativa se torna exitoso quando há capacidade dos órgãos de gerirem os seus próprios patrimónios e receitas locais. Sendo a autonomia local uma cláusula pétrea deve ser essencialmente interpretada e efetivamente respeitada.

AGRADECIMENTOS

Antes que tudo, agradeço ao supremo criador, Deus, pela conservação e suporte na minha caminhada. Os meus agradecimentos estendem-se aos meus familiares, aos meus progenitores, em especial, Quintas António (In Memoriam) e Rosa Pedro pelos seus apoios materiais e imateriais sem precedentes. Aos meus irmãos que sempre me acompanham nos momentos cruciais, em particular, Rosária Quintas, por ser uma grande motivadora; Ao meu bom amigo José Mussunda da Silva pelas críticas e observações constantes que contribuíram para a feitura do artigo; Aos meus colegas e professores que em várias ocasiões trocamos reflexões que me motivaram a escrever este artigo.

REFÊNCIAS

ANGOLA. **Lei da Organização e do Funcionamento dos órgãos da Administração Local do Estado.** Lei 17, de 29 De julho de 2010. Disponível em: <http://dw.angonet.org/pt-pt/forumitem/lei-na-17-10-de-29-de-julho-lei-da-organizaao-e-do-funcionamento> Acesso em 18 Jul 2020.

_____. **Constituição da República.** 2010. Disponível em:
<https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/ao/ao001pt.pdf>. Acesso em: 13 Ag. 2020.

_____. **Deutsche Welle África (DW).** Publicado aos 20 de Junho de 2017.

_____. **Projeto de Lei da Tutela Administrativa sobre Autarquias Locais/ Assembleia Nacional de Angola.** Disponível em: http://www.parlamento.ao/ar/noticias/iii-legislatura/-/blogs/lei-da-tutela-administrativa-sobre-as-autarquias-locais-passa-na-especialidade#http://www.parlamento.ao/glue/AN_Navigation.jsp? Acesso em: 25 Ago 2020.

_____. **Projeto de Lei nº19/IV/II/ Sobre finanças locais/Assembleia Nacional de Angola.** Disponível em: http://www.parlamento.ao/noticias/iii-legislatura/-/blogs/projecto-de-lei-das-financas-locais-passa-na-generalidade#http://www.parlamento.ao/glue/AN_Navigation.jsp? Acesso em 1 Set 2020.

AMARAL, D. F. **Curso de Direito Administrativo.** Lisboa: Almeida, v. I, 2006.

ANÓNIO, N. D.; MATSIMBE, Z. Angola's 2017 elections and start of a post-Dos Santos Era. **Journal of African election**, v. 17, n. 1, p. 1-184, 2018.

ANTÓNIO, N. D. **Transição pela transação: uma análise da democratização em Angola.** Rio de Janeiro: Polobooks, 2015.

BONAVIDES, P. **Ciência Política.** 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

CRESWELL, J. W. **Projecto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FEIJÓ, C. **Autonomia Local e as Autarquias locais em Angola.** Luanda: Casa das ideias, 2017.

HILÁRIO, E. C. **A institucionalização das Autarquias em Angola: Análise dos pressupostos constitucionais.** 1. ed. Luanda.: [s.n.], 2014.

HUNTINGTON, S. **The third wave: democratization in the late twentieth century.** NewYork: University of Oklahoma Press, 1991.

KALANJA, C. C. **Direito das Autarquias e Administração local Autárquica em Angola.** 1. ed. [S.l.]: [s.n.], 2019.

OLIVEIRA, R. S. **Magnífica e Miserável. Angola desde a guerra Civil.** Lisboa: Tinta-da-China, 2015.

ORRE, A. **Autarquias Locais em Angola: Qual O Problema do "Gradualismo,** Luanda, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/file/4930-autarquias-em-angola.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020

POULSON, L. **As Autarquias Locais e as Autoridades tradicionais no Direito Angolano.** 1. ed. Luanda: Casa das ideias, 2009.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa.** 2. ed. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

SANTOS, W. **Dicionário Jurídico.** 2. ed. São Paulo: USP, 2001.

PROCEDIMENTO LABORATORIAL DE CONHECIMENTOS AFRICANOS

Moisés Domingos Correia⁴¹

Mamim Alfissene Baciro Baldé⁴²

68

RESUMO: O contexto histórico colonial desenvolveu “mapas” promotores de estereótipos que subalternizam o “Pensamento Africano” e “Pensamento Negro”. Como consequência da intervenção do racismo científico, a “África”, sua História e os seus povos foram empurrados na senda da circunstância apocalíptica canibal. Não obstante, devir de uma consciência histórica da sua diáspora e resistência de todas as naturezas contra o opressor sistema, saudou-se à “liberdade de pensamento” Negro. Pretendemos nesse artigo, problematizar os procedimentos laboratoriais, contextos e propósitos pelos quais tais conhecimentos estão sendo produzidos e como tudo isso poderá liderar-nos para novas dinâmicas libertadoras. Compreende-se pelo estranhamento sociológico a premência de autoquestionar à ausência da coerência científica e à progressiva standardização da extrema dependência científica do Norte, perante a desmistificação proativa da planície africana. Entretanto, para sistematização e análise da problemática empreendida nessa elaboração, mergulhamos em abordagens multidisciplinares e transculturais presentes na literatura crítica sobre África, porque nos permitem absorver e introjetar pela criticidade tendências para pensamentos africanos reflexo de si.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Africanos; laboratórios científicos; Ausências *versus* Coerência.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.RAA.2020v13n37.dossieeduchist68-80

⁴¹ Mestrado em andamento em Ciência Política pela Universidade Federal de Piauí; Licenciatura em Sociologia e Bacharelado em Ciências Humanas ambos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira/UNILAB-CE; ysneyomberg@aluno.unilab.edu.br.

⁴² Licenciatura em sociologia e Bacharel em Ciências Humanas ambos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB-CE; mabbalfu@gmail.com.

INTRODUÇÃO

[...] todas as coisas africanas se tornam científicas quando se aplica o conhecimento além do tempo e do espaço.

(ELSIMAR S. MARTINS ET. ALL, 2019, p. 85).

O modo de produção de conhecimento científico nas ciências sociais sobre a África e os povos africanos tem provocado incertezas, contradições e condescendências para a sua aceitabilidade entre os pesquisadores africanos e africanistas, devido à ausência de observações críticas das variáveis observadas nos objetos de estudos. Embora não teria constituído patológico constatar certa resistência no campo de Estudos Africanos entre os pesquisadores, porque o ofício científico demanda a “falseabilidade” tendo em consideração que nenhum estudo científico *per se*, principalmente, nas áreas humanas e sociais consegue explicar todas as variáveis que compõem o comportamento social individual ou coletivo.

Se evolução histórica e cultural dos povos demandam, na contemporaneidade, a inserção de novas tecnologias de elaborações científicas para preservação e maximização do custo à vida humana, muitos Estados-nações e continentes estão a compilar esforços necessários e preparando consecutivamente políticas de defesa para fazer face às ameaças ecológicas, “biopoderização” ou “necropolíticas” geoestratégicas de Estados. Nessa volatilidade, a África ficou com o ônus de ser o continente menos preocupado com esses desafios, uma estranha indisposição ou inércia que se explica pelo processo de desestruturação contínua preconizado por vários fatores de ordem imperialista. Contudo que esmiuçar esses fatores não constitui o nosso objetivo neste trabalho, mas sendo relevantes, limitaremos em mencionar, a partir de um diálogo com literatura existente: o colonialismo, a delimitação territorial, o racismo científico, a escamoteação e estigmatização de culturas locais, os ajustes estruturais e a democratização como espectros estruturantes na inferiorização e subdesenvolvimento do continente.

Por outras entrelinhas, as percepções projetadas pelos pensadores africanos e africanistas contemporâneos – integrados em mais variados campos de saberes –, além de criticidade da história e da desconstrução de Negro frente ao discurso Ocidental, também suas pesquisas apontam para novas roupagens que o mundo está a acomodar, no qual a África tornou-se o centro da discussão e a fuga do cérebro fez com que aqueles que têm condições e criatividade passam a constituir a mão-de-obra para a sofisticação da estrutura econômica do Ocidente. Portanto, o “devir-se” instaurar numa ocasião oportuna para a resiliência do pensamento africano em condescendência conflita com outros conhecimentos como modo de impulsionar a reconfiguração do espaço de África, dos povos africanos e as suas identidades culturais no enquadramento geopolítico neoliberal.

Em compensação, a implementação nacionalista de aparatos políticos híbridos como Estado pós-coloniais a olhos do Ocidente, sistemas monetários e democráticos, sociedades civis e direitos humanos levantam novos debates, mas tendo como o enfoque a africanização desses “mapas” determinantes da vida política no “Velho continente”, todavia, e por constituir problemáticas centrípeta, necessitar seus diagnósticos de levantamentos estatísticos e interpretações qualitativas que condizem com a realidade socioeconômica, política e cultural à medida que conduziria as contradições e as mediações para resoluções que convergiam as variáveis científicas para que África possa ter uma transição

aconselhada e adoção de mecanismo do desenvolvimento que não se determina pelo PIB, mas pela valorização da vida.

Entretanto, nesta construção, argumenta-se através de uma análise crítica da literatura e estranhamento do processo laboratorial de estudos africanos, conceder especial relevância às diversas variáveis imbuídas que, de certa forma, permitir-nos-ão não só ter um conhecimento africano autônomo, bem como a partir da sua consistência metodológica – empírica e epistemológica – encontrar viés para a sua exequibilidade, portanto, resolver problemas seculares que os países africanos perpassam hodiernamente. Contendas que vão desde instituições consistentes para efetivação da investigação científica coerente até a utilidade dos resultados obtidos para a transformação social e política das Áfricas⁴³.

Exposto isto, o trabalho está organizado em dois momentos importantes. Para além desta nota introdutória, problematizar-nos-emos certos conceitos metodológicos elaborados para a categoria negra perante o europeu e, na sequência, como foram-se configurar essas discussões na academia, sua “desmistificação” e apontar alguns aspectos prementes para elaboração científica autônoma no continente.

DIAGNÓSTICO CONCEITUAL: O QUE É PENSAR ÁFRICA?

As ciências coloniais, em processo de monopolização epistemológica, construíram uma consciência planetária recente que - revestida por mundividências da própria auto-imagem e estereótipos - geraram contornos imperiais sobre o universo (Hernández, 2008). Isso serviu por intermédio das deturpadas leituras à respeito das Áfricas, entre as décadas de século XIX aos meados do séc. XX, esculpindo assim equívocos, estereótipos e preconceitos – de fundamento para exploração e escravização do continente africano.

Enquanto alma que não se vê, o corpo do negro logo foi condenado ao *inferno branco* sem que, no entanto, contrair comodidade para se defender, como bem ilustra Franz Fanon (2008) “o conhecimento do corpo negro torna unicamente uma atividade de negação”. Conforme Célestin Monga (2010), quando trata da política e utilidade do corpo aceite socialmente, convida-nos a enxergar o corpo como um produtor de “discursos”, porque, segundo ele, o corpo produz um discurso para si e um (diferente) para o outro. Ainda com relação a isso, Achille Mbembe (2014) descreve que, o corpo Negro, na perspectiva do capitalismo selvagem ocidental, passou a designar uma existência subalterna e desumana, motivo pelo qual foi reduzido à exclusão e em condição de escravo. Ou seja:

O Negro ser aquele (ou ainda aquele) que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender. Em qualquer lado onde apareça, o negro liberta dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que tem abalado o próprio sistema racional (MBEMBE, 2014, p. 11).

Entretanto, se atentarmos para a ideia de África, Valentin Y. Mudimbe (2013), observa pela criticidade que o argumento da inferioridade cultural e civilizacional vista pela Europa, tornou-se um imperativo que consciente ou inconscientemente, foi diaboliza e colocada na zona penumbra. Quando analisa a relação histórica que os heróis europeus estabeleceram com seus antônimos ao longo da história, percebe-se um menosprezo, uma desqualificação e, em alguns casos, um apagamento das possíveis contribuições científicas, artísticas, agrárias e culturais africanas presentes na sociedade de todo o mundo. Seriam ações,

43 Usa-se Áfricas no plural para referenciar as diversidades socioculturais, políticas e econômicas presentes no continente.

portanto, que acabariam por espelhar os tipos de representações geradas sobre os africanos: primitivos, preguiçosos e atrasados (Olivas, 2009).

Nessas intermitências antropocêntricas de silenciamento e nomeação, avista-se que, para Amina Mama (2010), há uma necessidade de repensar as teorizações racionalizadas por Ocidente sobre as Áfricas. E assevera ainda ser inescusável adoção de conduta de pesquisa que transcende as amarras da ideologia colonial e neoliberal: um modelo de pesquisa que vai além do arcabouço teórico-conceitual hegemônico, a qual busca preservar o comprometimento e a conduta libertária na sua metodologia.

71

Neste anseio, desenvolve-se, desde séculos XIX, literaturas que se contradiz parcialmente com discursos da supremacia branca. Elaboraões estas que se empenham na projeção para o retorno dos *fidjus*⁴⁴ de África às suas terras de origens. Essas produções literárias, filosóficas, políticas e revolucionárias tiveram impactos significativos na tomada de consciência coletiva, aspirando a libertação nacionalista que efetivou, nas décadas de 60-70 do século passado, as independências políticas dos Estados africanos.

Mas antes, algumas questões, como posicionara Paulin Hountondji (2008) e Carlos Cardoso (2012), são relevantes fazer: afinal que conhecimentos sobre África tendem a corresponder às realidades não abstratas ora concretas do continente? Como esses são elaborados? Quem são as personalidades que os produzem e legitimam a sua veracidade, vieram de que influência sociocultural? A partir de onde (espaço físico e ideológico) esses são arquitetados? A redistribuição, conseqüentemente, a *circulitude* e o consumo desses conhecimentos dá-se em que condições? Longe de considerar únicas estas inquietações, afinal, até que ponto os conhecimentos produzidos devem refletir uma realidade africana não romantizada?

Pois, bem, a institucionalização dos Estudos Africanos provinha dos pensadores africanistas afro-americanos-americanos, nacionalistas africanos e pós-coloniais como hoje se vê respetivamente. Para tanto, conforme Kwame Appiah (1997) e Achille Mbembe (2014), às fases iniciais desse processo devem à necessidade de desamarar ou transgredir as linhas ideológicas ou geoestratégicas “Abissal”, uma demarcação que estabelece fronteiras entre os brancos justificados de superiores em detrimento dos negros (escravizados) ditos de inferiores. De igual forma, os autores trazem também a ambivalência, senão a inconsistência existente no alvorear do construto desse pensamento africano ao longo da sua história – o Pan-Africanismo.

Porém, a lógica ambivalente, senão, contraditória anteriormente mencionada consiste, nas analogias exploradas dos discursos de principais pensadores do século XIX – Alexander Crummell e Edward Wilmot Blyden –, na necessidade do reencontro dos despojados da África que, por um lado, nos discursos que priorizavam, os africanos e afro-descendentes precisam retornar e reconstruir o seu lar, por outro, advogam que esse renascimento deve passar pela desvalorização das práticas culturais africanas por serem “imundas” e instauração dos valores cristãos na África, “uma questão da glória” (APPIAH, 1997; MUDIMBE, 2013; MBEMBE, 2014).

Essas exigências preconizadas por estes delineadores, apesar de constituir também ponto de inconsistência ou a demonstração clara de um interesse obscuro, quanto às riquezas materiais do continente como observa Mbembe (2014) que no século XX, os protagonistas intelectuais e revolucionários da independência africana – pela aquisição dos elementos

44 Palavra crioula cuja semântica remete à filhos/as.

ideológicos importantes que o Pan-africanismo projeta – reelaboraram as estratégias e desenvolveram resistências internas e externas para, efetivamente, alcançar os objetivos políticos que aspiravam.

Sendo esses nacionalistas enquadrados na categoria de assimilados, de certa forma, têm acesso aos lugares médios de privilégios sociopolíticos e econômicos que lhes possibilitaram apropriação e produção de “conhecimentos científicos” para dirigir o então processo. Embora, para Max Assimeng (2016), tais conhecimentos produzidos por estes devem ser enquadrados como ações políticas revolucionárias, mas nem por isso deixaram de contribuir para a história do continente africano.

Na sua perspectiva de violência, Franz Fanon (1968), levantou na obra “Os Condenados da Terra” as implicações que a dinâmica de (des) colonização trouxeram para a formação dos Estados pós-coloniais em África. O que descreveu como a criação de “Homem novo”. Embora não estava efetivado o processo da descolonização, mas Fanon já alegara os resultados a serem alcançados – até que profético. Porém, uma das consequências disso é analisada quando ele alega que, a colonização e as experiências da descolonização pela violência não passaram despercebidas nos inconscientes dos africanos, ou seja, criou-se um ser africano “modernizado”.

À vista disso, se considerarmos advertência concedido por Max Assimeng (2016) de transformar as construções políticas e revolucionárias da ocasião de descolonização em pensamentos científicos ou sociológicos. Anota-se que, pela liberdade interpretativa, a visão de Franz Fanon (1968) traz uma observação ambígua (quanto a criação do homem novo como efeito proporcionado por (des) colonização), que na contemporaneidade apraz premência analítica das contingências hoje problematizadas nos Estudos Africanos. Isto é, um certo sentimento de dominação, apropriado dos valores culturais europeias e a reprodução de violências estruturais políticas do Estado moderno contra aspectos culturais e identidades políticas⁴⁵ existentes na África.

Este breve mapeamento histórico proativo, quanto à discussão em torno do conhecimento sobre África, liga ponte para os problemas que hodiernamente enfrentam muitos dos países africanos frutos de heranças coloniais e, certa ausência de debates afunilados, não é de esperar outra coisa, além de racionalizar e envolver as trajetórias para construir cientificamente argumentos que ter-se-ão como finalidade buscar modelos apropriados para a organização política das Áfricas. Entretanto, ao perscrutar isto, torna-se urgente produções coerentes altura das necessidades que demanda África no quadro global. Uma situação que nos conduza a retomar uma perspectiva imbuída de sobressaltos positivos que condensa não somente o que vinha a ser elaborado por autores como Elikia M’Bokolo, K-zerbo, Carlos Lopes, e outros, isto é, quanto a necessidade de reescrever a história escrita sobre as Áfricas. Assim como, essa iniciativa pode ser transformada em algo valioso para o desenvolvimento não desigual e que respeite as limitações impostas pelas realidades concretas e abstratas africanas. Ou seja, elaboração que prioriza enxergar o continente a partir de aspectos tidos como menos relevantes, como bem apontara Walter Benjamin, uma narrativa a “contrapelo” que permita o continente africano encontrar-se.

Perante estes desafios, Felwine Sarr, economista afrotopista, ao garimpar sob os escombros do não desenvolvimento de Áfricas, projetou firmemente que havemos que pensar por nós como já havia projetado Amílcar Cabral, dar algo certa relevância porque

45 Os povos organizados política e historicamente na África ou nações (substituindo o conceito da etnia) nos Estados, Segundo Mahmood Mamdani (2016).

realmente há necessidade para tal. Embora isto não denota abrir mão do que pode as Áfricas aprender com outras, mas não as deixar pensar por elas. Ou então, pensar as Áfricas é criar condições para a preservação de valores, diferenças e consideração mútua. Tal como sugere o conceito da “banalidade” da realidade africana, o Felwinismo otimista considera que:

Pensar a África é caminhar numa alvorada incerta, ao longo de uma vida via balisada na qual o caminhante é instado a apressar o passo para alcançar trem de um mundo que, ao que parece, já partiu há alguns séculos. É mondar uma floresta densa e cerrada. É percorrer uma trilha no meio de um nevoeiro; um lugar prenhe de conceitos, de injunções que supostamente refletem as teleologias sociais, um espaço saturado de sentido (SARR, 2019, p. 12-13).

O otimismo realista presente nas abordagens do Sarr, invoca-nos para uma reflexão sociológica que interpela sincronicamente algumas questões compulsórias de um ponto de vista menos considerada. Ou então, em múltiplas circunstâncias e perspectivas epistemológico-metodológicas, senão, em todas as partes do planeta, estuda-se a África. Essas pesquisas vão, por um lado, em conformidade com o viés que propõe a superação das contendas, conseqüentemente, a maturidade do continente. Por outro lado, muitas convergem, mesmo inconscientemente, para a naturalização e a renovação de mecanismos de exploração das Áfricas pelas potências geopolíticas e políticas geoestratégicas do Norte para com o Sul.

Nestas entrelinhas, retoma-se, portanto, os conceitos da clássica obra de Paulin Hountondji (1989) sobre a investigação e extroversão do conhecimento em diálogo com as literaturas que fundamentam aquilo que Célestin Monga (2010) consagra como superar as “patologias” consideradas sobre as Áfricas e que o Carlos Lopes (1997) considera de rever abordagens existentes para inversão pirâmica.

ELABORAÇÃO CIENTÍFICO AUTOSSUFICIENTE: QUE DESAFIOS?

“Se a soberania política é necessária, a soberania científica talvez seja mais importante para a África atual”. (MVENG, 1983, p. 141 APUD MUDIMBE, 2013, p. 57-58).

Elaboração científica autossuficiente das principais problemáticas sociais das Áfricas, no campo dos Estudos Africanos, está muito ligada àquilo que na perspectiva de Kwame A. Appiah (1997), Carlos Serra (1997), Célestin Monga (2010), Moisés D. Correia (2019) e outros autores consideram de argumentos provenientes de “levantamentos estatísticos” das realidades africanas que, pela credibilidade, precisão metodológica auto-imposta e seletividade no objeto de estudo que não por conveniência, o compromisso dos pesquisadores, as agências de pesquisas que conseguem disponibilizar e, não só, também mobilizar estratégias sólidas em condescendência com os governos, na África, com o propósito de tais resultados alcançados serem aplicados no alavancamento das políticas para a nação impulsionar-se à justiça social.

Frente a isso, a produção e investigação dos temas sobre as Áfricas, antes de mais, compreende interesses inscritos nas agendas de um público ocidental. Canalizada às necessidades teóricas dos parceiros ocidentais, avista responder perguntas por eles colocadas, os acadêmicos africanos têm-se corroborado, conforme assevera Hountondji (1988), para uma discussão de manutenção científica vertical e acrítica com ex-colonizadores ocidentais. Ao invés de um renascer crítico pressupondo perspectivas que invertem a lógica da supremacia branca, ao mesmo tempo, entabular discussões

horizontais com outros acadêmicos africanos sendo mecanismo para religação umbilical (HOUNTONDJI, 1988, 1990, 1995, 2006).

Ademais, a maioria dos trabalhos produzidos pelos pesquisadores africanos é publicado em revistas científicas sediadas fora de África, de acesso, portanto, na maioria das vezes, por leitores não-africanos. Isso se acentua ainda mais com o uso exclusivo de línguas europeias como veículo de expressão e circulação científica, uma excitação à desconectividade com princípios transcendentais ancestrais, portanto, reforçar o nível volátil de alienação e desnutrição sociocultural (HOUNTONDJI, 2008; CARDOSO, 2012; 2012A; 2017).

Enquanto isso, torna-se interessante a observação dispendida por Eboussi-Boulaga, quando enfatiza que a “negação de si” funciona também como “a única forma de crítica”. Realça, por outro lado, que há imprescindibilidade de construções de conhecimentos regionais como mecanismo para ascender “a razão histórica” libertária, ou seja:

A razão histórica e a liberdade razoável estão descansadas a partir de uma loucura e arbitrariedade experienciadas. São a inversão da loucura e da arbitrariedade. O discurso que está a ser construído pelo ser por si próprio descreverá de uma forma concreta o futuro para o próprio na história, uma história regional, cujo alcance é universal devido ao ser do sujeito, o sujeito da história (EBOUSSI-BOULAGA, 1977, p. 223 *Apud* MUDIMBE, 2013, p. 64).

Célestin Monga (2010, p. 26) acautela aos pesquisadores quanto a precisão de uma análise solene que superaria as construções ideológicas paternas elaboradas pelos assimilados que assumiram o aparelho organizacional, conseqüentemente, apropriam da autoridade ideológica científica de falar em lugar dos povos africanos pós-independentes.

As supostas aspirações impostas nas políticas dos Estados africanos estão, intrinsecamente, vinculadas às considerações que os governantes e ditos cientistas sociais em África e africanistas consideram importantes sem que, no entanto, antes coletar ou fazer uma leitura realista das carências sociais que as populações africanas defrontam na contemporaneidade. Conforme Célestin Monga:

[...], é preciso ir além das patologias que costumam ser consideradas e expostas com condescendências. É preciso abandonar a leitura paternalista e superficial da África e dos africanos e explorar seriamente o substrato filosófico e os esquemas de raciocínio que se ocultam por trás dos comportamentos mais banais da vida cotidiana'. É preciso fazer isso sem ceder às generalizações abusivas que não partem de uma base sólida' (MONGA, 2010, p. 26).

Frente a isso, é sabido que para a concretização do neocolonialismo, a África tornou-se um espaço fértil para estudos antropológicos que tiveram como principal finalidade reconhecer ou “espionar” as culturas dos povos para posteriormente orquestrar estratégias que convergem para a perpetuação da dominação que o continente africano tem sido alvo (MUDIMBE, 2013, 2013a). Esses estudos foram financiados por países e potências econômicas mundiais e executados pelas agências de pesquisas através dos seus recursos intelectuais. Uma historicidade que merece a crítica do Maxwell K. Owusu (2016) quando pensa a possibilidade da utilidade da etnografia africana.

Maxwell apresenta um conjunto de construções efetivadas como a ciência antropológica sobre a África pelos pesquisadores ou africanistas dos séculos anteriores que devem merecer uma segunda reelaboração, porque trouxeram elementos outrora não

correspondentes às realidades africanas, africanismo. Mas tudo isso tem a ver com o anseio do Ocidente em continuar a obter “o Velho Continente” para si.

Nas suas fundamentadas críticas à respeito de produções antropológicas desenvolvidas e egocentradas por Europa, Maxwell Owusu (2016) adelgaça elementos como -, por exemplo, pouco tempo no campo de investigação, estrangeirismo do pesquisador, mediações locais do pesquisador, a complexidade do objeto pesquisado e fornecedores de dados empíricos, não domínio das línguas locais, estranhamento de padrões culturais - sendo fatores da interferência na construção antro-ideológica senão fenomenológica de argumentos que a Europa tem difundido para manter a África sob algemas.

75

Entretanto, algumas imagens propagadas sobre o continente e os seus povos estão fortemente carregadas de estereótipos que naturalizam o modo de convivência africana com o intuito de standardizar o projeto neocolonial. Finalidades e constructos que devem ser problematizados pelos investigadores comprometidos com a causa das Áfricas, principalmente, pesquisadores africanos de campo dos Estudos Africanos. Mas, o que se assiste está longe de constituir esta aspiração na realidade. De maneira que, torna clarividente quando se indaga: quais são as técnicas interpretativas, referenciais teóricos e as orientações mestras usadas por cientistas sociais africanos e africanistas para compor os conhecimentos que produzem? Como está a responsabilidade dos governos africanos em financiar as pesquisas? Que modelos de universidades e institutos se estão a construir em Áfricas? Onde estão sendo formados os recursos humanos para atuar no continente? Infelizmente, de onde provêm os recursos que financiam os Centros de Estudos e Pesquisas sobre Áfricas?

Em seguida, vem à tona a problemática das línguas coloniais enquanto instrumentos de produtividade científica sobre as Áfricas. Uma questão intermitente que não pretendemos aqui esgotar, porque em si carrega elementos sensíveis e amarras de um projeto profundamente contraditório. Todavia, a “língua”, debatida na elaboração sobre a extroversão do pensamento africano, convencionalmente aceite para a atividade produtiva científica sobre o continente, desenvolve um mapa opressor que tende a interferir significativamente no acesso dos africanos aos epistemes sobre-os produzidos exoticamente (HOUNTONDJI, 1989). De qualquer modo, sublinhamos brevemente a premência de dissimilação científica à medida que Paulin Hountondji enfatiza reapropriação da cientificidade africana à luz da experiência efêmera alemã, que segundo ele:

[...], é um modelo que fala a sua própria língua, o alemão. Em segundo, e conseqüentemente, dirige-se prioritariamente a um público que fala alemão e processa-se, antes de mais, segundo um debate interno dentro da Alemanha e dos países de língua alemã, incluindo a Áustria e parte da Suíça, onde os acadêmicos se questionam mutuamente, respondendo e discutindo entre si. Em terceiro lugar, as questões debatidas dizem muito à comunidade acadêmica falante do alemão e são por ela largamente partilhadas, o que permite o desenvolvimento de um debate que é horizontal e tem uma sustentação própria (HOUNTONDJI, P. 156, 2008).

Compreende-se, subjacente a essa ideia, que o interesse está em contribuir nas respostas das perguntas que colocamos com aspiração de solucionar insuficiências intelectuais e, assim como, materiais observáveis no cerne das sociedades científicas africanas. Tomando em consideração essas observações sombrias acima disposta, levantamos uma ponderação subjacente à problemática, que seria: como reverter esse quadro de total extroversão? Deste ponto, damos conta em apreciar a dimensão institucional que tem a ver

com os centros de estudos africanos disponíveis a elaboração, distribuição e consequentemente, influencia na apropriação dessas investigações nas fronteiras internas.

Posta isto, como reverter esta situação se ainda somos dependentes dos aparelhos laboratoriais e instrumentos investigativos provenientes do centro Norte (Hountondji, 1989)? Vista na dimensão econômica, há necessidade de investimentos financeiros, técnicos com consciência contra hegemônica avançada e instituições internas autônomas com vista a realização de pesquisa cujo resultado traduz-se na vida africana. Mas, muito pelo contrário, depara-se, as Áfricas, com total dependência e insanidade do Ocidente na produção dos conhecimentos sobre si. Nesta amolação, argumenta Cardoso (2012) que a apócrifa superioridade técnica e científica da Europa ainda está a servir tão somente para estear a dominação política e econômica nos espaços não europeus.

Em outros termos, a possibilidade de agregar investigações que por intermédio de revisões críticas à perspectiva histórica, ontológica e epistêmica, bem como à da confrontação entre o fenômeno africanista e o fenômeno africano na senda do campo geoestratégico do conhecimento, é determinada pelas certas perguntas que devem asseverar nos laboratórios da produção, circulação e consumo do saber africano para Áfricas.

Compreende-se que, são perigosos os resultados de pesquisas para o continente se os seus objetos de estudos foram imprudentemente elaborados e executados sob métodos que não contemplam, de certa forma, as realidades complexas africanas. Como ressalta, Carlos Cardoso (2017), a realidade africana é constituída de um mosaico histórico complexo, de maneira que, todas as identidades políticas têm suas formas de negociar as condições humanas e sociais em colaboração com a natureza o que, muitas das vezes, impossibilita compreensões nas generalizações dos escritos pesquisados.

Neste sentido, para levantamentos científicos coerentes sobre as incompatibilidades da vida cotidiana, política e epistemológica dos Estados africanos, o campo dos Estudos Africanos necessita aprimorar elementos fundantes para uma produção laboratorial que não prejudicaria as sensibilidades sob as quais as Áfricas reconhecem-se. Esta responsabilidade é própria uma premência interna que a sua efetividade passa necessariamente pelo que, Paulin Hountondji (1989; 2008) analisa nas suas obras sobre a extroversão e duas perspectivas de produção do conhecimento africano.

Um conhecimento autônomo de África passa pelo que estava a ser pensado pelos autores aqui selecionados. Ou seja, pesa sob as seguintes questões: reestruturação e fortificação das instituições de estudos e pesquisas em África, criação de mais instituições de formação superior e de pesquisas, reciclagem dos recursos humanos que atuam como docentes e investigadores com conhecimentos que vão permitir que possam exercer suas funções sociais adequadamente e, não é que os financiamentos do exterior constituem um problema para levantamentos científicos coerentes do ponto de vista antropológico e isso também não significa que os financiadores não estão a influenciar resultados das pesquisas tomando como enfoque seus interesses e não das Áfricas. Desta forma, os governos precisam-se engajar e saber que a sua responsabilidade com a pesquisa é uma questão de investimento público.

Também, ressaltar a capacitação dos pesquisadores no sentido de saberem usar minimamente bem os instrumentos de elaboração ou africanizar tais instrumentos as suas disposições. Um pesquisador necessita de condições mínimas para desempenhar responsabilidade que tem com mais astúcia e afincos, por isso, são elementares que tenham

acesso a um conjunto de instrumentos de análise que, muitas das vezes, são concedidos embora não contemplem a necessidade de pesquisa.

Se estes recursos escassos foram transformados pelos próprios pesquisadores em degustar todas as possibilidades que as condições oferecem, teria ainda assim uma produção fundamental. No entanto, o que se assiste quando os pesquisadores africanos viajam para outros lugares, principalmente, a Europa – enquanto condição de aquisição de saber – levantar informações relevantes às suas pesquisas comparadas, às vezes, passam todo tempo a aproveitar a vida alheia em detrimento do fundamental. Esse comportamento é caracterizado pelo Hountondji (1989) como “turismo científico”, caso contrário, é nula.

Pensar em melhorar as pesquisas sobre as Áfricas, uma responsabilidade não exclusiva dos pesquisadores africanos, mas sim de todas as entidades que se consideram envolvidas neste processo solene, concorda-se, contudo, arde saber que ainda existe uma debilidade gigantesca que muito pouco se está a fazer para amenizá-la, com Felwine Sarr (2019, p. 14), quando adverte que:

O desafio consiste, pois, em articular um pensamento relacionado ao destino do continente africano, examinando o político, o econômico, o social, o simbólico, a criatividade artística, mas também identificando locais de onde se enunciam novas práticas, novos discursos e onde se elaboram essa África vindoura. Trata-se de decifrar as dinâmicas em curso, identificar a emergência de uma novidade radical, pensar o conteúdo dos projetos de sociedade, analisar o papel da cultura nessas mutações, empreender uma reflexão prospectiva. Trata-se também de pensar um projeto de civilização que coloque o homem no centro de suas preocupações, ao propor um melhor equilíbrio entre as distintas ordens (o econômico, o cultural, o espiritual) e ao articular uma relação diferente entre o sujeito e o objeto, *arché* e o novo, espírito e a matéria.

Portanto, a questão não é se os Centros de Estudos Africanos estão no continente e em outros países ou constituídos pelos pesquisadores africanos ou africanistas formados nesta ciência e habilitados de saber trans, inter ou multidisciplinar, acima disso, não se deve baixar a bandeira que exige mais Centros e investigadores que conhecem bem a realidade, ou então, como disseram e bem Elsimar et. all (2019), na proposta que pretende revitalizar as mundividências silenciadas pelas práticas pseudocientíficas eurocêntricas. Estes autores, a partir da perspectiva decolonial e método da escrevivência da ciência que passa necessariamente de uma luta pelo reconhecimento de epistemologias outras - inclusive africana, buscaram visibilizar a cosmologia dos povos Dongos - Mali - suprimidos e oprimidos na história do pensamento científico universal. Não obstante, para contrapor ao pensamento dominante, Elsimar et. all (2019), propuseram que há várias questões para ser descobertas e para que isso aconteça é impecável mergulhar profundo nas “raízes, crenças e conhecimento daqueles que não tiveram oportunidade de expor as belezas e a fantasias do seu mundo”. Porém, diante dessa advertência, realçamos a importância de um conjunto de recursos materiais e espirituais que possam não somente explorar tais conhecimentos, mas também uma fonte provocadora de impactos significativos para as Áfricas. Como diz Monga (2010), comprometidos em rastrear a banalidade da vida social africana inventando, manejando ou africanizando os instrumentos metodológicos para as construções científicas do que as Áfricas preconizam. Nesta premência, não é interessante debatermos a possibilidade das mudanças estruturais sem que, no entanto, observarmos *a priori* essas questões enquanto insubstituíveis para o desenvolvimento da pesquisa em África que promova o bem-estar das identidades políticas. Claro que garantir a boa convivência socioeconômica e política na África deve-se a responsabilidade dos nossos governos, mas

as instituições de Estudos e Pesquisas têm um papel fundamental para efetivação dessa urgência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consciência do estado de sítio em que o mundo está mergulhado demanda aquisição de instrumentos tecnológicos e epistemológicos seja como defesa de questões voltadas às mudanças climáticas, assim como, escudos para discutir políticas estruturantes de desenvolvimento continental, biopoder ou necropolítica na senda global.

78

Embora não constituir nosso intuito aqui, esmiuçar anacronicamente a história africana – sendo várias experiências confeccionadas de intensas transformações sociopolíticas, econômicas e culturais ao largo do tempo –, mas sincronizar as intermitências que nos permite reconhecer as linhas que tendem a violentar a possibilidade de uma consciência decolonial. Denotamos, portanto, que a história não abdicou de registrar eventos nos quais os povos não europeus, principalmente africanos, tiveram que enfrentar o “Lúcifer”, sob circunstâncias não familiares que posteriormente refletiram na psique Negra, uma sequência lógica de aceitação e reprodução de violências à que foi submetido por séculos.

Para o desfecho desta elaboração enumeramos que, contudo que tem sido desenvolvido iniciativas em potenciais para reverter a eclética e secularizados processos de estigmatização e estereotipação da humanidade Negra, minimizada à penitência, o exemplo disso, recorre-se aos discursos, literaturas e rupturas pelas revoluções contra o colonialismo e as práticas escravocratas, não parece suficiente para a libertação que possibilita o sujeito africano obter condições para desenvolver-se. À vista disso, argumentamos nesta breve construção que, é substancial o compromisso dos Estudos Africanos enquanto um campo de saber indispensável para elaborações científicas autossuficientes em prol das identidades políticas africanas.

Notavelmente, se fez deixar rastros — em aparência de reflexões e indagações — ao longo da estruturação deste breve estudo para orientar os lentes investigativos ao olhar profundo dos elementos que viabilizam a produção dos conhecimentos africanos. Estamos na presença de tentativa de um exercício de pensamento dos princípios científicos que recolocam olhares críticos aos procedimentos laboratoriais dos estudos africanos, sob prisma dos conhecimentos de e sobre continente negro tornar uma potencialidade por uma emancipação intelectual, cultural, econômica e política.

O intuito encontra-se em dar pistas imbuídos de certeza que conceitos, metodologias, teorias e ideologias voltadas a cogitar Áfricas, principalmente contemporâneas, por vias das ponderações aqui acopladas, mesmo que de forma muito sucinta, poderão auxiliar no afloramento de novas produções que propunham aspirar supremacia na elaboração dos estudos orientados à continente.

Mas tudo isso passa por diagnóstico da realidade, criação e africanização de instrumentos metodológico pressupondo levantamentos estatísticos sobre a banalidade da vida em África. Ou então, “os discursos sobre o empírico e o escatológico, assim como as condições de construção de um discurso verdadeiro, participam na unidade imaginável de uma Verdade impossível. Enquanto mediações, transmitem e significam a existência absoluta e ausência absoluta da verdade”. Portanto, para Mudimbe, “os nossos discursos, numa pluralidade e ambiguidade viabilizadas por..., testemunham uma atividade de representação que em si mesma lida com a nossa situação coletiva” (MUDIMBE, 2013, p. 86).

REFERÊNCIAS

- APPIAH, Kwame A. **Na casa do Meu Pai: A África na filosofia da cultura**. Tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução Fernando Rosa Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ASSIMENG, Max. Princípios do pensamento social africano: remodelando o âmbito da sociologia do conhecimento. – In: **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas** / Helen Lauer, Kofi Anyidoho (organizadores). – Brasília: FUNAG, 2016.
- CARDOSO, Carlos. Da possibilidade das ciências sociais em África. – In: SILVA, Teresa C; COELHO, João P. B; SOUTO, Amélia N. **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas**. Corderia Dakar, 2012.
- _____. Os Desafios da Pesquisa em ciências sociais e o papel das organizações acadêmicas regionais em África. - **ISSUU**, 2012. Link: https://issuu.com/cesa_iseq/docs/conf_carloscardoso.
- _____. Desenclavar as Ciências Sociais na África Lusófona: iniciativa especial da CORDESRIA. **Antropol. (São Paulo, Online)**. v. 60. n. 3. USP, 2017.
- CORREIA, Moisés D. A reconstrução do estado da Guiné-Bissau: uma utopia ou necessidade premente? – **Desenvolvimento e Sociedade** | n.º 7. - ISSN impresso: 2183-9220 | ISSN eletrônico: 2184-2647: Évora, 2019.
- FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Editora Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro, 1968.
- Franz Fanon (2008). **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador, EDUFBA. Intro + cap. 5. (pgs. 25- 33 + pgs. 103-127). Fanon disponível aqui: http://unegro.org.br/arquivos/arquivo_5043.pdf
- HOUNTONDJI, Paulin. Investigação e Extroversão: Elementos para uma Sociologia da Ciência nos Países da Periferia. – **Revista de Estudos Guineenses (SORONDA)**. n. 8, Bissau: INEP, 1989.
- _____. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. – **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, 80 |. Coimbra, 2008.
- HERNANDEZ, Leila Leite. Novo imperialismo e a perspectiva africana da partilha. In: **A África na sala de aula: visita a história contemporânea**. Belo Horizonte: Selo Negro, 2005, pp.45- 69.
- LOPES, C. **Compasso de espera: o fundamental e o acessório na crise africana**. Porto: Afrontamento, 1997.
- MARTINS, S. Elsimar et. all. (Etno) ciência africana: uma epistemologia a partir do pensamento dos dogons. **Revista da ABPN - v. 11**, Ed. Especial Caderno Temático: “Saber-fazer em Ciências e Tecnologias - Trajetórias Afrodiaspóricas”. – dezembro de 2019, p. 71-89
- MAMA, Amina. Será ético estudar a África! Considerações Preliminares Sobre Pesquisa acadêmica e liberdade. IN: **Epistemologias do Sul**. São Paulo, editora Cortez, 2010.
- MAMDANI, Mahmood. Entendendo a violência política na África pós-colonial. – In: **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas** / Helen Lauer, Kofi Anyidoho (organizadores). – Brasília: FUNAG, 2016.
- MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. – Trad. Marta Lança; 1ª ed. Portugal: Antígona, 2014.

MONGA, C. **Nihilismo e Negritude**: As Artes de Viver na África. – Tradução Estela dos Santos Abreu. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes. (Coleção Dialética), 2010.

MUDIMBE, Valentin Y. A Ideia de África. Coleção: **Reler África**, Coord. Vitor Kajibanga; Lousanense; 2013.

_____. **A Invenção da África, Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento**. Coleção: Reler África, Coord. Vitor Kajibanga; trad. Ana Medeiros; rev. do texto: Isabel Henriques e Pedro M. Patacho; designer e paginação: Márcia Pires; Impres. & Acabamento: António Coelho e Dias, S. A; ISBN: 978-989-8655-01-1; depósito legal: 356316/13. 2013.

OLIVA, R. A. A Invenção da África no Brasil: Os africanos diante dos imaginários e discursos brasileiros dos séculos XIX e XX. **Revista. África e Africanidades** - Ano I - n. 4, 2009.

OWUSU, Maxwell K. Rumo a uma crítica africana da etnografia africana: a utilidade do inútil. – In: **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas** / Helen Lauer, Kofi Anyidoho (organizadores). – Brasília: FUNAG, 2016.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Para Além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia saberes**. IN: **Epistemologias do Sul**. São Paulo, editora Cortez, 2010.

SARR, Felwine. **Afrotopia**. - Tradução: Sebastião Nascimento - São Paulo: N-1 edições, 2019. 162 p.; 14cm x 21 cm. - ISBN: 978-8566943-97-9

SERRA, Carlos. **Novos Combates pela Mentalidade Sociológica: Sociologia Política das Relações de Poder em Moçambique seguido de desafios de uma medicina bernardiana**. - editora: Livraria Universitária, UEM. **Revista Tempo**. 1997.

AS COSMOVISÕES AFRICANAS E O PARADIGMA CIENTÍFICO MODERNO: DA SUBESTIMAÇÃO À RUPTURA EPISTÊMICA

*Nelsio Gomes Correia*⁴⁶

81

RESUMO: Este estudo trata-se das cosmovisões africanas face ao paradigma científico moderno e da invisibilização das epistemologias africanas durante a invasão colonial em África. No decorrer deste debate teórico em diálogo com os pensadores/intelectuais africanos e não apenas, a nossa discussão fundamenta-se sobretudo acerca dos efeitos do colonialismo em África. Assim sendo, constata-se que a ocupação colonial no continente africano, por conseguinte, influenciou a prática da repressão, subjugação e a exploração excessiva dos recursos naturais dos povos de distintos países africanos e ainda, desagregou a forma de organização socioeconômica, política e cultural que existia na época pré-colonial. Para realização desta pesquisa, baseamos numa metodologia qualitativa por meio da revisão bibliográfica como uma das técnicas de recolha de dados produzidos por outros pesquisadores como: livros, artigos científicos, monografias e entre outros trabalhos de autores que possuem debates referentes acerca do nosso tema. Á visto disso, pretende-se neste trabalho realçar que a dominação europeia em África, deixou inúmeros vestígios históricos que até hoje estão causando cisão interafricanos, conflitos armados, rivalidades étnicas, disputas territoriais, religiosas etc. Portanto, os resultados obtidos, apresentam que o processo da ocupação colonial em África, além de fragmentar as nações africanas e os seus povos, deixou as cicatrizes profundas que seguem gerando as instabilidades políticas, a perda das identidades culturais e dos conhecimentos endógenos.

PALAVRAS-CHAVES: África; Invasão colonial; Epistemologias.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.RAA.2020v13n37.dossieeduchist81-92

⁴⁶ Bacharelado em Humanidades e licenciando em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB. Instituto de Humanidades-IH. E-mail:gomesnelsio@gmail.com

INTRODUÇÃO

No presente artigo, objetiva-se debater sobre as implicações da divisão territorial dos países africanos no decorrer do domínio colonial em África que oportunizou a exploração dos recursos naturais, a depreciação dos conhecimentos africanos, além disso, considerando-os como exóticos, incluindo a inferiorização do mesmo povo o que posteriormente influenciou o comércio transatlântico onde os povos africanos foram arrancados nas suas terras, isto é, da África e levados para a Europa e América para serem escravizados nos países que compõem estes continentes.

Sendo assim, Wolfgang Döpcke (1999, p. 77) afirma arbitrariedade “pela qual as fronteiras foram impostas às sociedades africanas pelos colonizadores europeus, ignorando as realidades étnicas, geográficas, ecológicas e políticas existentes”.

Essa incursão europeia, acarretou ampla desintegração das comunidades africanas e ainda invisibilizou os saberes intrínsecos e aniquilou as identidades culturais existentes para promover a assimilação das culturas, hábitos e dos conhecimentos eurocêntricos. Nela, a exploração passou a ser pautada pelos interesses ligados aos recursos naturais, tais como ouro, cobre, tecidos, diamantes e entre outros, nos polos geográficos estratégicos situados perto ao Mar Mediterrâneo, tendo em vista suas vantagens para o comércio marítimo, o que possibilita a transportação das riquezas dos países africanos para abastecer os mercados da Europa, América, Índia. Esse cenário, contribuiu para o enfraquecimento das indústrias e da economia africana.

Diante disso, Ahmed Idha Salim ressalta que:

Neste sistema capitalista mercantilista, a exploração dos recursos humanos e materiais das sociedades do Leste africano revestiu-se na forma de uma troca desigual que se estabeleceu duravelmente entre, por um lado, os mercadores estrangeiros parasitas estabelecidos em Zanzibar e, por outro lado, os povos do litoral e do interior. Os lucros substanciais assim obtidos eram transferidos para a Europa, América e Índia e não eram praticamente investidos no desenvolvimento material ou técnico da África Oriental. Os artigos importados, os quais eram trocados pelos produtos do Leste africano, tais como o marfim, eram artigos de consumo de baixo custo que não serviriam para a formação de capital. A importação de alguns destes artigos prejudicava as indústrias locais: a indústria têxtil de Lamu e dos portos do Benadir foi duramente atingida pela importação de tecidos de algodão asiáticos, a princípio, e, em seguida, americanos (SALIM, 2010, p. 273).

Sendo assim, para realização desta pesquisa, foi utilizado o procedimento metodológico qualitativo de abordagem bibliográfica, na qual a coleta de informações foi fundamentada através da análise das ideias dos autores, como Adesina (2012); Hountondji (2008), Lauer e Anyidoho (2016); Salim (2010); Serrano e Munanga (1995) e incluindo as contribuições significativas dos outros autores acerca da temática debatida. Perante isso, os resultados alcançados revelam que a ocupação colonial em África, desagregou as fronteiras africanas de forma arbitrária sem respeitar as autoridades locais existentes nessa época e esses cenários são origem histórica de conflitos presentes na África.

Na conjuntura que as sociedades africanas se encontram na atualidade, entende-se que a modernidade imposta pelo colonialismo, pode ser compreendida como uma visão de mundo a partir da interrupção com a tradição herdada pelos povos não europeus, implementando, assim, a cultura e os modos de vida oriundos da Europa, justificando que o atraso dos povos africanos é o resultado do seguimento das tradições dos seus antepassados (LAUER e ANYIDOHO, 2016).

Nesse contexto, compreende-se que, para os europeus, os africanos deveriam seguir o modelo eurocêntrico para se desenvolver. Sem isso, não haverá outra forma. Porém, os africanos não precisam seguir o padrão eurocêntrico para o desenvolvimento da África, uma vez que, esse não é um único modelo ideal para a prosperidade de todos os países, dado que as realidades sociais são distintas. O que os países africanos necessitam em princípio é a união que minimizará os conflitos sociais que podem permitir a existência da paz duradoura. Além disso, cada povo africano deve pensar num desenvolvimento assentado nas relações históricas, econômicas, socioculturais e políticas do seu país.

No entanto, a descolonização dos países da África, América Latina e da Ásia vem para deslegitimar o discurso utilizado no período colonial, nos quais os colonialistas europeus se consideram superiores e dotado de capacidades, aptidões e de inteligência devido a sua forma de raciocinar. Esse processo de emancipação desses territórios, possibilitou as proclamações das independências de diferentes países pertencentes a estes continentes, que anteriormente, sofreram a ocupação colonial e os seus respectivos países eram administrados por colonizadores europeus (SERRANO e MUNANGA, 1995).

Assim, durante o século XIX, a questão da mestiçagem por exemplo, inspirada por teorias raciais que emergiram na Europa, foi categorizada as pessoas nessa condição mediante as suas cores de pele, confirmadas pelos sentidos. Nessa época, observa-se que a humanidade foi fracionada em raças. E, perante um pressuposto cientificismo perpetrava-se a ideologia colonial da “raça pura” (PRADO, 2009). Porém, as raças biologicamente e cientificamente não existem quando se coloca nos seres humanos, mas sim, este conceito foi primeiramente utilizado para classificar as espécies de plantas e animais em suas distintas formas. Foi a mesma ideologia que os europeus utilizaram para inferiorizar os africanos que consideravam desde a invasão colonial em África de incapazes e indolentes (MUNANGA, 2004).

E, relativamente à epistemologia “é um ramo da filosofia cujo foco principal é analisar e avaliar as alegações acerca do conhecimento. E pela extensão de que todos os humanos têm a capacidade de conhecer, a epistemologia é universal e independente de cultura, tribo ou raça” (KAPHAGAWANI e MALHERBE, 2002, p. 2).

Nesse sentido, apesar de que a epistemologia como estudo do conhecimento ora multifuncional, nota-se que, existe as pluriversalidades de conhecimentos em que as demandas do pensamento são desenvolvidas e associadas. Não obstante, as formas que os indivíduos fazem para obtenção de saberes mudam conforme as situações socioculturais, históricas, políticas etc. E ainda, este conhecimento pode ser transmitido mediante as gerações e do mesmo modo, pode ocorrer através de processos de socialização e de convívio social entre sujeitos.

De outro modo, a cultura simbolizava para as mulheres africanas como uma arma de resistência em oposição ao regime colonial, com intuito de libertar os povos africanos da subjugação e da escravidão embasada na legitimação da supremacia branca, uma vez que, é uma ideologia política que reproduz e mantém a dominação social, política, histórica, ou seja, industrial por pessoas brancas, como é presente nas estruturas sociopolíticas históricas, culturais e contemporâneas. Tudo isso era uma construção eurocêntrica para validar a sua dominação sobre os outros povos não europeus com saberes e padrões distintos dos povos ocidentais (DOVE, 1998).

Perante o exposto, Hountondji (2008) sublinha que a unidade dos africanos e das disciplinas vinculadas às instituições que estudam os saberes endógenos, sobretudo os Estudos

Africanos, deveriam unir-se para se fortalecer ainda mais, levando em consideração a luta e a resistência dos povos africanos durante séculos como forma de emancipar-se de qualquer tipo de dominação e preservar os conhecimentos repassados de geração em geração pelos seus antepassados, bem como expulsar o colonialismo distante do continente africano e alforriar os povos africanos da subordinação e escravidão.

SERÁ QUE EXISTE UMA EPISTEMOLOGIA AFRICANA?

De modo geral, no que concerne ao assunto em discussão sobre a existência da filosofia, não podemos fazer nenhuma abordagem a respeito da filosofia sem conhecermos uma resposta evidente e legitimada para qualquer questionário, se existe a filosofia africana ou não. De uma certa forma, a nossa explicação poderia não fornecer respostas adequadas para nenhuma questão colocada à nossa disposição.

No entanto, a epistemologia africana enfrenta inúmeros obstáculos; por isso, temos que levar em consideração de que a “verdade” e “nokware” são idênticas e de forma genérica representam na realidade mesma concepção. Contudo, tem unicamente uma aceção de similaridade aproximada. De grosso modo, a palavra verdade é legitimada em diversas culturas e assim como em diferentes línguas africanas como acontece com as outras no dicionário filosófico. Sendo assim, a epistemologia africana, tem que enfrentar, assimilar e acompanhar a evolução da ciência e tecnologia dos outros países no mundo (WIREDU, 1984). Dado isso, ao declarar a existência da filosofia africana, do mesmo modo, se originaria na subsistência da epistemologia africana. Nota-se, portanto que, por uma dimensão, dispomos que a “epistemologia africana é um subconjunto da filosofia africana” (KAPHAGAWANI e MALHERBE, 2002, p. 1).

Vale reforçar, que este assunto foi tratado em inúmeras décadas em grandes espaços de discussões dos assuntos acadêmicos, como em fóruns, conferências, simpósios e congressos, por distintos pesquisadores/as.

Kaphagawani e Malherbe (2002), relativamente à epistemologia, apontam que:

Epistemologia é o estudo de teorias sobre a natureza e escopo do conhecimento, a avaliação dos pressupostos e bases do conhecimento e o estudo minucioso do que o conhecimento afirma. Em resumo, epistemologia é um ramo da filosofia cujo foco principal é analisar e avaliar as alegações acerca do conhecimento. E pela extensão de que todos os humanos têm a capacidade de conhecer, a epistemologia é universal e independente de cultura, tribo ou raça (KAPHAGAWANI e MALHERBE 2002, p. 2).

Perante o exposto, percebe-se que a epistemologia é o campo de conhecimento filosófico, que tem por essência fundamental averiguar e ponderar as considerações acerca dos saberes. As formas, imaginações e diversas maneiras de exigências e aquisição do conhecimento diferenciam-se de cultura para cultura em distintas manifestações populares. Nessa lógica, as maneiras ou direções às quais o africano consegue ter acesso a um conhecimento, ou melhor dizendo, que declara que algo é uma sabedoria não é a mesma que um indiano ou um europeu pode chegar à uma conclusão de que determinada ocorrência é um conhecimento.

AS CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES AFRICANAS NA LUTA DE LIBERTAÇÃO NO PERÍODO COLONIAL

O domínio colonial em África, além de desestruturar a forma de organização das sociedades africanas que dantes eram, em sua maior parte, lideradas pelas mulheres, deslegitimou o papel das mulheres e colocou os homens em espaços privilegiados, como chefes de família e nas tomadas de decisões.

No decorrer do período colonial, as mulheres decidiram enfrentar o colonialismo para libertarem destas invisibilidades que sofriam com os colonizadores e com seus maridos, visto que não eram respeitadas; por isso, resolveram lutar ao lado dos homens com intuito de expulsar os colonialistas com as suas estruturas patriarcais para fora da África, utilizando a cultura como arma de combate à subordinação que experimentavam ao lado dos homens africanos, buscando também resgatar os valores étnicos, identitários e costumes dos povos nativos que foram rejeitados e submetidos na condição de inferioridade e considerados pelos colonizadores como primitivos, incapazes e exóticos (FANON, 2008; DOVE, 1998; NASCIMENTO, 2008; LUGONES, 2014; NOGUEIRA, 2018).

De acordo com a Oyěwùmí (2004), os últimos cinco séculos, retratados como modernidade, foram marcados por vários processos históricos, envolvendo o tráfico transatlântico de escravizados e algumas organizações que seguiram e apoiaram o processo da escravidão durante o período colonial em África, Ásia e América Latina. Entretanto, a noção de modernidade recorda o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização espalhada por toda parte e a evolução das defasagens regionais no âmbito universal.

Nessa acepção, constata-se que foi durante esse período que surgiu o processo da divisão do trabalho que se encontra no meio da sociedade e nas estruturas familiares. Muitas vezes, através do sistema patriarcal instalado na época colonial, a mulher foi inserida na condição de submissão e inferiorização pautada na ideia de que o homem provém e a mulher procria, culminando em legitimar o papel do homem em comparação com as funções desempenhadas pelas mulheres.

Portanto, as sociedades africanas são muito complexas para serem estudadas e compreendidas pelos europeus. Dessa forma, a família nuclear expandida como a única forma de composição familiar com base em pai, mãe e filhos, na norma ocidental, é totalmente distinta como a família é considerada no continente africano, que não é composto apenas por pai, mãe e filhos, mas inclui a questão do parentesco e não somente, também envolve laços de amor, sobretudo a solidariedade mutuamente evidente entre os indivíduos nas sociedades africanas.

Para Dove (1998), o papel das mulheres africanas iniciou na construção de um modelo afrocêntrico, que permite a abrangência de uma ação social de todas as mulheres africanas que defendiam os direitos e interesses coletivos, sendo elas reconhecidas ou desconhecidas, que combateram para alforriar os povos africanos da dominação colonial numa escala universal; pois, a cultura significa para mulheres africanas um instrumento, quer dizer, uma arma de resistência para combater as estruturas sociais europeias, procurando novas perspectivas para construção de um mundo melhor para todos/as baseado na ordem e na equidade de gênero e de oportunidades.

Vale reforçar que, a utilidade das experiências das mães africanas apresentou enormes contribuições respeitáveis na história da luta de libertação das nações africanas, que estavam perante o domínio do jugo colonial; por conta disso, as mulheres africanas visam

à sua reafrikanização⁴⁷ como forma de recuperar e validar a sua identidade e a herança cultural que foram depreciadas e invisibilizadas pelo regime colonial. Desse modo, a finalidade do enfrentamento dessas mulheres contra as estruturas coloniais imperialistas, objetivam desestruturar o colonialismo e expulsá-lo na África.

De forma genérica, nota-se que, as sociedades africanas na época colonial estavam totalmente dominadas e supervisionadas pelas grandes potências europeias que tinham o intuito de dominar e explorar os territórios dos países africanos.

Cabe mencionar o que proporcionou esta invasão e a divisão arbitrária das nações africanas por países europeus, foi a Conferência de Berlim que aconteceu nos anos de 1884 e 1885, no século XIX, que possibilitou a ocupação de países europeus no continente africano. Nesse período, pode-se observar a contribuição das mulheres africanas que lutavam dias e noites ao lado dos homens e desempenhavam funções notáveis em combate contra as potências europeias (DÖPCKE, 1999; BRUNSCHWING, 2004).

A INCORPORAÇÃO DE ESTUDOS AFRICANOS NOS EUA E A FRAGMENTAÇÃO DAS SUAS DISCIPLINAS

Para Roquinaldo Ferreira (2010, p. 76), “nacionalismo, descolonização e a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos” possuíram muita relevância na incorporação de Estudos Africanos nos espaços de segregação social e, sobretudo, nos currículos das universidades americanas, o que possibilitava um debate profundo acerca da desconstrução das ideologias segregacionistas adotadas e legitimadas desde o período colonial e pós-colonial pelas elites norte-americanas sobre os afrodescendentes.

Ainda assim, uma organização fundamental norte-americana que possibilitou a internacionalização das pesquisas e dos currículos neste processo, foi a Ford que implementou em 1951, um projeto de bolsas de estudos de dois anos para a aprendizagem das línguas estrangeiras, em que os estudantes norte-americanos faziam dois anos nos países estrangeiros, o que outorgou um elo essencial desses universitários dos EUA para que conhecessem as culturas e adquirissem os saberes dos outros povos, principalmente das populações das distintas sociedades africanas, como propósito de conhecer ainda mais sobre a história dos nativos africanos voltada para a evolução do campo dos Estudos Africanos.

De acordo com Hountondji (2008), o estudo sobre a África como está sendo desenvolvido, hoje em dia, por uma longa herança de intelectuais africanos, constitui um projeto genérico de concentração do saber instituído e comedido pela Europa. Nessa essência, o autor defende que as sociedades africanas devem ser responsáveis pela produção de seus próprios conhecimentos endógenos, levando em consideração as experiências dos povos e dos seus antepassados como forma de resistência e de desmistificação dos estereótipos dos colonialistas, permitindo assim, a valorização dos saberes locais. No entanto, é consistir na produção de um conhecimento puramente africano, tendo em vista o contexto sócio-histórico-cultural por meio da dimensão social africana.

Sendo assim, sublinha que, para o desenvolvimento da África, faz-se necessária uma herança autossuficiente que confia em si própria e na sua potencialidade em pesquisa e

⁴⁷ Conforme a ideia de Dove (1998), a “reafrikanização” é um conceito utilizado por Amílcar Cabral em 1973, o qual aponta que “em um discurso chamado ‘Libertação Nacional e Cultura’ entregue em 1970, que é definido como um processo de recuperação que os povos Africanos colonizados pelos europeus (portugueses, neste caso) devem por necessidade serem submetidos a apreciarem sua herança cultural.

conhecimento que atende aos impasses e enigmas produzidas direta ou indiretamente por africanos. Por conta disso, recomenda, aos pesquisadores africanos especialmente das áreas de Estudos Africanos e de outras disciplinas, a perceberem que o conhecimento atual ainda não atende à demanda dos povos africanos, mas sim, das necessidades teóricas e práticas dos países do Norte global, por essa razão, que é necessário a união deles.

Dessa forma, se cada uma dessas disciplinas não precisa das outras, isso significa que, cada uma delas consegue evoluir sozinha sem recorrer às disciplinas que compõem os Estudos Africanos; por conseguinte, quando não há necessidade das mesmas disciplinas unirem-se na mesma instituição, é porque jamais irão se associar para constituir as instituições dos Estudos Africanos, tanto em África e assim como na diáspora. Por outro lado, é notório também a falta do financiamento das pesquisas por parte dos governantes africanos e isso pode influenciar na fuga de quadros/cérebros que preferem continuar as pesquisas em outros países (ADESINA, 2012).

Nessa mesma lógica, Hountondji (2008) realça ainda que, os pesquisadores africanos deveriam produzir os conhecimentos endógenos voltados para África e não realizar as pesquisas extravertidas que atendem às necessidades das corporações internacionais, principalmente dos ditos países do Primeiro Mundo, visto que, isso contribui também na decadência da produção local. Perante estas circunstâncias, podemos indagar: existe uma união entre pesquisadores africanos? Será que estas disciplinas não necessitam umas das outras para crescerem ainda mais no campo da investigação científica? São questionamentos para refletirmos sobre essa conjuntura atual.

A TRADIÇÃO FACE A MODERNIDADE EM ÁFRICA

Para Macamo (2014), a modernidade apenas ganhou mais aparência mediante a existência da tradição que é totalmente antagônica dela, contudo, esta última é denominada pelos europeus de retardado, arcaico, entre outras.

Sendo assim, hoje em dia, quando se observa atentamente a realidade na qual estamos submetidos e vivendo nas incertezas e em sucessivas crises, logo, entende-se que a modernidade somente nos colocou em cenários de caos irreversíveis, nas quais, ela mesma não consegue controlar e nem sequer nos dar uma resposta capaz de minimizar essas tensões contínuas como conflitos partidários, étnicos, religiosos etc. Enquanto, a tradição simplesmente possibilita a união entre distintas classes sociais com afetos e inclusão de todos/as, amparo recíproco e até entre povos de diferentes nações.

Para Helen Lauer et al. (2016, p. 114), “a modernidade europeia definiu para nós nossa própria paisagem, dando nome aos países, anexando rótulos e nomes a muitas outras coisas também”.

Por conseguinte, a modernidade em todo tempo, baseou-se em dimensões construtivas, nomeadamente com a sua lógica de acúmulo de capital e o crescimento da produtividade, com aspectos de destruição de recursos naturais, levando somente em consideração os lucros, ou seja, a mais valia, contribuindo assim, para a redução da mão de obra, o que resultou em enormes desempregos com tensões e mazelas sociais, impossibilitando a intervenção de alguns Estados considerados frágeis, sobretudo os da África com fraca competência de levar a cabo funções de governação básicas e considerados como sem capacidade para desenvolver relações mutuamente construtivas com a sociedade, facultando o povo a obter o acesso aos bens socioeconômicos.

Por esta mesma razão, Macamo (2014) confirma que:

(...) a noção de modernidade pode descrever características estruturais tais como a secularização, a industrialização, o capitalismo, a preponderância da racionalidade na organização da vida, a autonomia e a individualização, entre outras, como também servir-se dessas características para classificar sociedades e chamar nomes feios às que se saem mal nas listas daí resultantes (ELÍSIO MACAMO, 2014, p. 363).

Foi dessa forma, que alguns renomados pensadores europeus como Kant, Hegel, entre outros, com base nas suas concepções analíticas sobre a história da evolução da humanidade, colocavam a Europa numa posição superior em relação aos outros continentes como o mais avançado a nível mundial, por meio da sua técnica, política e organização social. Compreende-se que, conforme os relatos históricos, a própria modernidade ganhou mais notoriedade através da tradição que é totalmente oposta dela. Se fomos analisar bem a essência de cada uma, se observa que a modernidade apresenta na sua forma a instabilidade, exclusão social; enquanto a tradição nos demonstra a união, família etc.

De outra forma, com a invasão dos colonialistas europeus em África, isso comprova a ignorância dos imperialistas com a ideia de levar a sua cultura e a civilização para os povos não europeus, considerados de primitivos, bárbaros e incivilizados. Por esse motivo, os saberes endógenos africanos foram desvalorizados, sendo ignorados alguns saberes produzidos por africanos apontados como conhecimentos não provenientes da África, justificando que os africanos são incapazes de produzir um conhecimento e são incompreensíveis entre si. Para eles, são esses males que impedem o desenvolvimento do continente africano (NKRUMAH, 1967).

Portanto, nota-se que este processo foi constituído para ocidentalização do mundo, e propiciar a transição da sociedade tradicional em vários estágios de desenvolvimento e com a intenção de considerar os países industrializados da Europa como referência para o crescimento econômico das nações em desenvolvimento. Dado isso, com ausência do Estado, nota-se que, muitas vezes, acaba destruindo a base ecológica natural precisa para a reprodução da vida e da produção dos alimentos para os seres humanos e animais num ambiente em que se encontram, polarizando a distribuição da riqueza a nível global, principalmente para o benefício e o crescimento econômico dos países do Ocidente.

Por esse motivo, compreende-se que todos esses preconceitos contra os nativos africanos eram para legitimar a dominação europeia baseada na superioridade racial, depreciando os saberes produzidos pelos africanos denominando-os de tradicionais. Igualmente, aqueles oriundos do Ocidente são considerados de conhecimentos modernos e, por essa razão, era necessário universalizá-los. Pelo contrário, todas as experiências sociais são concebidas por inúmeros conhecimentos, cada um com a sua norma de validação (SANTOS e MENESES, 2010).

Conseqüentemente, a dominação europeia tinha duas intenções distintas: a de exploração dos recursos naturais, partindo na ideia de que a natureza é separada do homem; e, por outro lado: a naturalização dos nativos, permitindo que estes rejeitassem as suas identidades étnicas, os seus espaços sócio-históricos e passando a adquirir os saberes e a cultura eurocêntrica, descartando a possibilidade de apreender o dito tradicional do africano e privilegiando o moderno do europeu, a fim de apagar a história do colonizado para permitir a sua alienação ao modo de vida do colonizador.

Desta forma, constata-se que, os fatores relevantes que contribuíram para a expansão do colonialismo em África, foram as questões religiosas, econômicas e ideológicas. Com estas,

permitiram o domínio territorial, cultural e econômico que deixaram marcas profundas infundáveis no continente africano. Todavia, também sua população foi depreciada por séculos e considerada como mercadoria, subjugada, subordinada, arrancada de seus territórios e levada para outros continentes e escravizados em troca de produtos alimentícios, artefatos, colocando-a a trabalhar nas indústrias para o crescimento econômico dos países europeus, das Américas e são tratados como se fosse não humanos (LAUER e ANYIDHO, 2016).

De outra forma, a alteração da organização social e étnica, a abstinência da liberdade e a rejeição da cidadania, são fatores que acompanharam a evolução do raciocínio político e social do Ocidente.

Segundo Wiredu (1984), é interessante ressaltar que a comparação do conhecimento africano com o ocidental emerge desde a invasão dos europeus em África, através do contato com os nativos africanos. É evidente que os africanos na tentativa de preservação das suas culturas e dos saberes dos seus ancestrais, através dessa confiança, sofreram a dominação por completo pelo colonialismo. Isso pode ser averiguado mediante três questões: religiosa, política e econômica. Estes são três elementos fundamentais que os europeus levaram para a África com o propósito de controlar os africanos, dividir os territórios entre as potências e extinguir as práticas culturais de uma forma genérica.

Assim, observa-se que a filosofia europeia não permitia a existência dos outros conhecimentos que não fossem do Ocidente; por isso, pretende ser ideal, hegemônica e universalista. Logo, entende-se que não podemos comparar o pensamento tradicional africano com o do Ocidente, porque são espaços de povos com vivências, culturas e conhecimentos distintos.

Em razão disso, Wiredu sublinha que:

na ausência “de qualquer comparação deste tipo, o que tem acontecido geralmente é que não somente os fatores que genuinamente distinguem o pensamento tradicional africano, mas também sua base não científica, espiritualista, tem servido de base para contrastar os povos africanos e ocidentais” (KWASI WIREDU, 1984, p.2).

Existem ainda, sobretudo nos países africanos, os indícios coloniais que favorecem o modelo de caráter imperial da divisão do trabalho e a produção dos saberes entre os pesquisadores/as africanos/as. Por conseguinte, tem-se a fuga de cérebros, por razão da ausência do apoio dos líderes africanos para a produção científica puramente africana, autônoma e autossuficiente, embasada na experiência endógena africana. Essa evasão, contribuiu na fragilidade e na decadência de algumas universidades africanas, em vez de autoridades africanas criarem condições para que haja grandes centros de pesquisas de distintas áreas de conhecimento e o bom funcionamento das universidades, para que a nova geração de acadêmicos africanos centralizasse as pesquisas no interior da África, com intuito de minimizar a fuga de quadros/intelectuais africanos para o exterior (ADESINA, 2012).

Nesta perspectiva, muitas produções científicas dos/as pesquisadores/as africanos/as se baseiam no modelo eurocêntrico ou até podemos dizer de uma apropriação ainda insociável; todavia, são relevantes em comparação com as duas décadas passadas. No entanto, os pesquisadores africanos estão desempenhando papéis fundamentais por meio de seus objetos de estudos e os seus respectivos países no qual estão efetuando as suas pesquisas.

Para Carlos Cardoso (2012, p. 304) a “África de Estudos Africanos em Portugal deixou de ser a África de Língua Oficial Portuguesa para passar a ser simplesmente África”. É muito relevante essa virada de página nesse contexto acima mencionado, uma vez que é preciso revalorizar e recuperar os conhecimentos anteriormente invisibilizados e repensar a política africana de modo geral em todos vertentes.

Por outro lado, entre as sociedades contemporâneas, a escrita tem mais prioridade acerca da oralidade, onde o livro foi considerado o fundamental portador da herança cultural. Em vista disso, ao longo de muito tempo, considerou-se os povos que não sabem ler nem escrever, qualificava-os como povos ignorantes e sem cultura. Essa concepção imotivada, foi sendo abandonada depois das duas últimas grandes guerras mundiais através do excelente trabalho desempenhado por alguns notáveis etnólogos de todo o universo.

Entretanto, na época atual, a intervenção revolucionária e ousada da UNESCO contribuiu em resgate dos conhecimentos historicamente indeferidos que são disseminados pela transmissão oral de geração em geração, como bens que pertencem ao patrimônio cultural de toda a humanidade. Sendo assim, para alguns teóricos, a questão é se é possível confiarmos na oralidade da mesma forma que na escrita para lidar com indícios de ocorrências passadas (BÂ, 1982).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta o que foi colocado acima, conclui-se que a transição política, econômica e cultural nas sociedades africanas, foi verificada no decorrer da invasão das potências europeias em África. Assim, esta ocupação originou conflitos incessantes em que, atualmente, várias nações africanas estão mergulhadas. No entanto, esta dominação também possibilitou a extração abusiva dos recursos naturais nos territórios africanos e com a naturalização dos povos africanos nos quais passariam a assimilar a cultura, o saber e o modo de vida do colonizador que pretende implantar a sua ideologia para domesticar os povos nativos considerados como primitivos, sem sabedoria própria e civilização.

Neste sentido, para os colonizadores, estes nativos serviriam de objetos para serem estudados, visto que afirmavam que possuíam aptidões e com capacidades intelectuais que jamais seriam comparados com o pensamento africano, para os europeus esse carece de competências e dos métodos para construir um conhecimento ideal e benéfico do jeito que ocidente produz, por isso seria inferior.

Por esta razão, compreende-se que a universalização da base epistemológica europeia é encarada como saber ideal e autêntico que deveria servir de modelo para todas as nações do mundo como melhor forma de pensar e construir qualquer tipo de conhecimento assentado nesse padrão. Desse modo, verifica-se que o Ocidente não almejava que houvesse a pluralidade de saberes por meio de múltiplas sociedades com vivências, saberes e culturas distintas/antagônicas em diversas partes do globo; pois os colonizadores consideram que o essencial era domesticar os povos não europeus para libertá-los da barbárie e do atraso em que se encontravam. É evidente que ainda existe inúmeros desafios a enfrentar para o reconhecimento dos saberes africanos. Por um imperativo ético, político, pluricultural e humanitário!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha família pelo apoio moral e financeiro que tem me concedido aqui no Brasil, e a direção da Universidade, pelos esforços que tem dado até nesse momento no que concerne aos espaços disponibilizados para estudo,

denominadamente: bibliotecas, salas de estudos em coletivos e de iniciação científica, uma vez que contribuem, de uma maneira, para a construção deste estudo.

Além disso, agradeço os meus professores que me ajudaram muito neste processo de construção de conhecimento e de aprendizagem na minha vida acadêmica e sem esquecer dos meus amigos que por meio dos debates acerca desta temática e entre outras que muitas vezes fazíamos em corredores da universidade e em salas de aula, estes colaboraram indiretamente para o desenvolvimento desta pesquisa. Por último e não menos importante, expresso a minha gratidão a todos/as professores/as que me ajudaram ao longo desta caminhada de aprendizagem mútua.

REFERÊNCIAS

- ADESINA, Jimi. **Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e gênero na academia**. CRUZ e SILVA, Teresa; COELHO, João Borges; SOUTO, Amélia Neves. Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas, p. 195-210, 2012.
- BÂ, Amadou Hampatê. **A tradição viva**, p. 167-214, 1982.
- BRUNSCHWING, Henri. **A partilha da África Negra** / [tradução Joel J. da Silva]. — São Paulo: Perspectiva, 2004. — (Coleção Khronos; 6 / dirigida por J. Guinsburg).
- CARDOSO, Carlos. **Os desafios da pesquisa em Ciências Sociais e o papel das organizações acadêmicas regionais em África**; p. 301-323, 2012.
- DÖPCKE, Wolfgang. **A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 42, n. 1, p. 77-109, 1999.
- DOVE, Nah. **Mulherisma Africana. Uma teoria Afrocêntrica**. Universidade Temple. Tradução: Wellington Agudá, p. 4-23, 1998.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. SciELO-EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, Roquinaldo. A institucionalização dos estudos africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 73-90, 2010.
- HOUNTONDJI, Paulin J. **Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p. 149-160, 2008.
- KAPHAGAWANI, Didier N; MALHERBE, Jeanette G. **African epistemology**. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 219-229. Tradução para uso didático por Marcos Rodrigues.
- LAUER, Helen; ANYIDOHO, Kofi. O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas. **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas.**, Brasília, p. 665, 2016.
- LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MACAMO, E. Modernidade e tradição. In: SANSONE, L.; FURTADO, Cláudio A. (org.).
- Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**; prefácio, SCHWARCZ, Lilia Moritz; THOMAZ, Omar Ribeiro; apresentação [feita pelos organizadores], com a colaboração de Teresa Cruz e Silva. - Salvador: EDUFBA, 2014, p. 59-73.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Niterói: EdUFF, 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo: último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NOGUEIRA, Renzo Magno. [A evolução da sociedade patriarcal e sua influência sobre a identidade feminina e a violência de gênero](#). **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5377, 22 mar. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48718>. Acesso em: 8 dez. 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies*. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PRADO, Celia Luiza Andrade. **Pós-colonialismo e o contexto brasileiro**: Haroldo de Campos, um tradutor pós-colonial?. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2009.

SALIM, Ahmed Idha. O litoral e o interior da África Oriental de 1800 a 1845. In: AJAYI, J. F. A.. *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010. [cap. 9], p. 249-315.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010. 637páginas.

SERRANO, Carlos; MUNANGA, Kabengele. **A revolta dos colonizados**: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia. São Paulo: Atual, 1995.

WIREDU, Kwasi. **How not to compare African thought with Western thought**. *Philosophy and an African culture*, 1984. 2 HORTON, Robin. African traditional thought and Western science. *África*, v. 37, n. 02, p. 155-187.

ANOTAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE QUILOMBO

*Marília Eduardo da Silva*⁴⁸

*Vanderlei Barbosa*⁴⁹

93

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo um estudo sobre conceito de quilombo desde sua origem histórica na África até as novas estruturas dos quilombos contemporâneos. As discussões aqui apresentadas estão voltadas a identidade dos descendentes quilombolas com o intuito de superar as concepções de senso comum ainda enraizadas na sociedade contemporânea sobre a escravidão. Uma das características já evidentes na civilização emergente é justamente a propensão à resistência, tentando provocar reflexões sobre um passado ainda muito presente no que tange a questão dos negros no mundo e, particularmente Brasil. Para ancorar, teoricamente, nossos argumentos tomamos por base Kabengele Munanga (2009/1996) e Ilka Boaventura Leite (2000/1999). A escolha pelos teóricos em tela se justifica por que são referências na pesquisa do tema em questão.

PALAVRAS-CHAVE: quilombo; Conceito; Historiografia.

DOI: 10.46696/issn1983-2354.RAA.2020v13n37.dossieeduchist93-107

⁴⁸. Mestranda em Educação, UFLA. E-mail: mariliaeduardo10@hotmail.com

⁴⁹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: vanderleibarbosa@ufla.br

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é realizar um levantamento histórico sobre o conceito de Quilombo em diferentes contextos históricos, o quilombo como abrigo de escravos negros fugidos. Para lastrear nossa reflexão, com base em dois estudos de Kabengele Munanga, intitulados, respectivamente, *Origem e histórico do quilombo na África e Origens Africanas do Brasil Contemporâneo: Histórias, Línguas, Culturas e Civilizações* e dois artigos de Ilka Boaventura Leite, *Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas* e *Quilombos e Quilombolas: cidadania ou folclorização?* São exponentes da área que nos dão os fundamentos para compreendermos o conceito de Quilombo que se originou na África; seu trajeto até a chegada em terras brasileiras e a história da escravidão no Brasil, bem como o conceito de miscigenação como ideologia de uma democracia racial. Assim, a partir destes textos podemos explicitar historicamente os conceitos centras da temática, a saber: quilombo, miscigenação, ideologia, democracia racial.

Mas antes de focar nas análises históricas e conceituais dos autores em tela, quero apresentar as razões que me levaram a empreender essa pesquisa. As motivações foram definidas pelas repercussões de minha própria trajetória e experiência existenciais. Para mim, falar sobre os quilombos é contextualizar uma história que ainda tem cicatrizes expostas em nossa sociedade. Portanto, este estudo busca, em primeiro lugar, entender o que sabemos sobre os quilombos existentes, sobre sua história, sua memória e refletir sobre a escassa representatividade dos sujeitos quilombolas nos ambientes acadêmicos⁵⁰.

Começo com um relato pessoal: – Certo dia estava em casa, entre meus afazeres, passei o olho na televisão e ao escutar uma reportagem sobre escravidão, ela me chamou atenção. Não me recordo o canal, mas dos dizeres do entrevistado não me esqueço. Um rapaz negro, vinte e poucos anos, fala altiva, como em um discurso disse assim: Falam que a escravidão não foi bem como dizem..., mas eu te pergunto: quem, se não os negros, que têm mais de três gerações de analfabetos na família, podem falar com conhecimento de causa desta realidade?⁵¹ E prosseguiu: Na minha família, eu sou o primeiro a conseguir fazer uma faculdade, pois meu pai, minha mãe, minha vó, minha bisavó eram todos analfabetos!

A partir dos dizeres deste jovem, início provocando uma inquietação: Se um dia alguém dissesse que você não tem direito de adentrar uma sala de aula, de frequentar uma escola, o que você faria? Com certeza hoje buscaria seus direitos, mas, e quando não tem onde buscar esse direito ou quando esse direito negado é amparado por lei? Isso é apenas para retratar um pouco sobre os mais de três séculos em que os negros e seus descendentes dedicaram a servir e a não ser vistos como pessoas e/ou cidadãos de direitos em nosso país.

Esse relato, coloca questões inequívocas das mazelas deixadas pela escravidão e que perdura mesmo após o processo de Abolição. O banimento da escravidão não garantiu

⁵⁰ Este artigo é parte da pesquisa de mestrado intitulada: 1% DE INCLUSÃO DO QUILOMBO À UNIVERSIDADE: histórias, trajetórias e vivências, do Programa de Pós Graduação em Educação/ Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal de Lavras (UFLA), MG. Sob orientação do Doutor e Professor Vanderlei Barbosa.

⁵¹ Segundo Espíndola, Ghiraldello e Almeida (2006), a questão do analfabetismo iniciou-se na sociedade colonial, onde não havia nenhuma preocupação em educar ou catequizar filhos de escravos. A educação dos negros não era um objetivo a ser alcançado. Para mais informações, consultar o texto no capítulo “Educação da Colônia”.

medidas de integração social e econômica para os negros libertos que, ainda hoje, buscam se encaixar nesta sociedade construída politicamente pela supremacia colonial branca. Este estudo, à luz da história, tem o objetivo de provocar a reflexão sobre a história dos ancestrais africanos escravizados e que afeta ainda hoje seus descendentes.

Como roteiro de nossa exposição, as considerações serão divididas em duas partes: na primeira, sobre a origem e o conceito de quilombo e, na segunda, as perspectivas quilombolas na realidade brasileira.

SOBRE A ORIGEM E O CONCEITO DE QUILOMBO

Para Kabengele Munanga (1996), Quilombo é uma palavra de origem africana dos povos de línguas bantu⁵² (kilombo, aportuguesado, se traduz por quilombo que significa povoação ou fortaleza. Os quilombos, originários do continente africano, reafirma a constatação da base de nascidos da África, mais precisamente da Angola.

Assim, conforme os levantamentos de Munanga (1996), os quilombos ampliam sua função além da iniciação e passam a ser lugares próprios para o ritual de incorporação de grupos onde também se encontram jovens de outras etnias, treinamento para a guerra.

Os antepassados dos povos que falam idiomas bantu partiram provavelmente do centro da Nigéria, em direção ao sul e sudeste da África, possivelmente utilizassem instrumentos de ferro para abrir caminho através da floresta equatorial.

Segundo Munanga (1996), os quilombos africanos dão nome aos acampamentos e vilas de resistência na diáspora⁵³ aberta a todos sem distinção de pertencimento. O que retratam a presença desses povos bantu no Brasil é o fato desses membros terem sido trazidos e escravizados nesta terra. A marca na liderança desses movimentos de fuga não nega a presença da liderança e organização de indivíduos escravizados oriundos da região bantu, em especial de Angola, onde se desenvolveu o quilombo. Eis suas palavras (MUNANGA, 1996, p .63):

[...] o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das

⁵² Para entender e captar o sentido da formação dos quilombos no Brasil, precisamos conhecer o que aconteceu nessas regiões africanas de áreas bantu nos séculos XVI e XVII. Por isso, a própria palavra bantu mereceria, antes, algumas linhas de explicação. Com efeito, Bantu, que hoje designa uma área geográfica contígua e um complexo cultural específico dentro da África negra, é uma palavra herdada dos estudos lingüísticos ocidentais. Os estudiosos das línguas faladas no continente africano (Guthrie, Greenberg, etc.), ao fazer estudos comparativos dessas línguas, a partir do modelo das línguas indo-européias, chegaram a classificá-las em algumas famílias principais, entre as quais a família das línguas bantu [...] Por isso, essas línguas foram batizadas de bantu pelos lingüistas ocidentais. A mesma palavra passou a identificar os povos que falam essas línguas enquanto um complexo cultural ou civilizatório, devido à contigüidade territorial e aos múltiplos contatos, mestiçagens e empréstimos facilitados pela proximidade geográfica entre eles (MUNANGA, 1996, pg 58, 59).

⁵³ Esta palavra vem do grego e significa literalmente dispersão. Na história do povo judeu o conceito diáspora foi utilizado para fazer referência à desintegração voluntária do povo judeu no século III a. C, durante o período romano, quando por razões demográficas decidiram se mudar para outros territórios como Cartago, Egito, Líbia e o Império Persa. Deve-se destacar que a ideia de diáspora não deve ser confundida com outra similar: a galut. Enquanto a galut significa o exílio forçado dos judeus ao longo da história, a diáspora se refere ao processo de dispersão geográfica (DIÁSPORA. Site: <https://conceitos.com>. Autor: Editorial Conceitos).

plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar.

Observa-se nas palavras de Munanga (1996), que Quilombo não é somente um movimento de fuga em terras brasileiras e, sim, um movimento de agrupamentos de negros que se iniciou no continente africano e se espalhou por diversos lugares onde o sistema escravocrata se instalou, porém cada grupo travou sua própria luta e escreveu sua própria história de sobrevivência, diante dos ultrajes dos donos e senhores de escravos.

Ainda aprofundando a reflexão sobre o conceito de quilombo, encontramos em Leite (1999), que o quilombo é uma expressão usada sistematicamente desde o período colonial. A autora cita uma pesquisa elaborada por Lopes, Siqueira e Nascimento (1987, p. 27-28), que corroboram as falas de Munanga (1996) de que “quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos”. A autora complementa a reflexão ao indicar que o conceito reforça: “uma reação guerreira a uma situação opressiva” (LEITE, 1999, p. 127).

O que devemos reter dessas considerações é que, mesmo com variações de interpretações, os autores concordam que o termo nasce na África, mais precisamente em Angola. E, ainda, que quando os africanos são arrancados de suas terras, eles levam consigo o espírito guerreiro “bantu, ou banto”. Assim, a história do quilombo como a dos povos bantu é uma história que envolveu povos de regiões diferentes entre Zaire e Angola.

A tradição oral, cultural e a religião marcaram, e ainda marcam, a relação de identidade entre os sujeitos pertencentes do quilombo, mas as memórias da história da África continua sendo as grandes fontes de informação e conhecimento da civilização negra. Segundo Munanga (1996), no âmbito do mito, uma dessa história começa com o príncipe e caçador Kimbinda Ilunga, que partiu com seus seguidores em busca de novo território onde a morte de um herdeiro de um herdeiro de trono criou conflitos para a sucessão. Em África havia reinados que, como em qualquer outro lugar no mundo, a disputa pelo poder era conflitante mesmo entre consanguíneos.

Observando esta historiografia, podemos evidenciar dois aspectos interessantes nas falas de Munanga: primeiro, que o conceito africano de quilombo se origina nas migrações de grupos em busca de novos territórios, de alianças políticas entre grupos alheios, na busca pelo poder; em segundo, o que chama atenção é que a constituição do conceito de “quilombo” que se origina na África vêm com a concepção de negros que saíam em busca de territórios, contrapondo aos termos enraizados em terras brasileiras.

Nesta perspectiva o quilombo brasileiro é certamente uma cópia reconstituída pelos escravizados para fazer oposição ao sistema escravocrata. Neste sentido, cabe afirmar que a organização e a liderança da cultura bantu sejam os maiores empréstimos culturais para os quilombos brasileiros que, mesmo com diversas influências, a pureza da cultura bantu sobrevive a modelos ideológicos excludentes (MUNANGA, 1996).

De acordo, ainda, com as pesquisas de Munanga (2009), existiram mais de duas mil comunidades quilombolas, possuindo mais de dois milhões de habitantes, sendo que o Quilombo dos Palmares foi o mais conhecido, tendo recebido mais de trinta expedições para derrubá-lo por iniciativas de Portugal e Holanda.

Neste cenário, é de suma importância as falas de Galeano (1999), onde constata que os quilombolas organizaram o reino de Palmares, na parte do nordeste do Brasil que, estendia desde as vizinhanças do Cabo de Santo, em Pernambuco Agostinho, até o norte do Rio São Francisco, em Alagoas. O quilombo teria a extensão da terça parte do território de Portugal, rodeado por florestas selvagens.

Como evidencia Munanga (2009) sobre as diversas expedições para atacar Palmares, Galeano corrobora com as afirmações dizendo que vários foram os ataques à Palmares, mas que: “das dezenas de expedições militares que se lançaram para abatê-lo, uma atrás da outra, os holandeses e portugueses. As investidas de milhares de soldados nada podiam contra as táticas guerrilheiras que tornaram invencível, até 1693 (GALEANO, 1999, p. 59)”.

É considerável recordar-se que, cultivados pela experiência de seus ancestrais, no Quilombo dos Palmares, os quilombolas cultivavam com êxito milho, batata, mandioca, banana, feijões etc., uma policultura que era partilhada e por esta questão, virara alvo da destruição dos colonialistas que, apesar da abundância das plantações açucareiras, padeciam de outros alimentos (GALEANO, 1999).

Segundo a histografia, a extensão dos ataques teve uma batalha final para o líder e guerreiro Zumbi, ou Zumbi de Palmares como ficou eternizado. A coroa portuguesa mobilizou o maior exército conhecido e, nada menos que dez mil pessoas defenderam Palmares. Dois anos depois, o chefe Zumbi a quem os escravizados intitulavam imortal, não pode escapar a traição e morreu em meio a selva, cortaram-lhe a cabeça (GALEANO, 1999).

Sobre essas considerações, Munanga corrobora com Galeano, dizendo que: “Zumbi, líder do quilombo dos Palmares, foi morto em 1695, quase no fim do século XVII (MUNANGA, 1996, p. 63)”

No artigo, *Quilombos e Quilombolas: cidadania ou folclorização?* a autora esclarece que existe uma distorção do conceito e, essa folclorização do termo quilombo é como uma arma ágil e cortante entre a reflexão e o ensurdecimento dos afrodescendentes que distorce a identidade do quilombola. A generalização do termo; segundo a autora, “[...] teria gerado uma dificuldade dos historiadores em ver o fenômeno enquanto dimensão política de uma formação social diversa (LEITE, 1999, p. 128)”. Leite (1999) esboça em três momentos, situações que vivenciou e que indicam a força de como essa folclorização se estabelece como reconhecimento na sociedade.

No primeiro momento: um dos episódios referidos, aconteceu durante as comemorações dos 300 anos de Zumbi dos Palmares quando um professor solicita que a autora indicasse a ele “um quilombo, um quilombo verdadeiro” (grifo da autora).

No segundo momento: a abordaram no aeroporto ao comprar uma passagem e, um funcionário da empresa veio lhe perguntar: “o que é um remanescente de quilombo?” Sem sucesso nas suas explicações sobre todo contexto da história da trajetória dos negros no Brasil, a Abolição e suas consequências, o mesmo a indagou se saberia identificar um remanescente quilombola entre tantos passageiros de um voo?

O terceiro momento: ocorre pela divulgação de um documento da Fundação Cultural Palmares, durante um simpósio promovido pelo Ministério da Cultura, intitulado Rota do Escravo. O projeto em questão tratava de uma rota e mapeamento com propósito turístico, ecológico-cultural a quilombos.

Os casos relatados pela autora só reafirmam a triste realidade de que a cada dia as memórias e as histórias da população negra vão se distanciando propositalmente por sistemas e governantes que tentam encobrir uma desigualdade, um racismo existente e evidente em nossa sociedade. Nesta questão a autora adverte: exposição turística, especulativa ao invés da promoção da formação de cidadãos. Nos quilombos ainda existentes, os sujeitos históricos muitas vezes se escondem, se isolam em meio a discursos diversos de “democracia”, temem por serem protagonistas de histórias vinculadas a escravidão e, nesta perspectiva (Leite, 1999), descreve que estas comunidades sobreviventes chegam no momento atual para mostrar sobre uma história que ainda não findou. Diz a autora (LEITE, 1999, p. 141):

[...] o quilombo chega até os dias atuais para falar de algo ainda por se resolver, por se definir, que é a própria cidadania para estes grupos. É, portanto, e antes de tudo, uma luta brasileira, nacional, iniciada ainda nos primeiros quilombos no período colonial, nos ajuntamentos, mocambos, moquifos, favelas, ganhando forma através de conspirações, fuxicos, boicotes, rebeliões, revoltas armadas e simples conversas entre supostos aliados, constituindo-se através de inúmeras formas de resistência, associação, aliança, solidariedade recíproca, não evidentemente sem conflito, mas gestadas pela luta pelo desejo de mudança.

Com frequência nos surpreendemos com o fato de que, ao falarmos sobre “quilombo”, as pessoas se referem como algo que está ligado ao passado, como a fuga de escravos, ou em processo de desaparecimento. E, a perspectiva sobre a existência dos mesmos, compreendem como unidade fechada, igualitária e totalmente restritiva. Isso faz com que os nascentes destas comunidades se escondam por trás de suas próprias identidades. Estes grupos não conseguem uma identidade politicamente construída no presente pelo esforço que delimitam à autodenominação do passado a exemplo de Palmares, como nos afirma Leite (2000, p. 341) a autora:

[...] o significado de quilombo que predominou foi a versão do Quilombo de Palmares como unidade guerreira constituído a partir de um suposto isolamento e auto-suficiência. Parecia difícil compreender uma demanda por regularização fundiária a partir de tal conceito. Foi necessário relativizar a própria noção de quilombo para depois resgatá-lo em seu papel modelar, como inspiração política para os movimentos sociais contemporâneos.

É conveniente recordarmos que os quilombos vêm sendo associados à luta contra o racismo e as lutas e políticas de reconhecimento da população quilombola desde a Abolição da Escravatura institucionalizada em 1888. As trajetórias narradas apontam as expropriações de terras, sistema de grilagem e as diversas tentativas de reconstrução destes vínculos que, como resultados estas ações se manifestam contra a própria identidade negra como uma identidade singular. A Abolição que não resultou, para os negros, em uma inserção na sociedade. Como já vimos nos relatos os quilombos e os quilombolas nunca tiveram reconhecimento perante a lei, a não ser como refúgio para escravos e negros fugitivos que culminou historicamente para seus descendentes.

As políticas de reconhecimento da população afro-brasileira, só tardiamente irá receber apoio de diversas áreas, de colaboradores comprometidos com os Direitos Humanos. Precisamente, a partir da década de 1980, passou a ser veiculada no Brasil ações para se referir às áreas territoriais onde passaram a viver os escravos africanos refugiados e seus descendentes no período de transição que culminou com a Abolição, em 1888. A partir deste momento, além de apresentar um amplo processo incompleto de nacionalidade, veio reacender os anseios por ações e políticas públicas visando reconhecimento e garantia dos direitos territoriais. Segundo Leite (2008), as terras dos quilombos “foram consideradas

parte do patrimônio cultural desses grupos negros e, como tal, deveriam ser alvo de proteção por parte do Estado (LEITE, 2008, p. 969)”.

Ainda conforme Leite, as organizações de movimentos negros, como parte da própria reflexão do centenário da Abolição da escravidão no país, levaram para Assembleia Constituinte de 1988⁵⁴, as aprovações institucionais de reparação à opressão histórica sofrida pela população negra. Entre os dispositivos legais aos afrodescendentes, pontuaram as seguintes considerações referentes aos quilombos:

- 1 - Quilombo como direito a terra, como suporte de residência e sustentabilidade há muito almejadadas nas diversas unidades de agregação das famílias e dos núcleos populacionais compostos majoritariamente, mas não exclusivamente de afrodescendentes.
- 2- Quilombo como um conjunto de ações em políticas públicas e ampliação de cidadania, entendidas em suas várias dimensões.
- 3- Quilombo como um conjunto de ações de proteção às manifestações culturais específicas (LEITE, 2008, p. 970)

Nota-se que não houve anteriormente qualquer legislação institucional, antes da Constituinte de 1988 que incorporasse os negros como cidadãos de direito, somente um século do pós-abolição, na Assembleia Nacional Constituinte de 1988 é que a população negra brasileira, por fim foi reconhecida. Os negros enfim adquirem plena condição de direitos na Constituição que “dá garantia da posse e do usufruto das riquezas do solo, do subsolo e das terras nas quais exercem uma ocupação há sucessivas gerações” (LEITE, 2008, p. 970).

A esse respeito, Gomes e Rodrigues (2018), pontuam que para o movimento negro, a Constituinte de 1988 não complementa a reivindicação por medidas compensatórias, em especial voltadas à implantação do princípio constitucional sobre as pessoas ou grupos vítimas de discriminação comprovada além das reivindicações socioculturais e educacionais. Por isso foi apresentada propostas que poderiam remediar um pouco a situação. No caso da educação; os autores afirmam que, resultados de muitas pressões e

54 É a constituição resultante da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. A Constituição de 88 se caracteriza essencialmente pela ampliação dos direitos e garantias individuais, e tem como ponto focal evitar retrocessos institucionais. Isso porque foi criada em um momento crucial para a democracia brasileira: o período pós regime-militar, período de 21 anos em que houve uma forte restrição de direitos civis e políticos no país. Sendo a sétima constituição adotada no Brasil, e a sexta, considerando somente o período republicano, foi elaborada e debatida durante 20 meses por 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais) que integraram a Assembleia Nacional Constituinte. Em meio a políticos, integraram a Constituinte representantes da sociedade civil, com organizações de classe, entidades sociais e religiosas, e lideranças indígenas. O principal objetivo dos artigos era combater a desigualdade social do país, instalada no Brasil desde há muitos anos. Os primeiros artigos, não por acaso, são aqueles que cuidam dos "direitos sociais", tocando em questões como: saúde, alimentação, educação, moradia, trabalho, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à infância e melhores condições á maternidade, e assistência a moradores de rua e desamparados em geral. Para que esses princípios fossem colocados em prática, algumas políticas públicas nacionais foram reformadas ou criadas, ficando à cargo de cada ente federativo (União, estado e municípios) assumir responsabilidades em determinadas áreas. Assembleia Nacional Constituinte de 1987. WIKIPÉDIA, Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Assembleia_Nacional_Constituinte_de_1987&oldid=58765346>. Acesso em: 14 jul. 2020.

reivindicações, mesmo que com limitações, há avanços importantes para o enfrentamento desse problema da desigualdade racial⁵⁵.

A Constituinte de 1988 é resultado das lutas destes movimentos e, quando foi alcançado esse direito, automaticamente os deveres do Estado e as pendências existentes com as questões dos negros emergiram. As terras pertencentes aos quilombos que antes parecia ser problemas invisíveis, à partir da Constituinte de 1988 passou a ter maior atenção e pressão por parte dos movimentos sociais. A visibilidade dos negros e afrodescendentes agora reconhecidos como cidadãos de direitos, proporcionou o ressurgimento de novos sujeitos sociais, ampliando e renovando novas exigências quanto as garantias das pessoas de identidade negra. Ao mesmo tempo, esses movimentos permitiram um diálogo com outras manifestações e lutas sociais, trazendo uma nova perspectiva de “quilombos contemporâneos”. Estes sujeitos surgem agora se identificando à sua história que antes negavam ou desconheciam, se juntam fortificando as raízes dos quilombos históricos, mas que hoje trazem uma nova versão do Quilombo África.

Essas novas configurações evidencia que, os quilombos hoje se integram as novas estruturas contemporâneas, que não se acomodam e se juntam em uma sociabilidade mútua, contrariando àqueles que ainda se fundamentam as falsas noções de “democracia racial”, ou o branqueamento como muitos intelectuais defenderam no início do século XIX⁵⁶, e ainda defendem, nos dias atuais, que uma sociedade com maioria genética “branca” tem maior competência civilizacional (MUNANGA, 2019).

O autor alega que questões geradas de uma auto identificação e uma auto definição, como: Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? Qual a nossa posição na sociedade? Contextualizando com outras indagações, tais como: Quem são eles? De onde vieram? Para onde vão? Qual a posição deles na sociedade? Tais questões permitirão um processo de formação de identidade coletiva. E, estes grupos sempre se identificam por um processo e, nunca por algo findado. Sobre esta questão o autor considera ainda que, a formação de identidades reforçam as novas configurações dos quilombos contemporâneos e as lutas dos negros, construindo movimentos à partir das peculiaridades de cada grupo, do passado

⁵⁵ A alteração da LDB, Lei nº 9.394/96, pela Lei nº 10.639/03, tornando

obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica; o Decreto nº 4.887/03, que regulamenta procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT); a Lei nº 12.288, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; a lei de cotas sociorraciais nas Instituições Federais de Ensino Superior pela Lei nº 12.711/12; lei de cotas raciais nos concursos públicos pela Lei nº 12.990/14; a Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 08/2012 e o Parecer CNE/CEB nº16/2012, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, pelo Governo Federal, e todos os desdobramentos das políticas de igualdade racial nos estados, nos municípios e no Distrito Federal, têm respaldo legal na CF/88 (GOMES E RODRIGUES, 2018, p. 942)

⁵⁶ No século XXI, as visões do quilombo ressurgem e se ampliam como uma forma de apresentar uma luta contra a continuidade de uma ideologia de embranquecimento e reforça as lutas contra a exclusão dos negros. Munanga descreve que a mestiçagem começou a ser considerada por alguns como um mal necessário para o embranquecimento do Brasil, que anteriormente era inconveniente, mas agora ressoa como prova da democracia racial brasileira, quando aponta “[...] a imagem de um Brasil construído sobre relações harmoniosas entre brancos e as outras raças até então consideradas como inferiores, sendo a mestiçagem essa prova eloquente da harmonia entre as raças” (MUNANGA, 2015, p. 30).

histórico de seus ancestrais escravizados; no presente a situação dos excluídos das posições sociais, de oportunidades e direitos como cidadãos (MUNANGA, 2019).

Nestes contextos, o conceito de QUILOMBO ganha novas perspectivas, além de lugar onde se abrigava escravos fugidos. Podemos então afirmar que, os novos quilombos contemporâneos são a nova exposição de agrupamentos à partir de um conceito histórico de resistência, de território e de fuga e nos dias atuais ganha novas perspectivas. Para esta práxis, Leite cunhou o conceito de Aquilombar-se para explicar estes movimentos contemporâneos:

[...] aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Vem, agora, iluminar uma parte do passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas onde os negros são a maioria dos socialmente excluídos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada (LEITE, 2000, p. 349).

De acordo com a autora, a “ressemantização” do conceito de quilombo; ou seja, o renomear do sentido, vem para articular com as novas comunidades, agrupamentos e/ou movimentos de diversos setores da sociedade civil que se identificam à partir de suas experiências e vivências⁵⁷. Também nos aponta a autora que, apesar da força simbólica lançada na Constituinte de 1988⁵⁸, o projeto de cidadania dos negros encontra-se ameaçado, porque o processo esbarra-se nos interesses das elites economicamente envolvidas e em governanças antissociais. E, portanto afirma ainda a autora que para além da identidade negra que está congelada ao sujeito ou por uma cultura ainda enraizada, a noção de coletividade é que conduz ao reconhecimento (LEITE, 2000).

Em suma, estas linhas tentam explicar a compreensão histórica sobre o conceito de quilombo desde sua origem, visando a construção da identidade dos negros.

Compreende-se que o conceito de quilombo⁵⁹ no Brasil, passou por uma transformação histórica, cultural e racial desde a África. Essa transformação iniciou-se desde quando os africanos foram capturados, sequestrados, e tirados de sua terra. Os quilombos aqui

⁵⁷ Nascimento (1985), vai nos ajudar a compreender que, as formas de resistências passou a ser o sinônimo de afirmações para pesquisas, debates; ou seja, coisa de negro. Mas a autora ressalta que, cada quilombo é definido pelo seu contexto, estrutura, cultura, etc. E, com isso ela afirma que, quilombos contemporâneos, ou como ela mesmo cita como de grande porte encontram-se em morros e periferias e favelas, e afirma que: “[...] o quilombo redefine variando conforme a área geográfica, a repressão oficial e a diversidade étnica, que se torna cada vez mais comum quanto foi a política negreira de misturar povos de origens diversas” (NASCIMENTO, 1985, p. 45).

⁵⁸ Ora, mesmo a partir da Constituinte de 1988 colocar a inclusão do negro como cidadão de direitos, as desvantagens da população negra e, em especial, no que diz respeito à construção de uma identidade política coletiva, ainda persistem. No que se refere à importância de construção da identidade negra, os quilombos contemporâneos, lutam pelo reconhecimento e reconstrução de sua identidade racial e cultural, que serviram de base para a formação do povo brasileiro.

⁵⁹ O sistema escravista que por três séculos manteve ativo a comercialização e opressão de negros, repudiava qualquer atitude destes escravos que não fosse a de ser subalternos. O conceito de quilombo enraizado no histórico brasileiro é o que desqualifica o negro há um sujeito sem identidade, sem raízes, sem história, sem memória.

constituídos, ainda que trazem parte da herança cultural dos africanos, os contextos e lutas fizeram com que eles se reorganizassem enquanto escravizados.

Portanto os quilombos contemporâneos que se movimentam em busca de novos territórios ou novos lugares na sociedade, faz evidência aos primeiros quilombos da África que, passam a ser lugares próprios para um ritual de incorporação de grupos, de sujeitos de variadas religiosidades, cultura e etnia. Estes quilombos contemporâneos que mantêm acesa as memórias africanas, podemos encontrar nas folias de reis, no carnaval, nas favelas, no candomblé, na congada entre outros. São os “quilombolas” do século XXI, que revivem a história africana através da arte, da cultura, da religião e da representatividade negra na sociedade.

PERSPECTIVAS QUILOMBOLAS NA REALIDADE BRASILEIRA

A década de 80 tornou-se um marco jurídico-institucional a questão quilombola: o reconhecimento do negro como cidadão de direitos à partir da constituição de 1988, e muitas outras leis foram consolidando os lastros de reconhecimento dos negros juridicamente. Mas, ainda temos muito o que avançar em pontos importantíssimos de inserção como nas esferas sociais, culturais e étnicas. O conceito de “aquilombar-se”, descreve de forma efetiva as ações que deverão orientar as pesquisas sobre os quilombos contemporâneos em nosso contexto.

O Brasil é considerado o país com mais população de ascendência africana⁶⁰. Um dos desafios impostos para a sociedade atual à partir de um esforço de acabar com um sistema que por muito tempo foi opressor é, sobretudo, colocar uma energia adicional para dar visibilidade dentro de um país africanizado e invisível do Brasil Contemporâneo.

A partir desses dois aspectos – marco jurídico-institucional em que a população é maioria de ascendência africana – queremos agora refletir sobre a história dos negros no Brasil. É de suma importância compreender a realidade para transformá-la. Essa é nossa tarefa enquanto pesquisadores da escravidão e seus ecos que ainda ressoam no mundo contemporâneos. Para tanto, tomaremos como base de nossa reflexão dados históricos do pensador Kabengele Munanga e dados histórico-afetivos de relatos de personagens de minha própria história, ou seja, não se trata apenas de uma reflexão abstrata e distante, mas sim de minha própria carne que teimosamente evoca a ancestralidade como fonte para reinventar a vida.

Segundo Munanga (2009), foram mais 60 milhões de africanos atingidos pelo tráfico negreiro no mundo, que durante séculos foram sequestrados, torturados, violentados, acorrentados e humilhados. Destes milhões de africanos tirados de seu continente,

⁶⁰ . Mais de 56,10% de pessoas se declaram negras. Este é os dados segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Dados do IBGE apresentam, que dos 209,2 milhões de habitantes do país, 19,2 milhões se assumem como pretos, enquanto 89,7 milhões se declaram pardos. A soma de pretos e pardos são, portanto, a maioria da população Para mais informações consultar FOLHA UOL. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/>>. Acesso em 01 jun 2020.

acreditasse que só o Brasil tenha recebido 5 milhões⁶¹. Três áreas da África abastecia o comércio dos africanos para o Brasil, a área ocidental, a área do Sudão ocidental ou islamismo e a área dos povos de língua banta, estando nestes as maiores referências culturais, como os quilombos, originários do Banto de Congo e Angola.

Munanga afirma que até o desembarque no Brasil, várias etapas eram atravessadas, como relata a seguir:

[...] cinco etapas terríveis marcavam esta trajetória do tráfico: 1) captura dos nativos no interior da África; 2) transferência para os portos da costa africana; 3) armazenamento nesses portos, onde os negros aguardavam a chegada dos navios negreiros; 4) transporte para outros países nos navios tumbeiros; e 5) armazenamento nos portos de desembarque, onde eram recuperados e vendidos (MUNANGA, 2009, 81).

Segundo o autor, em todas as etapas era alto o número de mortalidade, por volta de 50%. Outros autores como Freyre, fala destas etapas e inclui também a marcação na pele dos escravizados que, se daria a partir de uma ferramenta de ferro quente e, este ficaria marcado para seu futuro senhor, onde esclarece que: “traços pelos quais facilmente se apanhava o negro fugido eram as tatuagens, os talhos, as marcas de fogo de tribo ou ‘nação’ africanas de sua origem, os sinais de ferro quente dos compradores (Freyre, 1979, p. 35)”. Este ferro seria mergulhado em azeite quente para que não grudasse na pele e, esta marca seria um registro primeiramente de seu sequestrador e posteriormente de seu senhor (Freyre, 1979).

Esta etapa geralmente era feita ainda em terras africanas, antes do embarque e após esta etapa, eram amontoados no navio negreiro. Munanga entre outros historiadores concordam que a pior invenção da humanidade foi o navio negreiro. Mesmo com livros e relatos contatos a gerações que evidenciam as dores que passaram estes africanos nos porões destes navios rumo a uma terra desconhecida para serem escravizados, é impossível que se chegue perto da realidade vivida por eles.

Assim nos relata Sidnéia Santos historiadora que participou do documentário Ecos da Escravidão ao descrever que quando os escravos chegavam aqui nos portuários brasileiros, os africanos eram tratados como bichos, “os que chegavam com um pouco mais fortes eram levados a uma casa de engorda e os que chegavam com a saúde mais debilitada, eram jogados em valas para morrer juntos a corpos de outros irmãos (Santos, 2015)”.

Merced Guimarães do Instituto de Pesquisa Memória Pretos Novos reafirma os maus-tratos quando também em seu depoimento relata sobre sua experiência quando comprou uma propriedade nas proximidades do Cais do Valongo; no Rio de Janeiro em 1996. Ela aponta em entrevista que: “foi surpreendente quando encontrou ossadas humanas e, inclusive de crianças e pensava ser a princípio de uma família (Guimarães, 2015). Após investigações, constatou que se tratava do Cemitério dos Pretos Novos; que, segundo o documentário, acredita-se que tenha mais de 50.000 corpos de africanos que não resistiram a viagem da

⁶¹ Os africanos foram sequestrados, arrancados de suas raízes, de suas famílias para serem escravizados, em um sistema de comércio humano que; segundo historiadores do documentário Ecos da Escravidão, mais de 300 anos de sistema escravista com todos os tipos de atrocidades contra os escravos negros e seus descendentes. Eram todos os níveis e tipos de escravos, desde camponeses, professores, comerciantes e até pessoas da alta hierarquia africana. 46% de toda carga escravista de todo comércio das Américas foram trazidas e comercializadas no Brasil ininterruptamente entre os séculos XVI e XIX.

África as terras Guaranis. “*Isso é o holocausto carioca, o holocausto negro carioca*” (GUIMARÃES, 2015)

Segundo o historiador Marcus Carvalho, da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), que também participou do documentário, assegurou que o Estado de Pernambuco foi o campeão em recebimento de escravos e foi onde começou a Escravidão no Brasil. Nos relatos do historiador, o Estado ainda carrega a marca vergonhosa de receber permanentemente escravos trazidos da África desde o século XVI até o século XIX permanentemente.

104

Foram séculos de trabalho escravo, famílias nascendo, criando descendentes e morrendo como escravizados. Descendências inteiras condenadas a uma vida e a um tratamento de exclusão de direitos. O relato de Carvalho (2015) vem de encontro com muitos estudos que indicam ainda uma comercialização de africanos mesmo após Abolição.

Segundo João José Reis, historiador da UFBA (Universidade Federal da Bahia) que cooperou nas falas do documentário acima citado, os escravos fugitivos buscavam local para se refugiar e foi quando surgiu os quilombos no Brasil⁶².

Há autores que defendem que a escravidão não foi tão cruel como se relata e, há de se lembrar que a negros além de todo tipo de direitos negados, eram também excluídos do direito à alfabetização e por consequência os escritos sobre o sistema escravista até muito tempo seria em sua maioria por autores brancos.

É conveniente lembrar que, para constar o que muitos tentam apagar da história, em muitas cidades há ainda lugares preservados onde se castigava negros escravizados em praça pública, porões de fazendas onde abrigou vários negros e seus filhos, netos, bisnetos... Não precisa ir muito longe, basta ter um tempinho e paciência, conversar com pessoas mais idosas, mais experientes. Sempre haverá um que vai saber contar uma história que, em sua família, o pai, o avó, o tio ou do seu conhecimento alguém foi um escravizado⁶³.

E, foi dessa maneira que as memórias e histórias do Senhor Bento Rezende da Silva foram contadas. Para descrever Capitão Bento Rezende, Silva (2010) começa a dizer que foi um homem de leitura, não de necessidades acadêmicas, mas sim da leitura de mundo. Nascido em 1919, foi o décimo quarto morador do Bairro Nova Lavras, em Lavras. MG. Por volta do ano de 1947, mudou-se para o endereço onde ainda é da família. Mas, antes de mudar-se com sua esposa Rosa Madalena, serviu ao país na segunda Guerra Mundial. Aos dezesseis anos de idade, foi professor rural. Entre uma história e outra revelou que seu avó fora escravo. Uma delas marcou muito minha trajetória como pesquisadora, pois desde que ouvi

⁶² Na matéria relatada no documentário são trazidos vários acontecimentos que marcaram a trajetória dos negros escravizados e que influenciam diretamente também a nossa história ainda nos dias atuais.

O processo mais marcante desta história foram as fugas dos negros como forma de resistência e busca insaciável pela liberdade. Uma ruptura em todo o sistema até então sistematicamente marcado pela superioridade incontestável dos brancos. Sem esperança, sem um raio de luz para dias melhores, muitos se arriscavam a talvez perder a própria vida do que terminar os dias em uma senzala. Acredita-se que provavelmente poucos escravos não tinha em seu currículo a tentativa de pelo menos uma fuga (Reis, 2015)

⁶³ Com dedicação e curiosidade de um bom historiador e amante de uma boa prosa, meu cunhado eternizou belas histórias do meu sogro Capitão Bento Rezende que com sua memória incomparável, nos presenteou com suas histórias.

pela primeira vez e, lendo após a transcrição do professor José Bento, meus sentimentos de dor pelos meus irmãos, os arrepios ainda são os mesmos. Este relato foi sobre João Viana, um senhor de escravos que está citado no livro “Um filho de Lavras”.

A fazenda de Viana, como era chamado, ficava na região entre Lavras e Perdões e sua trajetória de maldade era tamanha que suas histórias ainda hoje são contadas. Neste trecho em destaque, o autor privilegiou as fontes orais para dar vida ao reconhecimento histórico, onde podemos destacar os relatos do Capitão Bento que assim contou em detalhes:

[...] residia uma senhora idosa, lúcida, sempre disposta e com boa saúde, que contava casos ocorridos, assistidos por seus avós, do famoso Viana. Dizia ela que sua avó era cozinheira da fazenda; que certo dia ele dissera ao capataz que desejava experimentar a carne de um menino pequeno, de pouca idade, dentre os numerosos filhos dos escravos. Imediatamente o capataz sacrificou um menino que foi levado à cozinheira, a mando do senhor. HorrORIZADA, ela encheu o tacho, colocou no fogão para cozinhar a carne da infeliz criança; de vez em quando Viana vinha perguntar se estava cozida a carne que desejava provar. A cozinheira respondia que ainda alguns minutos seriam necessários. Num momento oportuno ela provou um pequeno pedaço. Após constatar que era ótima. Pensou consigo: ele vai matar e comer todos meus netos! Veio-lhe uma idéia salvadora: às escondidas enfiou ao fundo do tacho um pedaço de pita, que retirou e depois de uma fervura. Viana, ao provar o pedaço retirado do tacho não suportou horivelmente amargo da carne humana. Soltou horríveis blasfêmias contra a raça dos escravos, e mandou jogar fora todo conteúdo do tacho. Assim foram salvas as crianças filhas de escravos e netos da cozinheira avó da velha Maximiana, que relatava esse fato verdadeiro, dentre os inúmeros acontecidos nas fazendas no tempo do cativo (SILVA, 2010, p. 40)

Rememorando nas lembranças do Capitão Bento com seus 78 anos, relatadas por Silva (2010), e agraciadas por mim, reforço as memórias do Capitão à cerca das maldades de Viana que, segundo os descritos do autor colocara os corpos dos escravos rebeldes no alicerce de uma casa em construção. Essas maldades se estendia a esposa de Viana que, certa vez, enciumada, pediu para arrancar os dentes com alicate de uma negrinha que seu marido havia se engraçado e, na parede da sala por muito tempo ficara a trança do cabelo da pobre infeliz. Segundo Capitão Bento, o cabelo ficou por muito tempo pendurado como sinal de aviso para as demais negrinhas. Assim como o autor, também me pergunto como Capitão Bento tinha tantas memórias e conhecimentos. Sobre esta questão Silva (2010) nos esclarece que: “a tradição oral é uma das características trazidas pelos africanos, na condição de escravos, para o Brasil e que permanece ainda entre os seus descendentes (SILVA, 2010, p. 31)”.

Diante dos relatos citados acima, vemos mais uma vez um movimento pós-abolição, quando nos surpreendemos com estes fatos das últimas décadas do século XIX; que, nos repúdios do autor, despreza as leis que favoreciam os escravizados do Brasil. Observa-se que em tal perspectiva os negros recém-libertos não tinham condições, bens ou meios de acesso e aceitação perante a sociedade. De outro lado o Estado também não os amparou de forma digna e muitos permaneceram à mercê de seus fazendeiros e/ou senhores, subalternos e mendigando pela própria vida.

Em outros contextos os quilombos tomaram força como única esperança para os negros que eram humilhados dentro das fazendas, torturados dentro das senzalas. O pós-abolição e os mais de 3 séculos da morte de Zumbi de Palmares escolhido como dia da Consciência Negra; 20 de novembro, não dá sinais de uma guerra vencida, mas sim de uma batalha que ainda vigora no dias atuais com cicatrizes deixadas pelo regime escravista. Nessas discussões e implicações antropológicas estão os quilombos que, desde a sua formação,

autores e historiadores relatam seu surgimento à partir de uma resistência de escravos que fugiam em busca de uma nova vida longe do sistema opressor de seus senhores.

Sob observação de um passado bem presente, estes sujeitos que, ousaram lutar contra o sistema dominador da época colonial e que foram a base para formação destes quilombos, denominaram-se quilombolas.

Hoje no Brasil aparecem poucos destes representantes ressurgidos entre notícias e estatísticas, confinados ao valor da verdadeira histografia e identidade do quilombo, amparada a um esquecimento proposital, por falta de uma visibilidade de justiça social.

A questão se agrava ainda mais se olharmos pela questão do direito e do processo educacional. A história da educação dos negros do Brasil⁶⁴ torna ainda mais evidente a invisibilidade negra das questões políticas, sociais e democráticas de nosso país.

Afinal, o que é Quilombo? Para Barros (2007), o conceito Quilombo é polissêmico, ou seja, abriga vários significados e sentidos. Segundo o autor, a definição de Quilombo remonta ao século XVIII o sistema colonial escravista no Brasil. O autor afirma que na época, esse entendimento jurídico estava impregnado de uma visão intervencionista, baseada somente na ideia das fugas dos negros e, que essa visão do Quilombo como lugar onde se abrigava negros fugitivos ainda hoje sobrevive. O autor escreve que na data de 1740, quando o Conselho Ultramarino reportando-se ao rei de Portugal assim o definiu: "*toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele* (BARROS, 2007, p. 6).

Esta perspectiva de que o quilombo se formara somente de os escravos negros fugitivos, mantem-se ainda hoje desde as primeiras definições apresentadas e reportadas ao rei de Portugal, no século XVII, onde lê-se aos negros fugitivos a autoria desta oposição. O autor também afirma que todo grupo de 5 ou mais escravos fugitivos era considerado Quilombo (Barros, 2007).

Florentino e Amantino (2012) destacam que os quilombos poderiam ser estruturas efetivamente históricas, que podiam circunscrever-se a meras hordas e acabar em semanas, ou evoluir para a condição de comunidades autossustentáveis e cita Palmares como um exemplo de quilombos capazes de se autorreproduzir econômica e demograficamente por longos períodos e porque não dizer, por séculos.

Os autores destacam que a base dos quilombos predominava os nascidos da África, mas que lá também eram acolhidos brancos, negros, índios, entre outros, como podemos refletir em uma das afirmações onde escrevem que: "[...] em Minas Gerais detectou-se a existência de mais um grande quilombo 'muito antigo, [formado] não só de negros e mulatos fugidos, mas também de alguns brancos', (Florentino e Amantino, 2012, p. 279)".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto aqui, o conceito de Quilombo, em diferentes contextos históricos, revela a necessidade de superar a percepção que ainda prevalece no senso comum. A partir das

⁶⁴ Para Veiga (2008), a proibição legitimada da escolarização dos negros deu-se principalmente com o aumento da população negra livre. A autora reforça que a aprendizagem da leitura e da escrita dos negros desde o século XVII não necessariamente foi realizada na escola e, que ainda no século XIX, poucos estudos foram realizados que viabilizassem a outra questão que não fosse associada à escravidão e à marginalidade dos negros, e constata que "observa-se em geral certo espanto dos historiadores quanto ao fato de haver negros que soubessem ler, escrever e/ou contar (VEIGA, 2008, p. 503)".

contribuições de Kabengele Munanga e Ilka Boaventura Leite, buscamos compreender o conceito de Quilombo que se originou na África, seu trajeto até a chegada em terras brasileiras e a história da escravidão no Brasil. Temos consciência de que se trata de uma aproximação ainda incipiente da realidade dramática dos negros, sobretudo, de coragem de ousar enfrentar os grandes desafios que ainda teimam em nos intimidar.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Edir Pina de. **Quilombo ou Kilombo?** 2007. Disponível em: <https://rl.art.br/arquivos/1293864.pdf?1227193972>. Acesso em: maio 2020.
- BRITO, Debora; LIMA, Flávia. (prod.) Caminhos da reportagem | **Ecos da Escravidão. Brasília, DF, 1 vídeo (54:30)**. Publicado pela Empresa Brasil de Comunicação S.A. (EBC), TVbrasil, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xR549adx5Go&list=PLTFXa4UuP3x6WT8huaQrAOslGm3W9fZLI>. Acesso em: 03 jun 2019.
- FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 19, supl. 1, p. 259-297, Dec. 2012.
- FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2ª ed. Editora Nacional Ltda, SP. 1979.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. (Estudos Latino-americano, v. 12).
- GOMES, Nilma Lino; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Resistência Democrática: a questão racial e a Constituição Federal de 1988. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 145, p. 928-945, out/dez. 2018
- LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 965-977, set/dez. 2008.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.
- LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? **Horizontes antropológicos**, v. 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999.
- LOPES, Helena Theodoro; SIQUEIRA, José Jorge; NASCIMENTO, Beatriz. **Negro e cultura negra no Brasil**: pequena enciclopédia da cultura brasileira. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987.
- MUNANGA, Kabengele. "Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo." **Cadernos Penesb**, Niterói, v. 12, p. 343/347, 2010.
- MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, n. 28, p. 56-63, dez/fev. 1995/1996.
- MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009. 112 p.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidade).
- SILVA, José Bento Rosa da. **Um filho de Lavras**: memórias, vivências e experiências: Capitão Bento Rezende da Silva (1919-2007). Itajaí: Casa Aberta, 2010.

ALTERNATIVAS PENAIS E MARCADORES SOCIAIS: O PERFIL DOS(AS) CUMPRIDORES(AS) NO INTERIOR DA BAHIA

Michele Mota Souza⁶⁵

Rizia Kelanne Lima Cavalcante⁶⁶

Walkyria Chagas da Silva Santos⁶⁷

108

RESUMO: As alternativas penais⁶⁸ surgem como novas formas para o Estado resolver conflitos penais sem a utilização do encarceramento, e conseqüentemente, o afastamento do convívio social. O presente artigo tem como objetivo contribuir para o questionamento sobre o processo de ampliação desta modalidade de sanção, bem como problematizar os entraves e possibilidade de atuação por parte do poder público no nível estadual e municipal. O artigo é fruto de um mapeamento realizado acerca do perfil dos cumpridores(as)⁶⁹ de penas e medidas alternativas atendidos pela CEAPA70/Núcleo Cruz das Almas. A pesquisa inscreve-se particularmente no âmbito dos estudos de natureza qualitativa, com breve revisão bibliográfica. Como resultado encontrado, destaca-se que o perfil dos cumpridores(as) atendidos pela CEAPA possui similaridades com aqueles que estão encarcerados no sistema prisional.

PALAVRAS-CHAVE: CEAPA. Alternativas penais. Perfil dos cumpridores(as).

DOI: 10.46696/issn1983-2354.RAA.2020v13n37.dossieeduchist108-123

⁶⁵ Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Especialista em Especialista em Gestão da inovação e desenvolvimento regional/UFRB, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

⁶⁶ Especialista em Gestão de Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), graduada em Psicologia pela Universidade Salvador (UNIFACS), assessora técnica/psicóloga da CEAPA- Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas no município de Cruz das Almas

⁶⁷ Prof^a do Curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Doutoranda em Estado e Sociedade/UFSB, Doutoranda em Direito/UnB, Mestra em Políticas Públicas e Segurança Social/UFRB, Espec. em Direito do Estado/UFBA, Espec. em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/NEIM/UFBA, Pesquisadora associada do Centro Latino-americano de Estudos em Cultura, Integrante do MARÉ - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Cultura Jurídica e Atlântico Negro/UnB e Integrante do Coletivo Dandarás/UFSB.

⁶⁸ Seguindo a tendência de discussões atuais utilizamos a nomenclatura, sempre que possível, alternativas penais. (FONSECA, 2017).

⁶⁹ O termo cumpridor(a) é utilizado no texto para designar todos aqueles que são atendidos pela CEAPA.

70Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas. A CEAPA é o órgão que no Estado da Bahia é responsável pelo acompanhamento das penas e medidas alternativas imputadas pelo Poder Judiciário.

INTRODUÇÃO

As penas surgem enquanto vingança coletiva, fundamentada no castigo para garantir a ordem, afastar possíveis perturbações no convívio social, ou seja, amenizar os danos causados a sociedade pela ocorrência de delitos. Assim, as penas apresentavam consequências superiores aos males provocados pelos delitos, em que o corpo era marcado, espoliado e agredido com várias formas de suplício. Na metade do século XVIII, o marquês de Beccaria, traz à baila os escritos denominados “Dos delitos e das penas”, inspirados no Iluminismo. (BECCARIA, 1764).

109

Beccaria (1764) entendia que para que as penas fossem justas e observassem princípios fundamentais como a segurança e a liberdade, deveriam atender aos seguintes quesitos: a) serem fixadas em leis elaboradas por legisladores; b) ao rei só caberia elaborar leis gerais e o julgamento quanto a violação da lei não deveria ser realizado por ele; e, c) observarem a justiça e a natureza do contrato social, posto que, se fossem cruéis não seriam úteis, e portanto, não trariam benefícios para a sociedade. (BECCARIA, 1764).

Conforme Beccaria, a pena, além de ser proporcional ao delito, deveria observar questões como: aplicação da pena que satisfizesse aos anseios públicos, mas que também fosse a menos cruel para o corpo do réu. Nos séculos em que os suplícios eram a forma essencial de punir do Estado, a crueldade das penas não garantiu a redução na ocorrência de crimes. (BECCARIA, 1764).

Apenas no século XIX o suplício foi formalmente banido como forma de punição, no período entre 1830 e 1848. O corpo deixou de ser o alvo principal do sistema penal, em que o espetáculo com fogueiras e carrascos foi extinto, ou seja, a punição deixou de ser uma cena. Assim, era a certeza da punição que deveria desviar o homem do cometimento do crime e não as cenas horríveis que representavam o castigo corporal, a dor, o suplício. Porém, se o corpo sai de cena, outra parte do ser humano deveria sofrer a punição. A luz de Foucault (1999), a alma foi o novo alvo das punições, ou seja, o coração, o intelecto, a vontade, as disposições.

Assim, além dos requisitos apresentados anteriormente por Beccaria, após a extinção do suplício, a pena deveria respeitar a humanidade dos réus. O poder de punir deveria ser calculado de forma que houvesse certa “suavidade” na punição e os castigos fossem essencialmente incorpóreos. (FOUCAULT, 1999). Tudo que foi exposto até aqui diz respeito a luta pela humanização das penas para pessoas ocidentalizadas, para os brancos, posto que, se lá na Europa era momento de novos contornos da vida política e social a partir do iluminismo, no Brasil os negros estavam acorrentados a partir dos grilhões da escravização, que utilizou várias formas de tortura e suplício no corpo negro. (WOLKMER, 2003).

O cenário de suplício e punição dos corpos ainda são marcas presentes em nosso país, em nosso sistema penal⁷¹. As prisões e delegacias estão abarrotadas, não há lugar suficiente para que toda população carcerária consiga dormir, as celas são desumanas. Luiz Flávio Gomes denomina o sistema penitenciário brasileiro como sistema de barbárie, isso porque, em 2013, a taxa de ocupação dos presídios era de 1,8 presos por vaga, somente 11% dos

⁷¹ Segundo Fonseca, “O sistema penal, entendido como conjunto articulado de instâncias estatais de controle social punitivo, é estruturalmente violador de direitos. Um dos momentos de maior concentração dessas violências se materializa no espaço do cárcere. No Brasil, a dimensão dessa realidade destinada a uma parcela específica da população – pessoas pobres e negras – pode ser percebida pelos números: segundo dados oficiais de 2014, já havíamos ultrapassado a marca de 600 mil pessoas presas no território nacional (FONSECA, 2017, p. 09).

presos realizavam atividade educacional e 22% exerciam atividade laboral. Assim, os presos são afastados de atividades essenciais para o exercício da cidadania. (GOMES, 2015).

Apesar dos alardes por novas construções, a solução para melhorar a questão da violência no Brasil não está na construção de novos presídios, como demonstram os dados acima. Em 2009 tínhamos 1.806 estabelecimentos prisionais e a ocupação era de quase dois presos por vaga. No lugar de atacar o problema pelo seu nascimento e realizar reformas de ordem social e que discutam a questão racial, a partir do apelo televisivo, a população brasileira tem clamado por penas mais duras, algumas cruéis e desumanas como a pena de morte e a redução indiscriminada da maioridade penal. (BRASIL, 2015).

O cenário do cárcere no Brasil é, em qualquer indicador de qualidade de políticas públicas, um dos mais falidos do mundo. Sem desconsiderar os esforços que, nas últimas décadas⁷², foram gestados, principalmente pelo terceiro setor, no sentido de garantir mais humanização e efetividade para esta instância de poder destinada ainda que em tese, à reintegração social do corpo aprisionado, podemos afirmar que muito precisa ser feito. (BRASIL, 2015).

Dialogando com as estratégias de humanização e respeito à dignidade no trato punitivo de pessoas em conflito com a lei, verificamos as alternativas penais. Tais mecanismos representam passos de grande mérito do sistema penal, pois proporcionam o cumprimento de penas ou medidas alternativas em meio comunitário, fortalecendo os vínculos familiares e o propósito da pacificação social.

Porém, além das questões jurídicas que permeiam o cumprimento das medidas e penas alternativas, é preciso pensar nas pessoas que são atendidas, qual o seu perfil e o que essa análise permite inferir. Assim, na parte dos dados, em especial, esse trabalho dialoga com a perspectiva da Criminologia Crítica⁷³, trazendo discussões sobre raça, gênero e classe social, perspectiva que começa a ganhar força no Brasil a partir da década de 1980, introduzindo discussões sobre periferia, raça, gênero, entre outros marcadores.

Atendendo ao chamado dos novos pesquisadores⁷⁴ da Criminologia Crítica, que pretendem trazer para a centralidade os marcadores que foram diluídos e pouco estudados, o debate pretende demonstrar se os cumpridores das penas e medidas alternativas possuem perfil diferente daquele encontrado no sistema carcerário. A seletividade penal⁷⁵ atinge mais os(as) negros(as), seja no baixo acesso a serviços, seja no maior número de mortos entre

⁷² Para maiores informações acessar o relatório “ **A aplicação de penas e medidas alternativa**” (BRASIL, 2015) que faz uma retrospectiva desde 2000.

⁷³ Na década de 1970 os estudos diluíram a questão racial na categoria de luta de classe, o debate racial só ganha força nos estudos da Criminologia Crítica no Brasil, de 1980 a 2000, quando as pesquisas começam a se aproximar dos debates estabelecidos por autoras latino-americanas, brasileiras e pelo autor italiano Alexandro Baratta. (PRANDO, 2018).

⁷⁴ PIRES, 2017.

⁷⁵ Porém, segundo Thula Pires, não basta dizer que há seletividade racial e de gênero nas ações dos órgãos de justiça criminal, esse problema não é dos negros, “é um problema da hierarquização racista, sexista, classista, cristã e heteronormativa que por aqui se estruturou [...] A herança branca da escravidão só pode ser resguardada em um contexto que reforça a inferioridade negra, bem como sua memória, saberes e agência”(PIRES, 2017, P. 546).

jovens⁷⁶, seja no sistema de encarceramento. A raça⁷⁷ atua como fator de seletividade também nas penas e medidas alternativas?

Utilizando o espaço sócio-ocupacional de trabalho, a CEAPA do município de Cruz das Almas, o presente estudo versa sobre características expressivas relacionadas ao perfil dos(as) cumpridores(as) destas modalidades de punição alternativa aos presídios. O presente trabalho divide-se em duas sessões. A princípio, será apresentado um breve histórico do sistema punitivo no Brasil, a fim de situar a discussão, de modo sequencial, será apontado o contexto em que se circunscreve as penas e medidas alternativas, e a análise das alternativas penais enquanto garantidoras de direitos. Na última sessão será desenvolvida a análise e discussão dos dados encontrados a respeito do perfil dos(as) cumpridores(as) de penas e medidas alternativas da CEAPA/Núcleo Cruz das Almas. Nas considerações finais, as autoras apresentam suas opiniões e expectativas a partir das discussões teóricas e dos dados apontados no texto.

SISTEMA PUNITIVO NO BRASIL

A história do Direito Penal brasileiro pode ser dividida em: período colonial, Código Criminal do Império e período republicano. Antes da chegada dos portugueses ao Brasil a população nativa utilizava a vingança privada e conheciam, ainda que de modo empírico, o talião; havia regras consuetudinárias e as sanções eram basicamente as punições corporais sem tortura. Após a invasão dos portugueses, sendo o Brasil extensão da Coroa Portuguesa, no Período Colonial vigorou a legislação alienígena produzida em Portugal e Espanha. No início vigoraram as Ordenações Manuelinas, posteriormente vigorou o Código de D. Sebastião e as Ordenações Filipinas. Os ordenamentos foram poucos eficazes devido a necessidade de solucionar os casuísmos da colônia, ademais, o poder que os donatários possuíam fez com que cada um aplicasse o direito a partir de critério próprio. (BITENCOURT, 2012). No período colonial foram aplicadas penas cruéis, verdadeiros suplícios nas palavras de Foucault (1999). Segundo Bitencourt,

De certa forma, essa fase colonial brasileira reviveu os períodos mais obscuros, violentos e cruéis da História da Humanidade, vividos em outros continentes. Formalmente, a lei penal que deveria ser aplicada no Brasil, naquela época, era a contida nos 143 títulos do Livro V das Ordenações Filipinas, promulgadas por Filipe II, em 1603. Orientava-se no sentido de uma ampla e generalizada criminalização, com severas punições. Além do predomínio da pena de morte, utilizava outras sanções cruéis, como açoite, amputação de membros, as galés, degredo etc. Não se adotava o princípio da legalidade, ficando ao arbítrio do julgador a escolha da sanção aplicável. Esta rigorosa legislação regeu a vida brasileira por mais de dois séculos. (BITENCOURT, 2012, p. 137).

Com o advento da primeira Constituição brasileira, em 1824, surgiu a necessidade de elaborar um Código Criminal pautado nas “questões humanitárias”. Mas, conforme relatado acima, a humanidade dos negros não era reconhecida, ou seja, esses avanços não atingiram a vida dos(as) negros(as). O Código Criminal Brasileiro é o primeiro código autônomo da América Latina, foi sancionado em 1830, sendo um código de base medieval

⁷⁶ De acordo com “o Mapa da Violência, coordenado por Julio Jacobo Waiselfisz, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 24 anos no Brasil, atingindo, sobretudo, os homens, negros e pobres, moradores de favelas, morros e periferias esquecidos pelo Estado”. (FONSECA, 2017, p. 39)

⁷⁷ Apesar dos avanços no debate sobre raça e gênero nas últimas décadas, “Ainda assim, as análises produzidas têm sido confrontadas [...] por sua limitação em incorporar o debate sobre as relações raciais ao campo”. (PRANDO, 2018, p. 74).

trazia vários privilégios para os mais abastados, leia-se brancos, um exemplo era a possibilidade daquele que fazia parte das altas classes salvar-se das punições por meio de pagamento. O segundo Código foi elaborado e publicado em 1890, antes da entrada em vigor da segunda constituição, o que só ocorreu em 1891. (BITENCOURT, 2012). Em contrapartida, além da criminalização da cultura e práticas vinculadas a população negra, no código constava a criminalização do curandeirismo, eram publicadas leis que criminalizavam a vadiagem e capoeira (SERAFIM, 2009) e o pito do pango⁷⁸.

O código foi considerado atrasado, e após vários projetos com o objetivo de extinguir as leis derivadas do Código de 1890, em 1940 é sancionado por decreto o novo Código Penal, entrando em vigor em 1942, encontra-se em vigor, apesar das diversas reformas realizadas no período.

Nas diversas reformas realizadas no Código Penal de 1940, ocorrem avanços quanto as penas aplicadas, porém, a falta de infraestrutura do sistema penitenciário, bem como a ausência de apoio financeiro e social têm evitado maiores avanços na aplicação das penas alternativas⁷⁹, consagradas há muito nos países da Europa. Tais avanços ocorreram preponderantemente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A Lei nº 9.099/95 os Juizados Especiais Criminais, trazem a possibilidade da aplicação do processo penal de consenso nos casos de delitos de menor potencial ofensivo, os quais abrangem as contravenções penais e crimes cuja pena máxima atinja o limite de dois anos, dando-se a oportunidade para a aplicação de penas alternativas. No contexto das penas alternativas, outra lei de grande importância é a Lei nº 9.714/98, que amplia a possibilidade de aplicação

⁷⁸ “Em 4 de outubro de 1830, foi aprovada, pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Lei de Posturas, cujo § 7º consistia na Lei do “Pito do Pango”. Seu texto demonstra bem o racismo, pois começa penalizando com 3 dias de cadeia os “escravos e outras pessoas” – e os escravos eram os negros – que fumassem maconha em pequenos cachimbos de bambu com uma pequena cuia de barro na ponta, o chamado “pito do pango”. Enquanto isso, o vendedor, em geral um boticário, recebia uma multa de 20\$000. A primeira lei que criminaliza a maconha é tão racista que o comprador, que é o escravo negro, recebe uma pena mais severa que a do vendedor branco!”. (BARROS, 2018). Disponível em: < <https://midianinja.org/andrebarros/criminalizacao-racista-da-maconha/>>. Acesso em: 28 de jan. de 2020.

⁷⁹ “As manifestações insistentes que se têm ouvido, de porta-vozes do Ministério da Justiça, sobre penas alternativas, seriam alvissareiras, se viessem acompanhadas de orçamento adequado e de efetiva criação da infraestrutura necessária. Caso contrário, teremos mais um diploma legal a não ser cumprido, incentivando ainda mais a impunidade, com o conseqüente aumento da insegurança social. Criar alternativas à prisão, sem oferecer as correspondentes condições de infraestrutura para o seu cumprimento, é uma irresponsabilidade governamental que não se pode mais tolerar. Com efeito, a escassez de políticas públicas que sirvam de suporte para a progressiva diminuição da repressão penal, unida à ineficácia do sistema penal, produzem o incremento da violência e, em conseqüência, o incremento da demanda social em prol da maximização do Direito Penal. Essa foi a experiência vivida no Brasil durante alguns anos da década de 1990, pautada por uma política criminal do terror, característica do Direito Penal simbólico, patrocinada pelo liberal Congresso Nacional, sob o império da democrática Constituição de 1988, com a criação de crimes hediondos (Lei n. 8.072/90), criminalidade organizada (Lei n. 9.034/95) e crimes de especial gravidade. Essa tendência foi, sem embargo, arrefecida quando veio a lume a **Lei n. 9.099/95, que disciplinou os Juizados Especiais Criminais, recepcionando a transação penal, destacando a composição cível, com efeitos penais, além de instituir a suspensão condicional do processo. Posteriormente, a Lei n. 9.714/98 ampliou a aplicação das denominadas penas alternativas para abranger crimes, praticados sem violência, cuja pena de prisão aplicada não seja superior a quatro anos.** Desde então vivemos em uma permanente tensão entre avanços e retrocessos em torno da função que deve desempenhar o Direito Penal na sociedade brasileira, especialmente porque o legislador penal nem sempre tem demonstrado respeito aos princípios constitucionais que impõem limites para o exercício do *ius puniendis* estatal”. (BITENCOURT, 2012, p. 140-141).[grifos nossos].

dessas penas para crimes imputados com pena privativa de liberdade de até quatro anos, desde que tenha sido cometido sem violência ou grave ameaça.

Na próxima sessão serão abordados o conceito, o contexto e as interlocuções das penas restritivas de direitos, penas e medidas alternativas.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

No início do século XX surgiram novas propostas a respeito de formas de punição diferentes da prisão para os crimes considerados de menor potencial ofensivo. Em 10 de dezembro de 1948 foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)⁸⁰ pela Assembléia Geral das Nações Unidas. A DUDH anunciou “a dignidade inerente a todos os homens como fundamento de sua liberdade, da justiça e da paz no mundo” afirmando que o “desprezo e o desconhecimento dos direitos do homem resultaram historicamente em atos de barbárie” contra a humanidade. (OLIVEIRA, 2011, p. 22).

No Brasil, na década de 80, o Ministro da Justiça constituiu uma comissão para apontar alterações na Parte Geral do Código Penal. O resultado foi a sua modificação por meio da Lei nº 7.209/84 ao criar as penas alternativas e substitutivas à pena de prisão. Eram seis as modalidades de penas alternativas, quais sejam: a prestação de serviços à comunidade, a multa, a proibição do exercício de cargo ou função, a limitação de fim de semana, a proibição do exercício de profissão e a suspensão da habilitação para dirigir veículos. (CAPEZ, 2012, p. 429; OLIVEIRA, 2011, p. 24).

As penas e medidas alternativas ganharam novo fôlego discursivo com as Regras de Tóquio, também conhecidas como Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade, elaboradas no ano 1990 no 8º Congresso das Nações Unidas. Foram discutidas alternativas para a pena de liberdade, posto que, no período, a reincidência alcançava o percentual de 80%, o que apontava a necessidade de repensar a pena privativa de liberdade. Posterior às Regras de Tóquio, foi elaborada a Lei nº 9.714/98 que alterou o Código Penal e criou mais quatro penas alternativas: a proibição de frequentar determinados lugares, a possibilidade de prestação de outra natureza, a perda de bens e valores, e a prestação pecuniária. (CAPEZ, 2012, p. 428; OLIVEIRA, 2011, p. 24). Ou seja, atualmente, no Código Penal brasileiro, constam dez tipos de penas alternativas.

A partir das modificações constitucionais, do movimento internacional para a redução da aplicação das penas privativas de liberdade, e da elaboração das leis 9.099/95 e 9.714/98, houve uma ampliação da jurisdição alternativa, convivendo lado a lado com o sistema penal tradicional. Porém, ainda há resistência por parte de alguns profissionais da área do Direito em aceitar a aplicação das penas e medidas alternativas, bem como se observa o clamor social por penas mais duras, afirmando que penas e medidas alternativas são uma forma de impunidade.

Diante das questões colocadas até aqui, as alternativas penais são efetivamente diferentes das penas?

⁸⁰ É importante destacar que, a DUDH visa garantir a humanidade dos brancos, posto que, segundo Césaire, quando os negros foram escravizados, não encontraram a indignidade por terem seus direitos humanos violados, mas quando um branco desumaniza um branco, como ocorreu no período do nazismo, aí sim causa indignação a sociedade internacional. (CÉSAIRE, 1978).

DIFERENÇA ENTRE PENA E MEDIDA ALTERNATIVA

Conforme Oliveira (2011), penas e medidas alternativas compõem o gênero Alternativas Penais⁸¹. De acordo com a mesma autora, no Brasil a possibilidade de aplicação das Penas e Medidas Alternativas encontra-se no Código Penal, nas chamadas Penas Restritivas de Direitos. Estas, conforme apresentado acima, não retiram do indivíduo sua total liberdade, porém limitam alguns aspectos de sua vida social.

Neste sentido, a pena alternativa é aplicada quando o indivíduo é sentenciado em um processo criminal e, verificadas as condições, a pena privativa de liberdade pode ser substituída. Já as medidas alternativas são meios pelos quais se vale o legislador visando impedir a aplicação de uma pena. Essas medidas decorrem de acordo judicial no qual o sujeito aceita a proposta de transação penal para que, após o cumprimento total da medida, o processo seja arquivado.

As medidas e penas alternativas não têm como objetivo inviabilizar o cumprimento da sanção pela não observância da lei. Seu fim é garantir que o réu que cometa crime de menor gravidade não seja afastado do convívio social e possa ressignificar⁸² o ato cometido. Acrescenta-se que as penas e medidas alternativas acompanhadas pela equipe multidisciplinar da CEAPA da capital baiana e de seus núcleos, podem ser cumpridas nas modalidades de Prestação de Serviço à comunidade (PSC), Prestação Pecuniária (PP/PON) convertida em Prestação de Outra Natureza e Comparecimento Periódico (CP) decorrente da suspensão de pena ou suspensão condicional do processo. Na cidade de Cruz das Almas o atendimento está centrado no acompanhamento de cumpridores (as) de PSC e PON.

A PSC consiste na atribuição de atividades sem renumeração a serem executadas em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que estejam cadastradas⁸³ na rede da CEAPA. Essas tarefas são atribuídas ao indivíduo conforme suas aptidões e o cumprimento dessas atividades acontece em horários e dias que não prejudicam a jornada normal de trabalho e escolar do(a) cumpridor(a).

Na PP/PON, o valor acordado é entregue em doação de bens necessários para instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que estejam devidamente cadastradas na CEAPA. Em Cruz das Almas, no Recôncavo Baiano, por exemplo, as prestações são utilizadas para reformar instituições que realizam trabalhos sociais essenciais para a comunidade, bem como para aquisição de enxovais para recém-nascidos, material didático e de outros gêneros essenciais para o bom funcionamento das instituições. As instituições cadastradas

⁸¹ Alternativas penais são todas as opções oferecidas pela lei penal a fim de que se evite a pena privativa de liberdade. Comportam duas espécies: a) as medidas penais alternativas (transação, suspensão do processo etc.); b) as penas alternativas. (CAPEZ, 2012, p. 429).

⁸² O conceito de “ressignificação” pauta-se nos postulados da psicologia social (GERGEN, 2010; ASSIS, 2012; GRANDESSO, 2007; RIVIÈRE, 1998; Et al). No trabalho realizado pela CEAPA este conceito norteia a perspectiva do atendimento para a compreensão do indivíduo dentro de uma cultura e contexto sociofamiliar, buscando fomentar nos cumpridores (as) de penas e medidas alternativas o desenvolvimento de uma autopercepção e autoconsciência sobre o delito cometido de modo responsivo.

^{83A} CEAPA realiza um cadastro prévio com instituições que realizam trabalhos sociais e, após a realização de visitas e conversas com dirigentes e beneficiários, é firmado um Termo de Compromisso com a instituição se esta atender aos princípios de trabalho da CEAPA. Os cumpridores são encaminhados para as instituições após ter sido realizada a análise de perfil de cada um, priorizando instituições compatíveis com horário de trabalho, horário escolar e perfil dos cumpridores.

também participam de capacitação realizada pela equipe multidisciplinar, assim os responsáveis são orientados sobre os direitos e deveres dos(as) cumpridores(as). O trabalho multidisciplinar⁸⁴ da CEAPA é realizado a partir de princípios constitucionais importantes como a impessoalidade e respeito aos direitos humanos e fundamentais. Importante apontar que o(a) cumpridor(a) recebe atendimento jurídico e psicossocial. Assim, o(a) cumpridor(a) é atendido sistemicamente, não só para o cumprimento da pena ou medida, mas são observadas questões econômicas, sociais e familiares com o intuito de empoderá-lo(a) na resolução das questões periféricas – que em verdade fazem parte do contexto de exclusão atual do (a) cumpridor (a). Ademais, a partir das informações apresentadas pelos cumpridores (as), estes (as) são encaminhados para a rede de atenção parceira da CEAPA no município.

AS ALTERNATIVAS PENAIS SÃO GARANTIDAS DE DIREITOS?

Durante muito tempo penas e medidas alternativas estiveram atreladas à entrega de cestas básicas, o que causou na sociedade a sensação de impunidade. (BRASIL, 2011). Porém, atualmente, conforme esclarecido acima, as prestações pecuniárias são convertidas em prestações de outra natureza e outras ações são realizadas em paralelo.

Para Fonseca (2017), o crescimento da aplicação das alternativas penais não resultou na redução do encarceramento, pelo contrário resultou no reforço do controle punitivo estatal sobre pessoas vulneráveis⁸⁵, “As alternativas penais têm sua finalidade descaracterizada ao se concretizarem como expansão do controle de determinadas pessoas[...] a política pode provocar o aumento do controle punitivo do estado se sua expansão não for acompanhada de uma atuação adequada dos atores do sistema de justiça. (FONSECA, 2017, 10-17). Para o autor as alternativas penais deveriam ser uma alternativa, substitutiva da prisão e não mais uma possibilidade de controle, em que as alternativas penais são somadas à prisão, sem limitação relevante do encarceramento. (FONSECA, 2017).

É importante destacar que, as penas e medidas alternativas estavam sobre o debate político dominado por juízes e promotores, e a partir dos anos 2000 outros atores são incorporados para discutir a política, são eles: “defensores públicos, gestores, técnicos dos serviços de acompanhamento das medidas, acadêmicos, organizações da sociedade civil e, mais recentemente, egressos do sistema prisional” (FONSECA, 2017, 21). No Núcleo de Cruz das Almas, por exemplo, são realizadas rodas de conversas com a participação dos técnicos, organizações da sociedade civil e gestores. Devido ao receio que os(as) cumpridores(as) ainda têm de serem julgados pela sociedade, as rodas de conversas com eles são realizadas em separado e o trabalho do núcleo é voltado não só da o acompanhamento das penas e medidas alternativas, mas também para a pessoa do(a) cumpridor(a), visando auxiliá-lo no acesso e exercício de seus direitos.

⁸⁴A equipe é formada por uma assistente social, uma psicóloga, uma advogada e um coordenador.

⁸⁵ “Aparece assim uma ambivalência inerente às alternativas. De um lado, as alternativas penais podem ser uma maneira mais eficiente de punir, mais próxima daqueles ideais de ressocialização e uso da prisão apenas em último caso. Por outro lado, as penas e medidas alternativas não deixam de ser medidas punitivas, que restringem direitos e que, como todas as medidas repressivas, são aplicadas seletivamente aos indivíduos em situação de maior vulnerabilidade. Adotando uma perspectiva mais favorável aos direitos humanos, as penas e medidas alternativas só seriam desejáveis por serem mais brandas que seu contraponto, a prisão. Entretanto, permanecendo inalterado o uso da prisão com a existência das alternativas, estas se tornam mera expansão do controle penal do Estado. Isso significa dizer que, do nosso ponto de vista, a política erra a mira na política de alternativas penais se mantém intacta a população carcerária, aumentando a malha punitiva do estado”.(FONSECA, 2017, p.20)

Ao que parece, as penas e medidas alternativas são um caminho aberto para o exercício da cidadania. O indivíduo continua integrado à família e à sociedade, exercendo uma atividade profissional ou educacional e repensando sua conduta enquanto cidadão. Na CEAPA, após a realização da entrevista, os réus, aos quais chamamos de cumpridores(as), são encaminhados(as) para instituições cadastradas e são devidamente orientados pela equipe técnica do setor psicossocial, para que deem início à prestação pecuniária ou à prestação de serviço à comunidade.

Nesse processo de cumprimento de PP/PON ou PSC, verifica-se uma ênfase quantitativa na questão da conscientização para que os cumpridores não cometam outros delitos. Diante das mudanças que ocorrem em suas vidas, esses indivíduos relatam seus planos para o futuro como, por exemplo, voltar a estudar, fazer cursos profissionalizantes e viverem integrados às suas famílias. Há relatos positivos sobre o tratamento que recebem nas instituições, pois não há contra eles(as) indiferença ou discriminação, e sim um tratamento digno e desprovido de preconceito em virtude do cometimento de um delito.

Assim, conseguimos refletir que o contexto de cumprimento da pena ou medida alternativa tende a possibilitar um maior acesso a políticas sociais, uma vez que, tal cumprimento atrela-se a articulação de uma rede social previamente orquestrada pela política pública de alternativas penais a nível local. Cabendo não perder de vista que a pena não deve ser uma violência contra o corpo do cumpridor, mas sim a menor das penas entre as aptas a serem aplicadas para determinado delito.

RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL: POSSÍVEIS REFLEXÕES NO CAMINHO METODOLÓGICO

Por que os homens são maioria? Por que os negros são maioria? Por que os pobres são maioria? Tais questões emergiram ao evidenciarmos que mesmo que as penas e medidas alternativas se configuram como modalidades punitivas em meio comunitário, os sujeitos acompanhados possuem majoritariamente as mesmas características de classe social, gênero e raça dos que cumprem pena em privação de liberdade nos cárceres superlotados e desumanos da realidade brasileira.

Conforme apontado anteriormente, os dados apresentados são fruto do mapeamento realizado acerca do perfil dos cumpridores de PON e PSC atendidos pela CEAPA/Núcleo de Cruz das Almas. Neste sentido, é fundamental apresentar os caminhos percorridos para a realização das análises até aqui percebidas.

Por meio de instrumentais técnico-operativos do órgão público acima indicado, mais especificamente da entrevista dirigida por questionário estruturado, as profissionais técnicas de Serviço Social e Psicologia investigaram os sujeitos durante a execução da pena ou medida alternativa. Nesta avaliação psicossocial são observadas características intimamente subjetivas e que nem sempre podem ser mensuradas durante uma audiência⁸⁶.

Sob esta ótica, elencamos três categorias que se mostraram expressivas no mapeamento das entrevistas, quais sejam, raça, gênero e classe social. Assim, buscando atribuir significado às informações obtidas, inscrevemos a pesquisa em particular no âmbito dos estudos de natureza qualitativa, sob orientação dos pressupostos que preconizam a

⁸⁶ Audiência realizada pelo Poder Judiciário com a participação do Juiz, Ministério Público e Advogado, na qual é definida a aplicação de pena ou de medida alternativa.

necessidade de transposição das manifestações imediatas para que seja possível captar os seus sentidos e a essência dos fenômenos. (CHIZZOTTI, 2008).

DIALOGANDO COM OS DADOS

O quadro de pessoas atendidas pela CEAPA é composto majoritariamente por homens negros e pardos, que não possuem vínculo empregatício e que garantem seu sustento via trabalho informal ou eventual, possuindo acesso mínimo e/ou não razoável a determinadas políticas públicas nos âmbitos dos direitos à saúde e educação.

117

Neste sentido, e utilizando o recorte temporal de 09/2014 a 10/2015⁸⁷, período que compreende a implantação do Núcleo em Cruz das Almas e o momento em que (os)as autores(as) desempenharam funções concomitantemente. A partir da junção dos cumpridores que se declaram negros, pretos, pardos e morenos, entre o período de 09/2014 a 10/2015⁸⁸, 86% deste contingente é composto por homens e, destes, 74,4% são negros⁸⁹. Estas informações nos convidam a perceber que, embora ocorra a modificação do local de atendimento, é a população negra e pobre que continua sendo a mais atingida pelo Direito Penal, pelo sistema do justiça penal brasileiro.

O entendimento relacionado às discrepâncias entre raça, classe social e gênero emergiu ao confrontarmos os níveis de desrespeito individual e violências sofridas no período da ação policial e penal que variavam de modo significativo em relação aos brancos, e pessoas com maior poder aquisitivo, e do mesmo modo, ao elevado número de pessoas do sexo masculino. Neste sentido, retomemos as indagações feitas anteriormente: Por que a maioria é homem? E por que a maioria é negra? Por que os pobres são maioria? Para responder a tais questionamentos é necessário nos reportarmos a aspectos históricos constitutivos do nosso país.

Começamos por incorrer, dialogando com VIEIRA (2007), que a escravização perpetrada ao povo negro trazido para o Brasil no decurso do período colonial engendrou estigmas com os quais convivemos cotidianamente e que nos fazem perceber diversos elementos relacionados à discriminação racial no Brasil. Sobretudo pelo fato de concentrarmos um dos maiores contingentes populacionais com ascendência africana, configurando uma expressiva parte dos habitantes deste país e em contra partida, no sentido de exemplificar porque são inúmeros os contrastes com raiz na questão racial, verifica-se menor acesso aos serviços básicos de saúde e educação para esta parcela da população.⁹⁰

Acerca desse assunto e de acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 o Brasil contava com uma população de 191 milhões de

⁸⁷ O estudo ora apresentado subsidiou a realização de novos trabalhos, tais como, Gonçalves (2017) e Caldas (2019). Verifica-se nestes trabalhos uma atualização no que se refere ao contingente de pessoas atendidas pelo núcleo.

⁸⁸ Justifica-se a escolha, posto que compreende o período de implantação do Núcleo em Cruz das Almas e o período durante o qual as autoras desempenharam funções concomitantemente.

⁸⁹ Segundo Silvio Luiz de Almeida, “a noção de raça ainda é um fator político importante utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”. (ALMEIDA, 2018, p. 24).

⁹⁰ Para mais esclarecimentos ver VIEIRA Junior, Ronaldo Jorge, no texto “Rumo ao Multiculturalismo: a adoção compulsória de ações afirmativas pelo Estado brasileiro como reparação dos danos atuais sofridos pela população negra.”

habitantes, dos quais 91 milhões se classificavam como sendo, brancos (47,7%), 15 milhões como pretos (7,6%), 82 milhões como pardos (43,1%), 2 milhões como amarelos (1,1% e 817 mil indígenas (0,4%).⁹¹

O processo de abolição da escravatura foi um processo de grande luta do povo negro, porém, sem receber compensações pelo período de exploração, as populações negras foram empurradas para os bolsões de pobreza, para as periferias. A temática Racial passa efetivamente a fazer parte de nossa agenda política na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata ocorridas entre os meses de agosto e setembro de 2001 em Durban. Contudo, apesar dos consideráveis avanços na discussão sobre a referida temática, permanecem ainda determinadas resistências, pautadas principalmente no “mito” da Democracia Racial, e no princípio da igualdade.⁹²

Frente a isso, Giarola (2015) utiliza os relatos de Louis Couty (1984) sobre o Império do Brasil em 1884 para evidenciar como o negro e o trabalho livre eram representados de modo inconciliáveis. Para Couty

[...] apenas a substituição do trabalhador escravo pelo imigrante estrangeiro poderia mudar a situação do país, visto que este era “melhor e mais econômico” que os negros. Deste modo, defendia o fim da escravidão, por considerá-la prejudicial, mas recusava qualquer proposta de inserção dos nacionais e dos negros libertos no mercado de trabalho livre, pois estes não conseguiriam seguir um regime de trabalho diário sem a coerção. (COUTY, 1984, Apud, GIAROLA, 2015, p.12)

Assim, Giarola (2015) acrescenta que o que Couty descreve é interessante, na medida em que pode ser tomado como um exemplo (...) das representações que colocavam os negros, pois “a incapacidade dos libertos em se adequar derivavam de seus vícios, de seu ócio, e de sua propensão ao crime, inerentes à própria raça” (GIAROLA, 2015, p.13) Tais concepções dificultaram por muito tempo variadas formas de organização e mobilização política dos recém-libertos.

Segundo Guimarães (2005) é por volta dos anos 30 do século XX que se organiza, pela primeira vez, o movimento político negro. No Brasil, nesse mesmo século, agora no final da década de 80, intensificam-se as lutas em prol da “reparação” dos danos aos descendentes de ex-escravizados. Justamente porque, naquele momento, o país vivenciou um processo de redemocratização e abertura política com o fim do regime militar instalado na década de 70. Deste modo, novos passos começam a ser dados rumo à tentativa da efetiva garantia de igualdade de direitos, tendo em vista os critérios da diferença.

É válido reiterar que foram diversos os mecanismos de exclusão empregados no período pós-abolição, sustentados pelo discurso progressista, e que contribuíram para um processo de marginalização e acirramento de mazelas abissais. Temos, a exemplo, a Lei da vadiagem de 1889 (GIAROLA, 2015), bem como, a queima de documentos de ex-escravos (no mesmo período) com a justificativa de reprimir possíveis queixas de indenização por

⁹¹Para maiores informações e consulta destes dados, ver a página: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>

⁹² Ver GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo, no texto: “Democracia racial” para maiores esclarecimentos. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st20-3/4678-aguimaraes-democracia/file>

parte dos antigos senhores escravistas⁹³ (SLENES, 1982). A representação de vadio e perturbador da ordem social vigente pesou sobremaneira tanto no imaginário atribuído ao negro, quanto fortaleceu um cenário de criminalização endossado pelas teorias científicas que justificavam as transgressões e atos delituosos cometidos pelos negros e escravizados pelas suas características biológicas, desconsiderando a falta de oportunidades e integração efetiva dessa camada populacional na sociedade emergente.⁹⁴

Vimos, assim, que a realidade social brasileira, referindo-nos particularmente ao aparelho de justiça do Estado, tem um público historicamente penalizado pelas escolhas ideológicas de uma minoria com propósitos de desenvolvimento pautados em uma lógica excludente e racista. Cabendo frisar que, mesmo sem adentrarmos com presteza na discussão acerca das classes sociais, foi significativo perceber que o quantitativo mais atingido pela aplicabilidade das penas e medidas alternativas durante o período pesquisado possuem baixa renda. E em alguns casos, o sustento diário tem origem de trabalhos eventuais ou subempregos.

Não concentramos a análise no marcador classe social, por entendermos que antes da classe seja a cor da pessoa, conforme afirma anteriormente, a questão racial foi diluída pela criminologia a partir de outras análises, como a classe social, então, em nossa análise a raça ganha centralidade. Segundo Araújo e Santos (2019), “A raça foi utilizada para desumanizar e/ou dominar povos estrangeiros, ou conforme indicado no início do texto, a raça foi utilizada no Brasil para justificar inicialmente a escravização, depois a suposta propensão à criminalidade do negro e atualmente é uma autorização para o policial matar o jovem negro”. (ARAÚJO e SANTOS, 2019, p. 3047).

Agora, pensemos a respeito da segunda indagação: por que a maioria é homem? A fim de problematizar esta questão é válido lembrar determinadas características relacionadas ao lugar da mulher em uma sociedade patriarcal cujos hábitos devem atender aos princípios da moral, do recato e submissão masculina⁹⁵. No que compete a esses moldes, a vida doméstica e a vigilância familiar pautadas em normas de condutas predominantemente machistas, que de certo modo limitavam a liberdade feminina, sobretudo de mulheres brancas, colocam as mulheres, em tese, em uma posição temerosa e propensa a não subverter as regras sociais passíveis de punição judicial.

Neste passo, podemos inferir que a liberdade de transitar entre o espaço da casa e a rua (DA MATTA, 1997), conferida aos homens, e neste caso nos referindo aos homens negros, bem como os privilégios adquiridos pelo sexo, os fazem mais suscetíveis aos perigos da malha social na qual estão inseridos principalmente se pertencentes a grupos mais vulneráveis, como a população negra. Cabendo reforçar, a partir do repertório teórico acumulado ao longo de nossos estudos, bem como, da compreensão dos escritos de José Petruccelli, em seu artigo “Raça, identidade e identificação: abordagem histórica e conceitual”, que historicamente foi e ainda é o corpo negro aquele mais estigmatizado e

⁹³ Ver SLENES, Robert, no texto “Escravos, cartórios e desburocratização: o que Ruy Barbosa não queimou será destruído agora?” Disponível em: [file:///C:/Users/Valdir/Downloads/robertslenes%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Valdir/Downloads/robertslenes%20(1).pdf)

⁹⁴ Ver MUNANGA, Kabengele no texto “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.”, disponível na página: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>

⁹⁵ Para maior entendimento ver: SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica.”

penalizado pelo poder estatal e que tanto o espaço da rua quanto da casa são regulados pelo crivo da lei.

Apontamos ainda que ao indagarmos os sujeitos sobre o motivo da aplicação da pena ou medida alternativa, foi possível identificar características sugestivas de abuso de poder na ação policial, sobretudo nos casos cujos processos relatavam desacato. Neste sentido, e à luz de Foucault (1999) é possível inferir que tais aspectos reforçam substancialmente o modelo violento de dominação sobre os sujeitos. Fato que perpetua a contradição na qual estamos inseridos representada, inclusive, pelo discurso dos direitos humanos e violação de direitos básicos.

Desta maneira, considera-se que a sistematização da prática profissional ora apresentada, no campo da execução das alternativas penais vivenciada pela CEAPA/Cruz das Almas, apontam limites substanciais para a consolidação de um sistema punitivo capaz de promover a justiça integradora e atenta a dimensão dos direitos humanos, ao confrontarmos as variáveis de raça, gênero e classe social e suas implicações históricas e sociais.

Mas, do mesmo modo, proporcionou a reflexão sobre a importância da criação de novas estratégias de enfrentamento ao encarceramento em massa, tal como, a ampliação das modalidades de penas passíveis de serem sanadas via medida ou pena alternativa. Ampliação que se de fato for incentivada, deverá vir acompanhada de novos recursos, sejam de caráter tecnológico (tal como as tornozeleiras eletrônicas, instrumento quase inexistente no estado da Bahia) e incentivos à qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho para as pessoas em cumprimento das alternativas penais, através, por exemplo da criação de cotas sociais de contratação destinada às CEAPAs, para o devido encaminhamento durante o acompanhamento com a equipe multiprofissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese algumas opiniões que criticam a aplicação das alternativas penais no Brasil, em que estas funcionam mais como complemento da prisão e não como substituta do cárcere, a nossa intenção no artigo foi apresentar a nossa percepção a partir da nossa vivência empírica com a temática e problematizá-la a partir dos dados encontrados.

Alguns avanços no sistema da justiça penal brasileira podem ser observados nos últimos anos, como uma maior aplicação das alternativas penais e o fato de o Poder Judiciário e Ministério Público estarem mais integrados com a política pública de Alternativas penais. Porém, ainda existem muitas questões que precisam ser modificadas e sanadas a longo prazo e amenizadas de modo urgente. Exemplo disso é a disseminação de mais informação para população em geral acerca desta modalidade de punição que são as penas e medidas alternativas e maior aceitação por parte dos profissionais que lidam diretamente com a execução penal.

Para alguns, quanto maior for intensidade da pena, menor a quantidade de pessoas que cometem delitos. Diante dessa crença, desqualificam as medidas despenalizadoras que visam garantir a pacificação social. Mais do que penas mais duras, o brasileiro necessita ter acesso de qualidade a direitos humanos e fundamentais, como educação, saúde, moradia e lazer, direitos sem os quais não se vive com dignidade.

É preciso refletir que, nos presídios, a pessoa raramente conseguirá repensar o ato cometido: há pouco espaço físico, baixo acesso à educação, trabalho, saúde e outros direitos básicos. O trabalho realizado pela CEAPA, contudo, busca o repensar, repensar o

cidadão enquanto um ser dotado de autonomia e que pode mudar o seu caminho a partir do atendimento sistêmico realizado pela equipe multidisciplinar.

Porém, restou demonstrado que, embora se tenha mudado o local de cumprimento da pena, o corpo estigmatizado e segregado ainda é o mesmo: o corpo negro. Desde o período colonial leis são elaboradas para penalizar o negro, suas ações e suas manifestações culturais e religiosas, de forma que são alvo de perseguição policial. Isso transborda para atualidade, quando os negros são vistos como criminosos em potencial pelo aparelho repressor estatal.

121

Portanto, a partir da tríade conceitual apresentada, é possível afirmar que a raça, a classe social e o gênero da pessoa possuem correlação com o sistema prisional e também com o sistema de acompanhamento das penas e medidas alternativas. É necessário buscar caminhos para que haja a redução do crime, mas também de proteção da população historicamente segregada e marginalizada, posto que, conforme explicado acima, há uma correlação histórica que explica por que os homens, os negros e os pobres são os que mais são atingidos pelo sistema prisional e as alternativas penais.

Acrescentamos ainda que os resultados alcançados apontam para a necessidade de uma tomada de consciência coletiva. Se o segmento populacional que superlota os presídios, bem como cumpre penas ou medidas alternativas, é composto majoritariamente de homens negros e pobres, este fato precisa ser encarado como um problema de caráter público e que deve ser solucionado com políticas efetivas (e menos paliativas) de emprego e educação.

Sem desmerecermos o esforço individual e características subjetivas que extrapolam os limites do que aqui é possível escrever, a falta de oportunidades e demais marcadores que contribuem para ser alvo da seletividade penal, que faz com que o controle estatal seja uma realidade que ceifa vidas, aprisiona ou direciona a aplicação das alternativas penais. Desnaturalizar as mazelas raciais e sociais frutos de um passado histórico escravista e estigmatizante se configura enquanto premissa vital.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de; SANTOS; Walkyria Chagas da Silva. Raça como elemento central da política de morte no Brasil: visitando os ensinamentos de Roberto Esposito e Achille Mbembe. **Rev. Direito Práx.**, Vol. 10, N. 4, 2019, p. 3024-3055.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas** (1764). Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook. Disponível em: <http://www.oab.org.br/editora/revista/revista_08/e-books/dos_delitos_e_das_penas.pdf> Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (org). Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte geral. 17. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com a Lei n. 12.550, de 2011. – São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. IPEA. **A aplicação de penas e medidas alternativas**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/alternativas-penais-anexos/pmas_sum-executivo-final-ipea_depen-24nov2014.pdf> Acesso em: 15 de janeiro de 2020a.

BRASIL. **Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9714.htm>. Acesso em: 16 de janeiro de 2020b.

BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm>. Acesso em: 16 de janeiro de 2020c.

BRASIL. **Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm>. Acesso em: 16 de janeiro de 2020d.

CALDAS, Maria Daniela Resende da Silva. **Projeto de intervenção: desconstruindo preconceitos e potencializando a cidadania.** 16f. Pós-graduação em Educação em Gênero e Direitos Humanos - Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2019.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 9. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** 5ª edição, Rio de Janeiro, 1997.

FONSECA, Anderson Lobo da...[et al]. **Fora de foco: caminhos e descaminhos de uma política de alternativas à prisão.** 1. ed. São Paulo: Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIAROLA, Flávio Raimundo. **Trabalho e combate à vadiagem: representações da mão-de-obra nos discursos dos periódicos de São João del-Rei (1871-1888).** **Temporalidades - Revista Discente**, v. 4, n. 1, 2012, p. 278-302.

GOMES, Luiz Flávio. **Colapso do Sistema Penitenciário: tragédias anunciadas.** 2015. Disponível em: < <https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/166190050/colapso-do-sistema-penitenciario-tragédias-anunciadas> >. Acesso em: 17 de janeiro de 2020.

GONÇALVES, Gerciane da Conceição. **A importância da CEAPA para operacionalização das penas e medidas alternativas – Uma análise do núcleo da cidade de Cruz das Almas.** 56f. Graduação – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Curso de Graduação em Serviço Social, 2017.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito.** **Novos Estudos Cebrap**, n. 61, 2001, p. 147-162.

HOOKS, bell. **Intelectuais negras.** **Revista Estudos feministas**, v. 3, n. 2, 1995, p. 464-478.

IBGE (Instituto brasileiro de geografia estatística). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/tabelas_pdf/tab3.pdf >. Acesso em: 16 de janeiro de 2018.

OLIVEIRA, Cíntia Mata de. **Os benefícios da prestação de serviços à comunidade como alternativa a pena privativa de liberdade: experiência da comarca de Duque de Caxias.** 105 f. Mestrado–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2011.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Declaração Universal dos Direitos Humanos** - adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em:< [ww.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf](http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf)>. Acesso em: 17 de janeiro de 2020.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em pretuguês. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 135, n. 25, 2017, p. 541-562.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. A Criminologia Crítica no Brasil e os estudos críticos sobre branquidade. **Rev. Direito Práx.**, v. 9, n. 1, 2018, p. 70-84.

SERAFIM, Goulart; AZEREDO, Jeferson Luiz de. A (des) criminalização da cultura negra nos Códigos de 1890 e 1940. **Amicus Curiae**, v.6, n.6, 2009, p. 1-17.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

RESENHA

DOI: 10.46696/issn1983-2354.RAA.2020v13n37.dossieeduchist124-127

FANON E DEIVISON NEGROS PARTICULARMENTE REVOLUCIONÁRIOS.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon: Um revolucionário particularmente negro**. Ciclo Contínuo editorial. São Paulo. 2018 ISBN: 978-85-68660-35-5

Por Amauri Mendes Pereira⁹⁶

O fato é que Fanon já não está entre nós e, portanto, as respostas dependerão de nossas próprias perguntas e, sobretudo, da disposição para lidar com as consequências das respostas. Ainda assim, o retorno à sua biografia e obra continuam se configurando como um exercício inspirador e necessário nesses dias tão incertos. Faustino (2018: 130)

Por que o livro de Deivison, por que agora e desse jeito? Prá saber, só gingando com o autor no fazer acadêmico encharcado de perspectiva política transformadora! (Tem sido assim: jovens negros e negras, agora também em espaços acadêmicos, chegando COM TUDO nas Lutas que já foram só da militância negra em suas entidades negras, contra tudo e contra todos que não se assumissem antirracistas!)

Que mudanças! Ele escreve e publica do lugar de um doutorado em Sociologia na UFSCAR, cuja tese sobre Fanon recebeu menção honrosa da CAPES em 2015. Hoje é professor na UNIFESP–Campus da Baixada Santista. E transforma sua tese em um livro de menos de 140 páginas, com 19 capítulos, o mais longo 10 páginas. Para mim ele está dizendo: Fanon, sua história e exemplo, pensamento e ações – se circularem, se forem lidos e compreendidos, para servirem de ferramenta e combustível – são mais importantes que qualquer tese sobre ele!

Diferente do que acontecia nos anos 70 e 80 do século XX. A incipiente militância negra de então “se virava” para encontrar livros e autores fora do cânone, se esforçando para entender (às vezes em outro idioma) e criticar visões “clássicas” sobre tudo que dissesse respeito ao negro e ao racismo. Esgrimiam, entre outros: Fanon, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Du Bois, Samora Machel, Richard Wright, Ângela Davis, Joel Rufino dos Santos, Alex Halley e a auto-biografia de Malcolm X, Clóvis Moura, Martin Luther King, Muniz Sodré, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzales. Autores quase desconhecidos e militantes rechaçadxs e estigmatizadxs em grupos de pesquisa e/ou espaços e eventos acadêmicos.⁹⁷

Hoje, como Deivison N’ Kosi há muitxs pesquisadores empurrando goela abaixo das tratadas e hostes políticas-acadêmicas hegemônicas no espectro progressista, a crucialidade do racismo, a importância da diferença e da efetiva vivência da diversidade epistemológica. E brilham mais porque já não trazem ranços da geração anterior que precisou instituir a legitimidade dessa demanda, e “arder [como carvão], e se consumir e consumir tudo no próprio fogo”, como na poética do moçambicano José Craveirinha.

⁹⁶ Militante do Movimento Negro e Prof. da UFRRJ.

⁹⁷ Deliciosa lembrança de um dos espaços acadêmicos em que ocorria o contrário, o CEEA-Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do então Conjunto Universitário Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, desde sua criação, pelo saudoso professor José Maria Nunes Pereira Conceição – o Zé Maria – em 1973!

Na crista de um tempo histórico de conquistas políticas-teóricas-epistemológicas-institucionais, Deivison se esbalda nas leituras de quase todo mundo que enxergou Fanon, apesar e além das ortodoxias e desconfortos.

Mas não devem se assustar os-as desprevenidas-os: sua discussão das diferentes abordagens sobre Fanon é rápida e direta, “botando pra brigar” Sartre, Stuart Hall, e outros autores menos conhecidos. É apenas o começo!

Passa rápido pela complexa discussão de Fanon sobre o domínio da linguagem como fator de racialização e de classificação social, inexplicavelmente desconsiderada pelo estruturalismo e pelo pós-estruturalismo décadas depois. Também não se deixa complicar ao expor a delicada elaboração de Fanon a respeito da inexistência do complexo de Édipo, e da homossexualidade na Martinica. Será que essa “levesa” de Deivison fica devendo às atuais discussões à volta dessas questões?

E então no terceiro capítulo, Deivison “pega” de uma vez!

Aí aprendemos sobre a decisão de Fanon, de receber treinamento e ir para a frente de combate na França ocupada pelo nazismo. Foi sua resposta radical à “invasão” de soldados franceses da República de Vichi, que chegaram a Fort de France impondo seu racismo e evidenciando aos martiniquenhos, que mesmo os mais instruídos (de máscaras brancas), que almejavam a “alma francesa”, jamais seriam vistos como filhos legítimos da pátria francesa!⁹⁸

O autor é sensível ao tratar de discordâncias teóricas e estratégicas entre Fanon e Cezaire, de quem foi aluno e recebeu imensa influência. Tais discordâncias não impediram seu apoio a Cezaire, na primeira eleição como prefeito de Fort de France, pelo Partido Comunista. Cezaire, um dos criadores do movimento da *Negritude* escandalizara os martiniquenhos ao voltar da França, em 1939 – já um professor respeitado – pregando o valor e a beleza do povo negro. E escreveu “*Discurso sobre o colonialismo*”! Mas até ali Cezaire não brandia a mesma radicalidade em relação aos processos da descolonização africana, ou em relação a ortodoxias marxistas insensatas na política na Martinica.

Para [Fanon] a *Negritude* tem o mérito de ser a antítese afetiva do racismo branco, mas por vezes esbarra na visão racializada que o branco criou. Essas críticas são até hoje objeto de intenso e inesgotável debate, ora aproximando, ora distanciando Fanon dos pressupostos da *Negritude*. (Pag. 40) Na pag. 56, Deivison diz que “[Fanon] reconhece a importância histórica desse Movimento, mas aponta alguns limites e armadilhas que o discurso identitário pode portar”.

⁹⁸ Agô, para lembrar a palestra de Apolônio de Carvalho, como Fanon, detentor da “Cruz de Guerra”, na resistência francesa à ocupação nazista. Naquela ocasião Apolônio representava o recém-criado Partido dos Trabalhadores, no Ciclo de debates Partidos Políticos e a Questão Racial, realizado no IPCN-Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, nos meses de abril a novembro de 1980. Era um destacado egresso do tenentismo que fez história na revolta comunista de 1935, e personagem do livro de Jorge Amado, “Os subterrâneos da Liberdade”. Sua palestra seria de 19 às 21.00, mas entrou pela madrugada, e ainda se estendeu informalmente na calçada da Av. Mem de Sá-208. E ele vibrava, contando coisas “*que não tinha oportunidade de contar em outros lugares*”. Do tipo: “*Tanto na Argélia, quando cheguei lá trocado por um embaixador, quanto na França, o respeito dos revolucionários por Franz Fanon era imenso*”. “*Só entendi melhor o problema do racismo, quando conheci militantes dos Panteras Negras refugiados na Argélia*”. E se referiu também ao papel saliente de senegaleses e Gambianos, e de outros africanos e caribenhos na resistência em território francês! Para quem viveu aquele momento é fácil entender a militância negra galvanizada em atenção a Apolônio, um guerreiro e ser humano admirável, afável, falando de suas experiências em guerras e momentos políticos marcantes da história contemporânea.

Sempre quis entender melhor esse emaranhado de controvérsias – obrigado Deivison!

E agradeço, também, por me mostrar um jeito de exposição mais atraente e útil para leitores, qualquer que seja o tema e complexidade do conteúdo: capítulos curtos, subtítulos incisivos, argumentação comprometida em desvelar tal complexidade, mas ao mesmo tempo entremeada de esforços de linguagem para simplificar tudo. Um exemplo acabado disso vem nos capítulos "*ensaios sobre a alienação do negro*", e "*às vezes uma arma... significa apenas uma arma*", em que apresenta discussões sofisticadas no âmbito da psicologia sobre questões delicadas do TCC de Fanon rejeitado no curso de medicina, em 1951 – o que o obrigaria a escrever outro, finalmente aceito, poucas semanas depois.

“Peles Negras, Máscaras Brancas não é apenas um livro que expõe a dor da colonização e os subterfúgios que os colonizados precisam lançar mão para sobreviver diante de uma sociedade que os animaliza. O texto é, antes de tudo, um convite à ação, mesmo nos momentos em que o autor não visualizava os caminhos pelos quais essa ação poderia se concretizar.” (Pag. 60-1)

Que vida e mundo magníficos construídos por Fanon! Que inveja de suas escolhas e de sua capacidade de "se lançar"!!! Muita emoção é o que me provocam as análises de Deivison sobre o texto – RACISMO E CULTURA – no qual Fanon critica: a) a concepção culturalista de negritude, e o tom conciliador dos principais dirigentes do I Cong. de Escritores e Artistas Negros- Paris-1956; b) e a narrativa de sua expulsão da Argélia, a partir de 1º de fevereiro de 1957, devido à sua produção teórica como psiquiatra crítico das sequelas psíquicas da colonização e do racismo, também por ter cedido clandestinamente o hospital que dirigia, para cuidar de guerrilheiros argelinos, e, finalmente por causa de seu cada vez mais notório engajamento com a FLN-Frente Nacional para a Libertação da Argélia.

Fiquei contrito na leitura, desde que Fanon é expulso, passa pela França e se incorpora ao Bureau Político da FNL, cumpre missões delegadas pelo GPRA (Governo Provisório da República Argelina), num ritmo vertiginoso de "revolucionário profissional" por cerca de quatro anos, e é diagnosticado com Leucemia... Não é dor: faz tanto tempo e "tudo andou"! Mas... um lamento lá do fundo: como um revolucionário dessa estirpe e dimensão morre tão cedo, com tanto a ser feito?

É assim: parece que essas perdas dilacerantes impõem novas significações físicas, mentais, espirituais, que vão dar conta dos desafios que estão postos. É assim vai. Sou de uma geração de militantes negros e negras que não sabia quase nada do que Deivison trás sobre a vida e obra de Fanon – intuímos, tamanho o desejo de conhecer. Sorrio levemente com os olhos cheios d' água (furtivamente pois há pessoas em volta) – Fanon para nós era muito mais a imagem que criamos, em leituras apressadas, descontínuas, insuficientes do *Peles Negras* e d' *Os condenados da terra*. Construímos e fomos construídos por Fanon – muita ousadia dessa geração que assumiu e difundiu (SEU) Fanon!

Oh, o duelos com toda teoria social que não o enxergava, a despeito de Paulo Freire, que dialogou com seu pensamento e exemplo! Tanta aprendizagem, ensinando também, a si própria e a todo mundo que "captou" e se insurgiu!

Esse livro vai além: fala da ausência de Fanon e discute densamente, apesar de brevemente, o que fazer com ele ou a partir dele, de seu pensamento e exemplo de vida. Compartilho com Deivison: Seu ensaio confirma a ideia de que ausências impõem novas presenças.

As militâncias do Movimento Negro Brasileiro e do conjunto das Lutas Sociais tem a oportunidade de se instigar com a dimensão, densidade e incompletudes que, desde Fanon, ainda nos assediam. Porque Deivison deu sequência e "jogou lá na frente" o encanto que recebeu, e lindamente credita a Miltão e Regina⁹⁹!

Uma tese acadêmica, mas também engajamento deram-lhe esse lastro. Temos muito para nos encantar com Fanon, assim como (é só olhar em volta!!!) com o cotidiano de resistências, insurgências, capacidade de auto organização na vida social, e nas artes das ruas que anunciam e criam gente nova (negra e não negra) e novos tempos: basta estar atentxs ao alerta, logo na pag. 16 – sobre Fanon – aplicável ao que devemos esperar, nas novas dificuldades desses novos tempos:

Não encontraremos um super homem no sentido hollywoodiano, e muito menos um sujeito miticamente atormentado por algum trauma edípico não revelado, mas apenas uma pessoa que procurou dar respostas aos desafios que a história lhe impôs, numa época em que as respostas pareciam possíveis de serem dadas.

⁹⁹ Milton Barbosa é referência obrigatória de militância negra abnegada, desde os episódios da criação do MNU, em 1978. Foi uma das principais lideranças e destaque nas fotos estampadas na capa dos principais jornais em todo o país, no dia seguinte ao ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo – o 7 de julho! Consta que aquela foi a primeira manifestação amplamente convocada e realizada em uma grande capital, desde o AI5/1969. Desafiou a polícia e os medos do regime militar, e apresentou à sociedade brasileira o Movimento Negro e a ruptura com a sedutora ideia de “democracia racial”, amplamente disseminada e aceita na época. Regina, também respeitada militante negra, é a atual companheira de Miltão.